



O Ideário Patrimonial

О идеарио

A Memória Colectiva em
Reflexão: Angola, Brasil,
Espanha, Marrocos e Portugal



www.cta.ipt.pt

N. 12 // julho 2019 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

EDITORES

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

José d' Encarnação, Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património – U.C.

CONSELHO CIENTÍFICO

Doutor José d' Encarnação, Universidade de Coimbra

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro

Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora

Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Professor Doutor Fabio Negrino, Università degli Studi di Genova

Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal

Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

DIRECTORES-ADJUNTOS

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar

Professora Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar

Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa (CIEBA)

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem©, Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO E SEDE DE REDAÇÃO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN

2183-1394

Latindex folio nº 23591

ANOTADA DA ERC

REGISTADA NA INPI

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores

Índice

EDITORIAL	06
Capela de Nossa Senhora do Salmo, em Viseu, e a reconstituição do epígrafe que nela se lia José d'Encarnação e Jorge Adolfo de Meneses Marques	07
Las Letras de Aqueste Asiento". El enigma del Capacete de la Real Academia de la Historia Xaverio Ballester	15
¿Hacemos una Correcta Divulgación Científica en Arqueología? Vanessa Guzmán, Juan F. Gibaja, Millán Mozota, Ariadna Nieto e Silvia Valenzuela	20
Institucionalização do Património: O Caminho de Santiago Leandro Gomes	39
Memória Local, Valores Rememorativos e Preservação Eliza Furlong Antochevis e Renata Barbosa Ferrari Curval	56
A Função Cultural da Biblioteca Universitária: o caso da biblioteca António Didalelwa, Angola Teresa Almeida Patatas	65
Le Paysage Culturel de la Palmeraie de Marrakech: politiques de sauvegarde, bilans et perpectives Hicham Saddou	78
Musées à Marrakech: pour quel public? Abdelilah Lissaneddine et Zakaria Lissaneddine	95
Tourisme et construction des marges dans le centre historique, le cas des artisans de la médina de Marrakech Nour Eddine Nachouane et Aicha Knidiri	108
Um Ensaio sobre as Identidades Sociais Despedaçadas pela Modernização no Brasil dos séculos XIX e XX Luiz Antonio Pacheco Queiroz e Willian Carboni Viana	125



EDITORIAL

Editorial

O nº 12 da “O Ideário Patrimonial” aporta aos leitores contribuições de diversas áreas do conhecimento que, pela sua qualidade, merecem globalmente o Título “Memória Colectiva em Reflexão: Angola, Brasil, Espanha, Marrocos e Portugal”.

Todas as contribuições são directamente relacionadas com os Patrimónios: Material ou Imaterial, Construído ou Epistemológico, independentemente da sua raíz nacional. Ao apresentarem a sua própria variabilidade, independentemente dos Continentes onde se situam geograficamente, modelam esta Publicação em cada um dos seus números numa partilha transdisciplinar, onde todo o Conhecimento Patrimonial (o Imaterial, a História, a Arqueologia, a Biblioteca, o Museu, o Turismo), têm aqui o seu espaço:

1. A contribuição Portuguesa: *Capela de Nossa Senhora do Salmo, em Viseu, e a reconstituição do epígrafe que nela se lia* de José d'Encarnação e Jorge Adolfo de Meneses Marques; *Institucionalização do Património: O Caminho de Santiago* de Leandro Gomes;
2. A contribuição Espanhola: *“Las Letras de Aqueste Asiento”. El enigma del Capacete de la Real Academia de la Historia* de Xaverio Ballester e *¿Hacemos una Correcta Divulgación Científica en Arqueología?* de Vanessa Guzmán, Juan F. Gibaja, Millán Mozota, Ariadna Nieto y Silvia Valenzuela;
3. A contribuição Angolana: *A Função Cultural da Biblioteca Universitária: o caso da biblioteca António Didalelwa, Angola* de Teresa Almeida Patatas;
4. A contribuição Brasileira: *Memória Local, Valores Rememorativos e Preservação* de Eliza Furlong Antochevis e Renata Barbosa Ferrari Curval; *Um Ensaio sobre as Identidades Sociais Despedaçadas pela Modernização no Brasil dos séculos XIX e XX* de Luiz Antonio Pacheco Queiroz e Willian Carboni Viana;
5. A contribuição Marroquina: *Le Paysage Culturel de la Palmeraie de Marrakech: politiques de sauvegarde, bilans et perceptives* de Hicham Saddou; *Musées à Marrakech: pour quel public?* de Abdelilah Lissaneddine et Zakaria Lissaneddine; *Tourisme et construction des marges dans le centre historique, le cas des artisans de la médina de Marrakech* de Nour Eddine Nachouane et Aicha Knidiri.

As questões socio-culturais trazidas pelos autores demonstram as debilidades e as suas próprias idiossincrasias numa “Aldeia Global” que só serve parte da população mundial.

Creamos que a Salvaguarda dos Patrimónios é um trabalho difícil, complexo, geracional e essencialmente político.

Todavia, haverá sempre quem se prontifique a manter-se na linha da frente utilizando, entre outros instrumentos, a palavra escrita.

Tomar, 28 de Julho de 2019



A CAPELA DE NOSSA SENHORA DO SALMO, EM VISEU, E A RECONSTITUIÇÃO DO EPIGRAMA QUE NELA SE LIA

THE CHAPEL OF OUR LADY OF SALMO, IN VISEU, AND THE RECONSTITUTION OF ITS EPIGRAM

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

Rua Eça de Queiroz, 89

Pampilheira

P – 2750-662 Cascais

jde@fl.uc.pt

Jorge Adolfo de Meneses Marques

Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Rua Cândido dos Reis, 35, 2º esq.

P – 057-3510 Viseu

jmarques@esev.ipv.pt



A Capela de Nossa Senhora do Salmo, em Viseu, e a reconstituição do epígrafe que nela se lia

José d'Encarnação

Jorge Adolfo de Meneses Marques

Historial do artigo:

Recebido a 21 de março de 2019

Revisto a 30 de abril de 2019

Aceite a 07 de maio de 2019

RESUMO

Apresenta-se a leitura completa e a contextualização arqueológica, histórica e urbanística do epígrafe mandado gravar numa placa da desaparecida capela seiscentista dedicada a Nossa Senhora do Salmo, na cidade de Viseu, pelo seu proprietário, o cônego da catedral António Leitão. Da placa apenas se encontrara um fragmento; a consulta às *Memórias Paroquiais* de 1758 permitiu recuperar toda a legenda e contribuir, assim, para melhor se compreender a história e o urbanismo dessa zona antiga da cidade de Viseu.

Palavras-chave: Inscrição do século XVII; Epígrafe; Capela Privada; *Memórias Paroquiais* de 1758; Viseu.

RESUMÉ

On présente la lecture complète d'une inscription, dont on n'avait trouvé qu'un petit morceau. En consultant ce qui était écrit dans un document de 1758, élaboré par le curé local suivant les ordres du Roi, après le grand tremblement de terre de 1755, on a réussi à restituer et à comprendre le texte complet. Une pièce de plus pour l'histoire de l'urbanisme de la ville de Viseu, au Portugal.

Mots-clé: Inscription du XVII siècle; Épigramme; Chapelle privée; Memórias Paroquiais de 1758; Viseu

ABSTRACT

On this essay is presented all the text of an inscription that a priest inserted in a temple built by him in the XVII century, at the town of Viseu, in the centre of Portugal.



Only a little fragment was discovered by the archaeologists, in 1999, and reading the notices wrote by local priest at 1758, we could recuperate all the text and, therefore, give a contribution to better know the history of the city in this time.

Key-words: XVII century's Inscription; Epigram; Private Chapel; *Memórias Paroquiais de 1758*; Viseu.

1. A inscrição

Os trabalhos arqueológicos efetuados sob a direção da empresa ArqueoHoje, Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda., no edifício da Praça de D. Duarte (Viseu), nº 1 e nº 3, em 1999, permitiram identificar estruturas e materiais arqueológicos, compreendidos cronologicamente entre a Idade do Ferro (séculos III-II a. C.) e a Época Contemporânea (Carvalho e Valinho, 2001). Destacamos, de entre eles, dois fragmentos de epígrafes, de granito, que se encontravam incorporados no edifício: um na parede norte, ao nível do rés-do-chão – Epígrafe nº 1 –, e outro na parede sul, ao nível do 2º andar – Epígrafe nº 2.

Transcrevem-se os dados publicados pelos achadores:

Epígrafe nº 1: [...] ELLVM / OP [...]

Dimensões (em cm): comprimento – 52; largura – 32.

Altura das letras: 7,5 cm.

Espaços: 1 e 2: 4, 5; 3:

Epígrafe nº 2: [...] RC [...] / EV.

Dimensões (em cm): comprimento – 22.2; espessura – 35.5; espessura: 10.

Altura das letras: 8 cm.

Espaços: 1 e 2: 4,7; 3: ?

Cremos ser de interesse voltar à análise destas duas inscrições, por nos ter sido possível identificar o seu contexto.

Em primeiro lugar, assinalar-se-ão dois pormenores: na l. 2 da epígrafe nº 1 e na mesma da epígrafe nº 2, é de considerar que haveria antes mais texto, assim: [...] OP [...] e [...]EV. Aproveita-se também para indicar que, na epígrafe nº 1, o espaço 1 é de 13,5 cm.

Em segundo lugar, a pesquisa entretanto levada a cabo permite-nos afirmar que, apesar de terem sido identificadas no mesmo contexto arqueológico, as duas epígrafes devem ser atribuídas a dois monumentos distintos e não a um só, como tinha sido sugerido. Ou seja, não é verosímil que os dois fragmentos epigráficos tenham feito parte de uma só inscrição, “provavelmente seiscentista” (Carvalho e Valinho, 2001, p. 54).



Com efeito, estamos convictos de que a inscrição nº 1 (**vd. Figura 1.**) corresponde ao lado direito da placa com um epígrafe que se encontrava a sobrepujar “a porta por onde se entra para a dita capella” de Nossa Senhora do Salmo (Oliveira, 2005, p. 183), de acordo com um registo da mesma, efetuado, em 1758, pelo cura da catedral viseense, Nicolau António de Figueiredo, nas *Memorias Paroquiais* (**vd. Figura 2.**).



Figura 1. Fonte: Jorge Marques

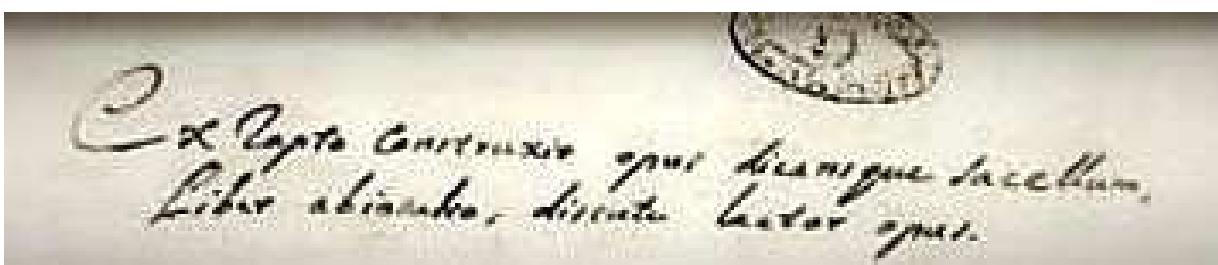


Figura 2. Fonte: Memórias Paroquiais de 1758

A inscrição nº 2 não é hoje visível no prédio; recorremos, por isso, ao texto publicado e a uma fotografia gentilmente fornecida pela empresa ArqueoHoje; infelizmente, também essa fotografia não permite uma leitura minimamente fiável da inscrição; contudo, a conjugação de letras dela remanescentes não se adequa a nenhuma das palavras do epígrafe.

Tivemos ocasião de recorrer ao saber do Prof. A. P. do Couto (comunicação pessoal, 15.09.2018), cuja pronta colaboração muito agradecemos, a fim de melhor se entender o significado do que o manuscrito do cura nos mostrava. E, em seu entender, o texto reza assim:

Ex rapto construxit opus dicansque sacellum / liber ab insulis discute lector opus.

Ora, examinando as letras que nos restam, não parece difícil inseri-las no referido dístico. Assim:

[EX RAPTO CONSTRVXIT OPVS DICANSQVE SAC]ELLVM / [LIBER AB INSVLIS DISCVTE LECTOR]
OP[VS]

Os dois LL estão acoplados e o letreiro ostenta uma paleografia nobre e de traçado clássico, digamos assim.

A. P. do Couto propôs a seguinte tradução:

Tirando das suas casas, mandou, de livre vontade, fazer esta obra e consagrhou um pequeno santuário; examina a obra com atenção, ó leitor!

2. O Enquadramento Arquitetónico

O dístico elegíaco – um hexâmetro dactílico mais um falso pentâmetro, como o classificou o Professor A. P. do Couto – encontrava-se, pois, gravado sobre a porta do *pequeno santuário*. À semelhança de muitos epigramas neoclássicos colocados “em túmulos, estátuas, monumentos públicos, ou ex-votos” (Marnoto, 1997, p. 315), também o desta capela recupera a forma material de gravação lapidar que caraterizou o epígrama nas suas origens greco-latinas (Marnoto, 1997). Aliás, o bispo de Viseu D. Gonçalo Pinheiro (1552-1567) mandou gravar, em 1565, três versos hexâmetros datílicos no lintel do chamado “pórtico do cruzeiro”, situado na alameda que dava acesso ao paço episcopal do Fontelo (Couto, 1991, p. 23).

A Capela de Nª Srª do Salmo, também apelidada *dos Prezos* em documentos de 1712 (1) e de 1737 (2), por estar localizada *defronte da cadeia dos presos civis*, no topo da Rua da Cadeia (atual D. Duarte) (**vd. Figura 3.**), fora mandada edificar em data incerta – provavelmente na centúria de Seiscentos – pelo *meyo cónigo prebendado na Sé de Viseu*, António Leitão, como então se podia ler numa outra inscrição:

“Esta capella de Nossa Senhora do salmo mandou fazer António Leytão, cónigo meyo prebendado na Sé de Viseu, e a deixou com missas à sua custa” (Oliveira, 2005, p. 183).

Tratar-se-á do mesmo cônego António Leitão sepultado no Convento de S. Francisco de Orgens, em 1637 (Gomes, 2016).

Quanto à cadeia, poder-se-á acrescentar que, no *Tombo dos Baldios da Câmara*, pode ler-se, no traslado de 1804 de um manuscrito datado de 1724, guardado na Biblioteca Municipal de Viseu, uma descrição pormenorizada da cadeia civil, então integrada no edifício da Câmara da cidade, como era habitual:

Item a dita Casa da Camara por baixo da Casa das Audiência huma Salla de Cadeia donde estão presos os homens Nobres, a qual tem de cumprido sete varas, e de largo quatro varas e tem huma grade para a Rua da Cadeia. Item mais para a banda direita a Cadeia e Casa dos presos, que tem de cumprimento sete varas, e de largo coatro varas; tem esta Casa da Cadeia huma grade para as escadas que sobem para a Audiência; tem outra grade para a Praça; tem outra grade para a Rua da Cadeia. Item mais para a banda esquerda a Cadeia e Casa dos presos a qual tem huma grade para a Rua e huma fresta; e outra fresta para a quelha da Cadeia (Marques, 2013, p. 46).



3. O Texto

Voltando à epígrafe, dir-se-á que o seu texto se revela algo sibilino e a sua interpretação levanta questões pertinentes.

Retoma-se a leitura do Professor A. P. do Couto, com a liberdade de se preferir – como, de resto, logo se escreveu – *ab insulis*, em vez do estranho *abinsullo*, que Oliveira (2005) e também Capela e Matos (2010) transcreveram das *Memorias Paroquiais* (3):

Ex rapto construxit opus dicansque sacellum / liber ab insulis discute lector opus

Suscitou desde logo curiosidade a expressão inicial “*ex rapto*”, na medida em que seria anormal um cónego roubar algo e, ainda por cima, confessá-lo publicamente numa inscrição para durar. A explicação é dada pelo cura:

“É constante tradição que o dito cónego se tratava vilmente, furtando a si quanto podia de gastos só para os fazer nesta obra” (Oliveira, 2005, p. 183).

Não se tratava, portanto, de um “roubo” concreto, mas sim de uma... abstinência! Era comedido nas despesas, porque desejava empenhar o seu, ainda que parco, espólio na construção do templo: “*ex rapto construxit opus*”.

Boa escolha, a da palavra *opus*, que detém conotação de encargo, peso. Já, por outro lado, em *dicansque sacellum*, «e dedicando o pequeno templo», o uso do particípio presente, a realçar o seu empenho e intervenção direta, como que deixa transparecer o suspiro de alívio que teve, ao ver a obra concluída, mormente por a ter conseguido *liber ab insulis*, expressão passível de interpretar-se «livre de construções», ou seja, isolada, como convém a um templo e como não seria fácil mesmo então, em pleno coração urbano. *Insulae* eram, no tempo dos Romanos, as construções pegadas umas às outras, em ambiente urbano, sem grandes condições de habitabilidade. O cónego, ao invés, lograra para a sua obra a dignidade pretendida!

A interpelação final – *discute lector opus* – é deveras sugestiva e constituiu o corolário do esforço despendido. Diz como, tão a custo, levou a bom termo o seu objetivo, ficou contente com o resultado obtido e, por isso, não hesita em dialogar com o passante que o ler, perguntando-lhe a opinião, na esperança de que não serão parclos os elogios! A expressão *discute lector* era corrente na época, uma vez que a encontrámos por diversas vezes; por exemplo, num livro de teses teológicas (“proposições”), emanado de membros da Companhia de Jesus, publicado em Bratislava no ano de 1717. A proposição XL (de um grupo de três, a XL, a XLI e a XLII) abre com esta frase:

“Ne falso videatur exposita propositio antecedens discute lector verba et sensum praesentium trium propositionum”.

“Para que não se considere falsa a proposição antecedente, atenta, leitor, nas palavras e no sentido das três presentes proposições”.

Discute lector: no caso de Viseu, um convite ao transeunte para que ajuíze a obra pia realizada. É também nesse sentido que vai o texto de Bratislava, apesar de num contexto diferente.

A aplicação da frase na epígrafe resulta, por conseguinte, bem significativa e comprehende-se porque é que o cónego António Leitão não hesitou em a mandar escrever.



Em suma:

Insignificante à primeira vista, o fragmento com apenas sete letras, distribuídas por duas linhas, acabou por trazer nova luz à história urbanística da cidade de Viseu (**vd. Figura 3.**).

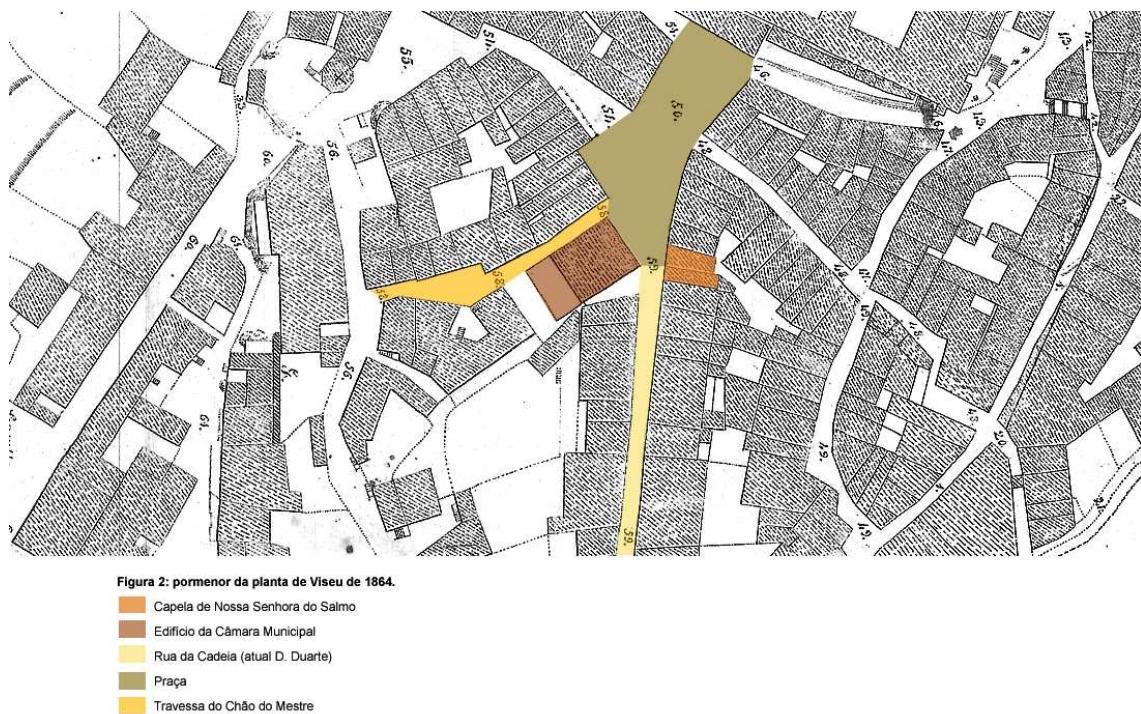


Figura 3. Fonte: Planta Topographica da Cidade de Vizeu de 1864

Confirmou-se que estava quase certo o prior que, respondendo ao inquérito lançado pelo Marquês de Pombal após o terramoto, deu conta da inscrição que estava sobre a porta do templo em honra de Nossa Senhora do Salmo.

Em segundo lugar – e é este, porventura, o mais confortante resultado da pesquisa efetuada – foi possível mostrar que o mais modesto pedaço de pedra com letras encerra em si um pedaço de história por contar. Ao epigrafista, a suprema alegria de a descobrir!

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Prof. Aires P. do Couto e à Profª. Helena Toipa a colaboração dada para este estudo.

NOTAS

(1) Castilho (2012) refere-se assim às confrontações de um prédio na Rua da Cadeia: a norte, estava a “Capela dos Presos” (Castilho, 2010, p. 20-21).

(2) Mais uma alusão retirada de Castilho (2012): uma casa na Rua da Cadeia tinha “huma jenella para a banda da capella dos Prezos também de cantaria” (Castilho, 2012, p. 21).



(3) Oliveira (2005), Capela e Matos (2010), onde se reproduzem as respostas dadas pelo cura de Viseu, reverendo Padre António Figueiredo.

FONTES MANUSCRITAS

Memórias Paroquiais: PT/TT – MPRQ – Vol. 43, nº 515.

Arquivo Municipal de Viseu: "Planta Topographica de Vizeu mandada levantar pela municipalidade de 1864".

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Capela, J. V.; Matos, H. (2010). *As freguesias da Diocese de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: José Viriato Capela.

Carvalho, P. S.; Valinho, A. T. S. (2001). Arqueologia urbana em Viseu. Primeiros resultados. *Conimbriga*, 40, p. 37-64.

Couto, A. P. (1991). *Fontelo – Subsídios para a sua História*. Viseu: Câmara Municipal de Viseu.

Gomes, S. A. (2016). O clero regular. In J. P. Paiva (coord.), *História da Diocese de Viseu* (Vol. 2, p. 296-315). Viseu: Diocese de Viseu; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Marnoto, R. (1997). Epígrama. In J. A. Bernardes, A. P. Castro, M. L. Ferraz, G. C. Melo e M. A. Ribeiro (dir.), *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa* (p. 315-317). Lisboa/S. Paulo: Editorial Verbo.

Marques, J. A. M. (2013). *Forais Manuelinos de Viseu*. Viseu: Edições Esgotadas.

Oliveira, J. N. (2005). *Notícias e Memoriais Paroquiais Setecentistas. 1. Viseu*. Viseu: Palimage.

Propositiones Quesnelli CI à S. D. N. Clemente Papa XI [...]. (1717). Wratislavia.

DOCUMENTO ELETRÓNICO

Castilho, L. (2012). *A cidade de Viseu nos séculos XVII e XVIII Arquitetura e Urbanismo* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal). Disponível na www:<URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/67328/2/000198671.pdf>>.



**"LAS LETRAS DE AQUESTE ASIENTO". EL ENIGMA DEL
CAPACETE DE LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA**

**"THE LETTERS OF THIS HELMET". THE HELMET ENIGMA OF
THE ROYAL ACADEMY OF HISTORY**

Xaverio Ballester

Universitat de Valéncia, Facultat de Filologia, Departament de Filologia Clàssica

xaverio.ballester@uv.es



“Las Letras de Aqueste Asiento”. El enigma del Capacete de la Real Academia de la Historia

Xaverio Ballester

Historial do artigo:

Recebido a 22 de março de 2019

Revisto a 04 de maio de 2019

Aceite a 27 de maio de 2019

RESUMO

Na Academia Real de História da Espanha, em Madrid, um capacete militar, datável no final do século XV, foi preservado em muito bom estado. O capacete apresenta um texto escrito que contém uma inscrição enigmática cuja resolução aqui é proposta.

Palavras-Chave: Inscrição, Enigma, Capacete, Academia Real de História da Espanha.

RESUMEN

En la Real Academia de la Historia, en Madrid (España), se conserva en muy buen estado un casco militardatable a finales del siglo xv. El casco presenta un texto escrito que contiene una enigmática inscripción cuya resolución aquí se propone.

Palabras-clave: Inscripción, Enigma, Casco, Real Academia de la Historia.

ABSTRACT

A military helmet, dating back to the end of the 15th century, is preserved in a very good state in the Royal Academy of History, in Madrid (Spain). The helmet presents a written text containing an enigmatic inscription whose solution is proposed here.

Key-words: Inscription, Enigma, Helmet, Spanish Royal Academy of History.

En la Real Academia de la Historia, en Madrid—R.A.H. en usual abreviatura—se conserva en muy buen estado un casco militar (**vd. Figura 1.**) datable a finales del siglo xv (Eiroa, 2006, p. 85) (1), técnicamente un bacinete o capacete con guarnición de latón y con la singularidad de presentar un texto escrito que rodea todo el casco. La pieza es característica de la época de los Reyes Católicos y su lugar de fabricación se suele atribuir a las poblaciones aragonesas de Calatayud o Castejón de las Armas por las marcas en forma de huella de palmípedo que ofrece en la calota.

Este capacete apareció recogido, descrito y comentado por Álvaro Soler (2001, p. 253–254) en la obra recopilatoria colectiva *Tesoros de la Real Academia de la Historia*, donde entre la pormenorizada descripción del casco se comenta que la banda de la pieza que circunda todo el



ruedo, «(...) alberga una enigmática inscripción probablemente de tipo caballeresco (...)» (Soler, 2001, p. 254). Posteriormente la pieza fuera también recogida y analizada con más detenimiento por Eiroa (2006, p. 85–86 número 81 y 192–195 láminas 20–23) en *Antigüedades Medievales* dentro del *Catálogo de Gabinete de Antigüedades de la Real Academia de la Historia*, obra que luce precisamente en su portada una fotografía de nuestro capacete y en la que se señala la procedencia cordobesa de este (Eiroa, 2006, p. 85) al ser regalado junto con un fragmento de cota de mallas «a la Real Academia de la Historia por el Sr. Muñoz el 21 de diciembre de 1838» (Eiroa, 2006, p. 86).

El *enigmático* texto, en letras góticas, del capacete reza así:

LAS LETRAS DE AQUESTE ASIENTO DICEN MI BIEN Y TORMENTO

repartidas las palabras en las siguientes secuencias separadas por clavos u otras irregularidades en la banda:

LA—SLE—TRA—SDE—AQU—EST—EAS—IE/N/TO—DIC—ENM—IBI—ENY—TOR—MEN—TO

En un texto ambiguo eventualmente recogería De Leguina (1912, p. 113) otra pieza con otro casi idéntico mensaje: *LAS LETRAS DE AQUESTE ASIENTO DICEN MI PENA Y TORMENTO*, para a continuación, sin mayor especificación remitir al *Indicador Cordobés* de Ramírez (1837: 190–191 nota 7) donde se menciona «(...) otro morrón ó capacete de hierro hallado en un sepulcro con una espada y un pedazo de malla conserva en su poder Don Francisco de Paula Furriel. El capacete tiene adornos de metal dorado, y está ceñido con una cinta de la misma materia en que se lee esta inscripcion: ‘las letras de aqueste asiento dicen mi bien y tormento’». Todo—descripción, inscripción, procedencia...—parece, pues, indicar que se trata de las mismas pieza e inscripción habiéndose introducido por error o errata la voz *PENA* en vez de la original *BIEN* de modo similar a como también erróneamente registra De Leguina (1912, p. 113) *Zurriel* en vez de *Furriel* como nombre del propietario. En todo caso, la costumbre de inscribir mensaje en las cintas de los capacetes no sería excepcional, el mismo Ramírez (1837, p. 51) nos habla de otro «(...) capacete de hierro guarnecido con una cinta de metal dorado, en que se advertian unas letras gravadas que no se podian leer (...)».

Más provechosa parece, en cambio, la observación por De Leguina (1912, p. 113) de que «se llamaba también algunas veces al capacete» *asiento de cabeza*, lo que implica que *asiento* era precisamente una denominación poco común, circunstancia que nos da una pista sobre la resolución del enigma, como lo haría también—o hubiese hecho, caso de verdaderamente darse, como no creemos—la variación *BIEN/ PENA* al comportar que no todos los términos estarían implicados—o hubiesen estado implicados—en dicha resolución.

En todo caso, la orientación propuesta por Soler para la solución del enigma nos parece, en efecto, la correcta: se trata un mensaje caballeresco, entendiendo más concretamente *caballeresco* como connotativamente ‘amoroso’, una vez que la definición del amor como algo simultáneamente positivo y negativo (*MI BIEN Y TORMENTO*), simultáneamente bueno y malo es en sus diversas manifestaciones un tópico de la literatura occidental al menos desde época grecorromana. Baste aducir, entre muchísimos testimonios, aquel verso catuliano donde se aludía a Venus, diosa del amor, como la que “mezcla la dulce con cuitas amargura” (Catull. 68,18: *quæ dulcem curis miscet amaritiem*). Una primera—y creemos definitiva—pista para la resolución del enigma estaría, como dijimos, en la forma *ASIENTO*, ya que resultaría tanto sintáctica cuanto léxicamente algo forzada e incluso superflua si no contuviera un elemento importante. En efecto, podría haberse fácilmente simplificado el mensaje con fórmulas cuales “estas letras dicen...” o substituir “asiento” por cualquier otro sinónimo o parásinónimo ora más específico ora más genérico: *bacinete, capacete, morrón....* Al abordar la posible solución del



problema también hay que tener en cuenta la esperable común psicología del portador del mensaje, probablemente un rudo soldado profesional aficionado a las letras y no un genio de la literatura profesional y ocasional militar como, por citar señoramente a alguien casi de esa misma época, Miguel DE CERVANTES, autor de virguerías cuales este poema incluido en su inmortal *Quijote*: «¿Quién menoscaba mis bienes?/ Desdenes/ ¿Y quién aumenta mis duelos?/ Los celos/ ¿Y quién prueba mi paciencia?/ Ausencia./ De este modo, en mi dolencia/ ningún remedio me alcanza,/ pues me mata la esperanza,/ desdenes, celos y ausencia/ ¿Quién me causa este dolor?/ Amor/ ¿Y quién mi gloria repugna?/ Fortuna/ ¿Y quién consiente en mi duelo?/ El cielo./ De este modo, yo recelo/ morir deste mal extraño,/ pues se aumentan en mi daño/ amor, fortuna y el cielo/ ¿Quién mejorará mi suerte?/ La muerte./ Y el bien de amor ¿quién le alcanza?/ Mudanza./ Y sus males ¿quién los cura?/ Locura./ De ese modo, no es cordura/ querer curar la pasión,/ cuando los remedios son/ muerte, mudanza y locura».

Pues bien, siguiendo con nuestra pista encontramos en la forma *ASIENTO*, una secuencia céntrica *A]SIEN[TO*, donde, tras una sencilla metátesis puédense encontrar uno de los nombres femeninos más populares de la época: *Inés*. Tal creemos haya sido el nombre de la fémina que representó el bien y el tormento de aquel bravío soldado español. Tal, nos parece, la resolución del enigma del capacete de la Real Academia de la Historia.



Figura 1. Capacete con inscripción. **Fuente:** Tesoros de la Real Academia de la Historia, Madrid 2001, página 254.

BIBLIOGRAFÍA CITADA

Eiroa Rodríguez, Jorge A. (2006). *Antigüedades Medievales*. Madrid: Real Academia de la Historia.

De Leguina, Enrique (1912). *Glosario de voces de armería*. Madrid: Librería de Felipe Rodríguez.

Ramírez y Las Casas–Deza, Luis María (1837). *Indicador Cordobés*. Córdoba: Imprenta de D. Rafael García Rodríguez.

Soler, Álvaro (2001). *Tesoros de la Real Academia de la Historia*. Madrid: Real Academia de la Historia – Patrimonio Nacional.

NOTAS

(1) Agradecemos al ilustrísimo Sr. Anticuario de la Real Academia de la Historia, Prof. Dr. Martín Almagro-Gorbea esta referencia así como todas las útiles observaciones que nos ha hecho llegar.



¿HACEMOS UNA CORRECTA DIVULGACIÓN CIENTÍFICA EN ARQUEOLOGÍA?

DO WE MAKE A CORRECT SCIENTIFIC DISCLOSURE FOR ARCHEOLOGY?

Vanessa Guzmán

Departament d'Educació de la Generalitat de Catalunya, C/ del Marquès de Comillas,
67-69, 08202, Sabadell, Spain.
vlopez33@xtec.cat

Juan F. Gibaja

Institució Milà i Fontanals (IMF-CSIC), Grupo de Arqueología de las Dinámicas Sociales.
C/Egipciaques, 15, 08001 Barcelona, Spain.
jfgibaja@imf.csic.es

Millán Mozota

Institució Milà i Fontanals (IMF-CSIC), Grupo de Arqueología de las Dinámicas Sociales.
C/Egipciaques, 15, 08001 Barcelona, Spain.
millanm@imf.csic.es

Ariadna Nieto

Institució Milà i Fontanals (IMF-CSIC), Grupo de Arqueología de las Dinámicas Sociales.
C/Egipciaques, 15, 08001 Barcelona, Spain.
anietoespinet@imf.csic.es

Silvia Valenzuela

Institució Milà i Fontanals (IMF-CSIC), Grupo de Arqueología de las Dinámicas Sociales.
C/Egipciaques, 15, 08001 Barcelona, Spain.
svalenzuela@imf.csic.es



¿Hacemos una Correcta Divulgación Científica en Arqueología?

Vanessa Guzmán

Juan F. Gibaja

Millán Mozota

Ariadna Nieto

Silvia Valenzuela

Historial do artigo:

Recebido a 02 de maio de 2019

Revisto a 30 de maio de 2019

Aceite a 09 de junho de 2019

RESUMEN

A menudo tenemos la sensación que todo aquello que hacemos en el ámbito de la divulgación científica es correcto, que los resultados esperados son casi siempre positivos y que el público suele estar satisfecho de las actividades realizadas. Ello hace que nos “relajemos” y seamos poco críticos con aquello que explicamos y cómo lo hacemos.

En nuestro caso particular, desde que en 2013 iniciamos nuestro camino en el ámbito de la divulgación, apenas habíamos recogido de manera detallada la opinión del público ni efectuado un diagnóstico autocrítico de nuestras actividades. De este modo, solo basábamos nuestras valoraciones en aquello que nos explicaban los asistentes personalmente.

Siendo conscientes de nuestro error y de la necesidad de profundizar en la opinión del público, decidimos establecer una colaboración con una psicopedagoga. Esa colaboración ha tenido los siguientes objetivos: evaluar nuestro modelo divulgativo, examinar cómo explicamos los conceptos y cuáles son las herramientas didácticas empleadas, conocer y entender las respuestas de los asistentes y comprender las dificultades con las que se han encontrado los divulgadores y divulgadoras.

Este trabajo recoge, por tanto, la metodología empleada y los resultados obtenidos con la evaluación psicopedagógica en relación a las actividades que hemos realizado con tres colectivos: adolescentes donde la mayoría son inmigrantes, personas con diversidad funcional y Tercera Edad.

Palabras Clave: Divulgación, Arqueología, Evaluación de las Actividades, Diversidad, Inclusión.



ABSTRACT

We often have the feeling that everything we do in the field of scientific dissemination is correct, that the expected results are usually positive and that the public is usually satisfied with the activities carried out. This causes us to "relax" and be uncritical with what we explain and how we do it.

In our particular case, since we began our journey in the field of scientific dissemination in 2013, we had barely collected the opinion of the public in detail or made a self-critical diagnosis of our activities. In this way, we only based our assessments on what the attendees explained to us personally.

Being aware of our error and the need to deepen into the public's opinion, we decided to establish a collaboration with a psycho-pedagogue. The collaboration had the following objectives: to evaluate our science dissemination model, to examine how we explain the concepts, and which are the didactic tools used, to know and understand the answers of the assistants and to understand the difficulties that the disseminators have encountered.

This work, therefore, includes the methodology used and the results obtained with the psycho-pedagogical evaluation in relation to the activities we have carried out with two groups: adolescents, the majority immigrants, and people with intellectual disabilities.

Key-words: Science Dissemination, Archaeology, Activity Feedback, Diversity, Inclusion.

1. Introducción

Se le llama divulgación científica al conjunto de actividades que interpretan y hacen accesible la investigación y el conocimiento científico al público en general. El discurso empleado debe ser adaptado y fácilmente comprensibles por los destinatarios (Sánchez y Roque, 2011).

En el caso de la arqueología, la divulgación y la transferencia de conocimientos tienen cada vez mayor relevancia en los planes de estudio y en las actividades realizadas por arqueólogos profesionales. Ello explica tanto la proliferación de asignaturas en los programas docentes universitarios, como los cada vez más habituales congresos y seminarios monográficos, o sesiones específicas en grandes eventos. A modo de ejemplo, podríamos citar las sesiones organizadas en el European Association of Archaeologists (EAA), o en La International Union of Prehistoric and Protohistoric Sciences (UISPP) (Díaz-Andreu et al., 2016; Comendador, 2018).

Para cumplir estos objetivos, y entendiendo que cada uno de nosotros debe sentirse responsable a la hora de aportar su granito de arena, desde 2013 venimos dirigiendo múltiples proyectos divulgativos en los que se han preparado numerosas actividades didácticas alrededor de la arqueología. Estas acciones se han regido por diversas características que han definido el modelo divulgativo de nuestros proyectos:

1.1. Están destinadas a todo tipo de públicos, independientemente de su edad, sexo, nivel educativo o condición social.

1.2. Hay un interés especial por organizar y adaptar las actividades a aquellos colectivos "olvidados" por la difusión. Aunque las razones de su ausencia son diversas, nosotros hemos conseguido poder trabajar con algunos de esos grupos: personas con diversidad funcional



(intelectual o física), de la Tercera Edad o en riesgo de exclusión social (p. e. nuevos inmigrantes o personas gitanas).

1.3. Actividades realizadas habitualmente en múltiples espacios: plazas, calles, centros sociales, asilos, escuelas, museos, etc.

1.4. Empleo de herramientas didácticas muy sensitivas y un lenguaje muy sencillo en el que se cuidan mucho aquellos aspectos referidos a las cuestiones de género, ideológicas o religiosas.

Los lectores pueden profundizar sobre nuestros proyectos, actividades y formas de divulgar en la web <https://cienciainclusiva.wordpress.com>, así como en algunas de las publicaciones que hemos presentado en diversos foros y revistas (Gibaja et al., 2016a, 2016b, 2017, 2018, “en prensa” es ahora 2019).

2. Objetivos del artículo

El presente trabajo tiene la finalidad de hacer una evaluación crítica de nuestra forma de divulgar. Durante estos años hemos tenido la sensación que todo lo que hacíamos era correcto y que gustaba al público. Sin embargo, esta apreciación no estaba fundamentada en una valoración exhaustiva y profunda, sino simplemente en algunos comentarios recibidos. Evidentemente, deberíamos haber sido muy cautos ante tales opiniones, pues podían estar mediatisadas, al provenir de la comunicación interpersonal más directa.

Para determinar hasta qué punto esas apreciaciones eran o no correctas, decidimos hacer un análisis y seguimiento psicopedagógico de nuestras actividades. En dicho análisis se han evaluado tanto a los investigadores/as que han hecho la difusión, como las respuestas del público asistente. Para ello contamos con una psicopedagoga, con amplia experiencia laboral con colectivos muy diversos, que acudió y observó *in situ* las acciones y solicitó a cada uno de los asistentes la cumplimentación de una encuesta en su propio centro educativo o social. De esta manera, evitábamos mediar o influir en sus opiniones.

Este trabajo, por tanto, está dedicado a la metodología empleada en este estudio psicopedagógico, al análisis de los datos de las encuestas, a la valoración de todos aquellos aspectos que hayan proporcionado resultados positivos y negativos, y a la importancia de contar con expertos externos que hagan este tipo de lecturas críticas. Si comprendemos qué explicaciones o herramientas no han dado los frutos esperados, podremos eliminarlas o cambiarlas para obtener mejores resultados, en clave de: transmisión de conocimientos, facilidad para adquirirlos, satisfacción del público a la hora de participar en las actividades, implicación de los asistentes en las acciones que realizamos, y grado de permeabilidad (en tanto que pretendemos que sean ellos también los transmisores de aquello que hemos explicado), entre otros.

3. Metodología

3.1. Bases para una correcta evaluación de las actividades

Para una correcta evaluación de las actividades hemos seguido los siguientes pasos:

- Presencia de la Psicopedagoga en las actividades realizadas (**vd. Figura 1.**).





Figura 1. Evaluación in situ de la psicopedagoga durante una de las conferencias. Fuente: Juan F. Gibaja

- Recogida de imágenes y/o audios de las conferencias, talleres, etc.
- Preparación de una encuesta sencilla y comprensible por cualquier tipo de público. Hemos usado elementos figurativos como caras alegres o tristes para facilitar la evaluación a personas que, por distintos motivos, no sepan escribir correctamente o tenga dificultades con el lenguaje escrito.
- Preguntas directamente solicitadas a los profesores o educadores que acompañaban a los distintos grupos.

Después de haber recopilado toda esta información, la psicopedagoga ha examinado y tratado los datos. Es decir, ha realizado un análisis a partir del cual ha hecho una valoración crítica de todos los aspectos positivos y negativos que han podido influir en la correcta adquisición de los conocimientos propuestos y de su comprensión. En este sentido, ha sido de enorme importancia reconocer qué conceptos o medios de transmisión han sido los más idóneos, cuáles teníamos que mejorar o cambiar y qué otros debíamos desechar. Así, por ejemplo, hemos observado que ciertas palabras habitualmente empleadas por los arqueólogos no habían sido comprendidas, caso por ejemplo de "yacimiento", "sílex" o "datacin", que el uso de un mismo tono y timbre de voz puede provocar desconexión o aburrimiento, o que el empleo de muchas imágenes en las presentaciones de tipo *Powerpoint* puede generar confusión a personas para las que es complicado asumir toda la información en pocos segundos.

3.2. Público asistente

En el presente artículo queremos mostrar los resultados de las encuestas realizadas por tres colectivos distintos:

- Adolescentes del Instituto Miquel Tarradell del Barrio del Raval de Barcelona.
- Personas con diversidad funcional del Taller de Sant Jordi y la cooperativa TEB (Síndrome de Down, Asperger, Autismo, X frágil, etc.). El primero se encuentra en el barrio del Raval y el segundo en el de Sant Andreu, ambos en la ciudad de Barcelona.
- Personas de la Tercera Edad de la Asociación Nou Horitzons del barrio de Horta en Barcelona.

Tales colectivos participaron en un taller alrededor de la Prehistoria, en el que hubo una parte teórica, donde se explicaron diversos conceptos básicos, y una parte práctica en la que se usaron réplicas y restos arqueológicos con los que ejemplificar algunas de las cuestiones abordadas en la anterior parte teórica.

En cada caso también se emplearon algunos recursos bibliográficos adaptados al grupo que hizo el taller: cuentos, cómics o libros de carácter divulgativo.

Una vez finalizado el taller se abrió un turno abierto de preguntas y reflexiones, si bien durante todo el tiempo que duró la experiencia se fomentó la participación para que tales cuestiones surgieran de forma espontánea.

Finalmente, se les solicitó a sus acompañantes (profesores/as, psicólogos/as, educadores/as sociales...) que una vez regresaran a sus centros llenaran la encuesta. Ello nos debía ayudar a comprender cómo había ido el taller, qué grado de satisfacción había tenido sobre el público asistentes, y cuáles eran los aspectos más positivos y negativos.

4. Resultados

Una vez explicada la metodología de evaluación empleada y el público que ha participado en las actividades, exponemos los resultados de las encuestas realizadas y el análisis de las opiniones vertidas.

4.1. Adolescentes del Instituto Miquel Tarradell del Barrio del Raval (Barcelona)

Grupo compuesto por 32 alumnos/as de Primero de la E.S.O (de entre 11 y 12 años de edad), el 90% de los cuales, ya sea ellos y/o sus familiares, no son originarios de España (**vd. Figura 2.**).





Figura 2. Conferencia con contenido práctico realizado con los adolescentes del Instituto Miquel Tarradell del Barrio del Raval (Barcelona). **Fuente:** Juan F. Gibaja

Esta circunstancia es muy habitual en determinados contextos urbanos de Barcelona, como el caso del barrio del Raval, donde la población inmigrante es casi un 50%, en gran parte extracomunitaria. Estos chicos y chicas se encuentran en una etapa de su desarrollo muy susceptible a cambios físicos y psíquicos, por lo que se consideró oportuno recalcar temas muy cercanos a ellos/ellas como: los movimientos poblacionales en la Prehistoria, el papel de la mujer en el pasado y el presente, y nuestros comportamientos machistas y racistas, entre otros. Con esto pretendíamos motivarlos y acercarlos a sus propias realidades, necesidades e inquietudes.

Los resultados de la encuesta, resumidos en la tabla 1:

Tabla 1. Resumen de los resultados de la encuesta realizada a los adolescentes del Instituto Miquel Tarradell del Barrio del Raval (Barcelona). **Fuente:** Vanessa Guzmán

				?	Comentarios de los encuestados
¿Las explicaciones te han parecido claras?	22	10	0	Solicitan:	<ul style="list-style-type: none"> - Explicaciones más claras. - Repetir los conceptos para poder entenderlos. - Ser más claros en algunos conceptos.
¿Te ha gustado la actividad?	21	8	3	Algunos apuntan que:	<ul style="list-style-type: none"> - No les ha gustado.

				- Era una actividad muy interesante y les gustaría repetir.
¿La recomendarías?	14	13	5	Algunos opinan que - El tema era muy interesante. - No les ha gustado.
¿Te ha parecido interesante y útil?	21	8	3	Entre las consideraciones, se dice: - Si, porque les han permitido saber cómo era la vida antes. - No les ha gustado. - Les ha parecido muy útil y recomienda repetirlo en otras escuelas e institutos. - Han aprendido mucho sobre la Prehistoria.

- El 67% de los encuestados afirman que las explicaciones les han parecido claras. Ante estos datos, podemos deducir que más de la mitad ha considerado que esa claridad se ha traducido en una comprensión de los conceptos explicados.
- Otra parte del alumnado no se siente satisfecho con la actividad, ya que ante la cuestión sobre la claridad de las explicaciones han afirmado: "*No bastante*", "*Son más o menos claras*" y "*Repetirlo para entenderlo*". Ello nos debe hacer reflexionar sobre el lenguaje y las herramientas que debemos utilizar para mejorar los resultados.
- En el caso de la pregunta, "*¿Te ha gustado la actividad?*", un 65,6% considera que sí, un 25% no se sienten satisfechos/as y un 9,4% se sienten indecisos. Aunque en este caso las respuestas han sido más diversas, el nivel de satisfacción sigue siendo alto. Esta pregunta la podemos relacionar con la motivación del alumnado, aspecto muy importante a la hora de sentirse a gusto ante el taller y el deseo de aprender.
- En cuanto a si "*¿Recomendarías la actividad?*", un 43,7% considera que sí, un 40,6% no lo recomendaría y un 15,7% no sabe qué contestar. En estas respuestas vemos que el número de personas que no recomendarían el taller es muy alto, lo que no coincide mucho con el hecho de haberle gustado (hasta un 65%).
- Finalmente, ante la pregunta "*¿Te ha parecido interesante y útil?*", un 65,6% tienen una valoración positiva, un 25% critican la actividad y un 9,4% no saben qué contestar. En este caso la valoración es muy positiva, mostrando un interés por la Prehistoria, una disciplina muchas veces olvidada y poco valorada.



4.2. Personas con diversidad funcional del Taller Sant Jordi del Barrio del Raval (Barcelona)

El “Taller Sant Jordi” de Barcelona es una asociación de familias con personas con diversidad funcional. Participaron 15 personas de diferentes edades (entre 30 a 65 años), con diagnósticos diferentes. Como en el caso anterior, se realizó un taller teórico-práctico sobre la Prehistoria. La diferente edad y diagnóstico ha hecho que fuera muy complejo y complicado ofrecer un taller uniforme, asimilable para todo el grupo. A este respecto, en algunos casos se ha hecho imprescindible suprimir ciertos conceptos o adaptarlos a medida que iba avanzando el taller (**vd. Figura 3.**).



Figura 3. Inicio de la conferencia sobre prehistoria realizada para las personas con diversidad funcional del Taller Sant Jordi del Barrio del Raval (Barcelona). **Fuente:** Millán Mozota

En este caso las respuestas son más sencillas y sin apenas comentarios, ya que varias de las personas que participaron tienen ciertas dificultades para expresarse de manera escrita. Sea como fuere, observamos que las opiniones son muy positivas y hay una excelente aceptación de la actividad. Así, entre el 86,6% y el 100% tienen una consideración positiva frente a un 6,66% y un 13,3% que no lo recomendaría, no les ha gustado o no la han encontrado de utilidad (Tabla 2).

Tabla 2. Resumen de los resultados de la encuesta realizada a personas con diversidad funcional del Taller Sant Jordi del Barrio del Raval (Barcelona). **Fuente:** Vanessa Guzmán

				Comentarios de los encuestados
¿Las explicaciones te	15	0	0	Solicitan explicaciones más extensas y con un ritmo más lento.

han parecido claras?				
¿Te ha gustado la actividad?	14	1	0	Ninguno
¿La recomendarías?	14	1	0	Ninguno
¿Te ha parecido interesante y útil?	13	2	0	Ninguno

La imagen general es que se percibe una valoración muy positiva, más si tenemos en cuenta opiniones como: “*Que las próximas sesiones sean interesantes también*” y “*Me hubiera gustado que hubieran profundizado un poco más*”. Pero también debemos cuidar determinadas formas de explicar los conceptos, ya que una de las personas encuestadas nos advierte que: “*Estaría bien explicar más lento*”.

4.3. Personas con diversidad funcional de la Cooperativa TEB del Barrio de Sant Andreu (Barcelona)

Como en el caso anterior, se trata de un grupo de personas con diversidad funcional (síndrome de Down, Autistas, Asperger, síndrome del X frágil, etc.). Pertenecientes a la cooperativa TEB, asistieron un total de 14 personas con edades comprendidas entre los 30 y los 60 años (aunque la mayoría son bastante jóvenes, no pasando de los 35 años).

El taller realizado con este colectivo estuvo compuesto por dos conferencias (**vd. Figura 4.**), un taller de cocina con productos consumidos en la prehistoria (cuyas creaciones gastronómicas ofrecieron más tarde a amigos, cuidadores y familiares) y una visita al Parque Arqueológico de las Minas de Gavà (Barcelona) (**vd. Figura 5.**).





Figura 4. Conferencia sobre prehistoria para personas con diversidad funcional de la Cooperativa TEB del Barrio de Sant Andreu (Barcelona). **Fuente:** Juan F. Gibaja



Figura 5. Visita a las Minas Prehistóricas de Gavà (Barcelona) con personas con diversidad funcional de la Cooperativa TEB del Barrio de Sant Andreu (Barcelona). **Fuente:** Juan F. Gibaja

Aunque había diversas edades y diagnósticos, las diferencias entre ellos no eran tan patentes por diversos motivos: es un grupo que ha estado estimulado desde sus edades más tempranas,

se ayudan mutuamente, los cuidadores trabajan mucho con ellos de manera personalizada y previamente a la conferencia habían preparado la actividad.

Como se puede apreciar en la encuesta, hay una satisfacción mayoritaria sobre el contenido y el desarrollo de las actividades realizadas (Tabla 3). Sólo en algunos casos varias personas opinan que no la recomendarían, aunque desconocemos los motivos. Quizás en ciertos momentos se han aburrido, no les gustaba la temática, se les ha hecho muy larga la acción o las herramientas didácticas que hemos usado, las explicaciones o el tono empleado no han sido los más idóneos.

Tabla 3. Resumen de los resultados de la encuesta realizada a personas con diversidad funcional de la Cooperativa TEB del Barrio de Sant Andreu (Barcelona). **Fuente:** Vanessa Gómez

				No contesta	Comentarios de los encuestados
¿Las explicaciones te han parecido claras?	14	0	0	0	Valoración positiva del soporte visual (imágenes) pues la comprensión de las explicaciones.
¿Te ha gustado la actividad?	12	1	0	1	Valoran las explicaciones claras e interesantes por parte de los/las arqueólogos/as.
¿La recomendarías?	8	1	4	1	Consideran que podría ser explicado también a otras personas de colectivos distintos. Algunas personas no recomendarían el taller, sin especificar los motivos.
¿Te ha parecido interesante y útil?	11	1	1	1	Lo consideran muy interesante y se muestran satisfechos gracias a su utilidad. Consideran importantes los conceptos que han descubierto sobre la Prehistoria a partir de la cocina.



4.4. Personas de la Tercera Edad de la Asociación Nou Horitzons del Barrio de Horta (Barcelona).

Se trata de un grupo de unas 12 personas de la Tercera Edad caracterizadas por su interés por todo aquello que tiene que ver con la cultura y la transmisión de conocimientos. Tanto es así que organizan continuamente conferencias sobre distintas temáticas, visitas a museos o incluso certámenes literarios. Ello explica que se apasinaran por todo lo que les contábamos y que participasen activamente en las actividades. En este caso, les preparamos un ciclo de 5 conferencias sobre distintos aspectos de la prehistoria con una visita guiada al Museo de Can Oliver (Cerdanyola del Vallès, Barcelona) (**vd. Figuras 6. y 7.**).



Figura 6. Conferencia sobre la explotación de los animales en la prehistoria para personas de la Tercera Edad de la Asociación Nou Horitzons del Barrio de Horta (Barcelona). **Fuente:** Silvia Valenzuela



Figura 7. Visita al Museo de Ca n'Oliver de Cerdanyola del Vallès (Barcelona) con personas de la Tercera Edad de la Asociación Nou Horitzons del Barrio de Horta (Barcelona). **Fuente:** Juan F. Gibaja

En éste caso, las encuestas nos muestran una absoluta satisfacción sobre el contenido y el desarrollo de las actividades realizadas (**Tabla 4.**). No obstante, algunos de los asistentes apuntaron que habían tenido problemas de audición, siéndoles relativamente complicada seguir el contenido de las charlas. Ello nos ha enseñado que con estos colectivos es importante conocer si tienen problemas auditivos o visuales con el fin de buscar soluciones: hablar siempre en dirección a los asistentes, situar a las personas con este tipo de dificultades lo más próximo a la presentación y al conferenciante, etc.

Tabla 4. Resumen de los resultados de la encuesta realizada a personas de la Tercera Edad de la Asociación Nou Horitzons del Barrio de Horta (Barcelona). **Fuente:** Vanessa Guzmán

				Comentarios de los encuestados
¿Las explicaciones te han parecido claras?	12	0	0	<ul style="list-style-type: none"> - Queremos más. - Este tipo de divulgación es muy interesante para la Tercera Edad. - A una de las conferenciantes no se le oía.

				<ul style="list-style-type: none"> - Es interesante escuchar sus charlas porque aprendes cosas y es muy gratificante. - Ha sido muy interesante y he resuelto dudas que tenía. -Sería interesante hablar con un tono de voz más alto para las personas con problemas de audición.
¿Te ha gustado la actividad?	12	0	0	
¿La recomendarías?	12	0	0	
¿Te ha parecido interesante y útil?	12	0	0	

Vistos estos resultados, es importante destacar que el *feedback* positivo con las personas de la Tercera Edad nos debe obligar a trabajar más con ellos y ofrecerles actividades adaptadas. Sin duda, son uno de los colectivos más olvidados por la divulgación científica.

5. Valoración sobre los ponentes y las actividades

A la hora de valorar a los ponentes y sus actividades se ha tenido en cuenta las encuestas por parte de los diferentes colectivos, las respuestas a las preguntas hechas a los ponentes y finalmente, las anotaciones tomadas por parte de la psicopedagoga *in situ* en el taller.

En este sentido, a través de una serie de preguntas quisimos saber la opinión de los ponentes:

- Cuestión 1: ¿En qué ha consistido la actividad que has hecho?
- Cuestión 2: ¿Qué cosas has tenido en cuenta a la hora de explicar los contenidos del taller (teórico y práctico) con el colectivo que has tratado?
- Cuestión 3: ¿Consideras que han respondido bien? ¿Se han mostrado activos y han participado?
- Cuestión 4: ¿Consideras que tu metodología ha sido la adecuada a la situación? ¿Modificarías o harías alguna adaptación teniendo en cuenta la relación entre vuestros objetivos y la respuesta por parte del grupo?
- Cuestión 5: Otros comentarios (reflexiones, valoraciones...)

A continuación, en la tabla 5 resumimos las respuestas recibidas por los conferenciantes en relación a las preguntas 2, 3, 4 y 5.

Tabla 5. Resumen de las respuestas realizadas por los conferenciantes a la psicopedagoga. **Fuente:** Vanessa Guzmán

Cuestión 2	Cuestión 3	Cuestión 4	Cuestión 5
<ul style="list-style-type: none"> - Exposición clara de los conceptos. - Tener mecanismos para ir comprobando que siguen los conceptos. - Lenguaje sencillo y descriptivo. - No simplificar en exceso. - Interactividad con el grupo. - Uso del humor. - Ofrecer información previa al taller. - Adecuar el contenido a las necesidades del grupo. - Material de apoyo atractivo (Powerpoint, objetos maleta pedagógica). 	<ul style="list-style-type: none"> - Mejorable, no todo el grupo se mostró activo/a. - Respuesta regular por parte del grupo debido al hecho de ser un grupo muy heterogéneo con particularidades muy distintas. Y por no trabajar los conceptos previamente. - Respuesta bastante positiva por parte de los adolescentes. - Respuesta muy interesada y activa. - Mucha participación. 	<ul style="list-style-type: none"> - Discurso más sencillo. - Fomentar un poco más la interacción. - Seguir adaptando los talleres al grupo. - Talleres más sensitivos en el caso de los colectivos con barreras más notorias. - Tener en cuenta la duración de los talleres dependiendo del grupo que hace el taller. - Recibir más formación para tener más herramientas en los talleres. - Más mediadores para atender a las personas que lo necesiten en el taller. Así conseguiremos propuestas más dinámicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ser de la tercera edad no es sinónimo de “no capacidad”. Son personas en muchos casos independientes e intelectualmente despiertas.

De las opiniones reflejadas en dicha tabla se puede deducir que la satisfacción por parte de los arqueólogos es elevada, aunque hay que abordar una serie de cambios y aprendizajes para poder ofrecer metodologías adecuadas a diferentes colectivos. Estás reflexiones coinciden con la observación *in situ* de la psicopedagoga, ya que los arqueólogos ofrecieron una metodología y un lenguaje verbal y no verbal muy adecuado a los diferentes grupos con los que trabajaron. No obstante, y como bien afirman, sería interesante invertir recursos y tiempo en profundizar en adaptaciones y metodologías para diferentes colectivos.

Estás valoraciones se encuentran totalmente relacionadas con las actividades, las cuales han sido en todo momento adaptadas y flexibles a los diferentes grupos. Con esto se ha querido



ofrecer a todos los colectivos la oportunidad de acceder a la ciencia y demostrar que ello es posible. Por consiguiente, de una forma u otra, toda persona interesada debería poder acceder a la ciencia siempre que quisiera, sin importar cuál fuese su diversidad.

Teniendo en cuenta la observación de la psicopedagoga, la de los arqueólogos y las de las personas que han estado en las diferentes actividades, podemos afirmar que vamos por buen camino. Aunque hay cosas a mejorar, en general la respuesta ha sido muy positiva gracias a la adaptación de los contenidos en relación a las particularidades de cada colectivo.

6. Conclusiones

A lo largo de este trabajo hemos querido mostrar la necesidad de hacer una autocrítica de las actividades divulgativas que organizamos investigadores, profesores, personal de museos, etc. En ocasiones, nos acostumbramos tanto a repetir nuestro discurso que no somos conscientes de los errores que cometemos en relación al contenido y al modo de transmitir los conocimientos. La colaboración con una psicopedagoga para que hiciera una evaluación crítica de todo lo que rodea a nuestras actividades ha sido una experiencia enormemente positiva. Tanto es así, que reivindicamos la necesidad de que profesionales similares formen profesionales similares formen parte de los equipos dedicados a la divulgación.

Es evidente que cada colectivo es una realidad diferente. Por ello, creemos que es importante que antes de llevar a cabo las actividades, tanto los divulgadores como los profesores/educadores que acompañan a estos grupos, hagan un trabajo previo. En el caso de los divulgadores, estos deberían evaluar las características del público con el que van a trabajar: la facilidad o dificultad para comprender ciertos conceptos, el lenguaje y herramientas más idóneas para que esos conocimientos sean asimidos, el tono de voz a usar, el tiempo de la actividad y la necesidad de hacer ciertas paradas, etc.

Por su parte, los profesores y educadores tendrían que preparar la temática sobre la que versará la actividad, así como explicar dónde se va a hacer, qué tipo de acciones van a observar, qué conocen y esperan aprender, entre otros aspectos. Esta preparación preliminar dará mejores resultados, puesto que no debemos olvidar que el tiempo del taller es muy limitado, con un máximo de dos horas, por lo que no siempre es fácil un aprendizaje óptimo para todo el grupo.

En general, tras analizar todas las respuestas podemos decir que la valoración es muy positiva, si bien hay ciertas diferencias en relación a cada uno de los colectivos con los que se ha trabajado. En el caso de los jóvenes, han podido aprender y disfrutar del taller recibiendo sus contenidos de una forma más adaptada a su situación. Asimismo, han considerado muy interesante el hecho de que desde la Prehistoria se aborden aspectos que tienen incidencia en su desarrollo personal y social: racismo, machismo y sentimiento de grupo; motivo por el cuál, seguramente, han encontrado muy útil la conferencias (aprendizaje significativo).

Sin embargo, debemos hacer autocrítica y ser conscientes que tenemos que seguir mejorando. Así nos lo han hecho saber especialmente el grupo de adolescentes del Instituto Miquel Tarradell o de las personas con diversidad funcional de la cooperativa TEB. Pero no se trata sólo de las cuestiones de contenido, también debemos experimentar y evaluar, por ejemplo, si es mejor aumentar el tiempo dedicado a la parte más práctica, con una mayor participación de los asistentes.

En cuanto a las personas con diversidad funcional, debemos seguir mejorando nuestra forma de transmitirles ciertos conocimientos o conceptos, ya que no siempre les parecen fácilmente



comprendibles. Además, en estos grupos hay personas con edades diversas y diagnósticos diferentes. Parece que en estas personas las herramientas más sensitivas son las que mejores resultados ofrecen.

En definitiva, creemos que es enormemente positiva y enriquecedora la experiencia de trabajar con una psicopedagoga que ha valorado a los conferenciantes, a las personas que han acudido a la actividad, el material didáctico empleado e incluso el espacio en el que se desarrollado las acciones. Esta perspectiva multidimensional nos permite detectar y comprender mejor las razones por las cuales una actividad puede tener puntos débiles que debemos ir mejorando.

AGRADECIMIENTOS

Este proyecto ha sido posible gracias a la financiación ofrecida por la Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (FECYT): *Integra>Ciencia: Divulgación científica sin barreras* (FCT-17-11972).

11972.) y #Protagoniza: Ciencia y Divulgación Inclusivas (FCT-18-13 183). Asimismo, ha recibido apoyo del proyecto "La Difusión del neolítico en el Mediterráneo centro-occidental: agricultura, innovaciones tecnológicas y carbono 14 (HAR20 16-75201 P). Todos ellos pertenecientes al Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades del Gobierno de España.

Queremos dar las gracias especialmente a las personas de las distintas entidades que han participado: Instituto Miquel Tarradell, Taller Sant Jordi, Grupo Cooperativo TEB y Asociación Nou Horitzons. Sin su colaboración y ayuda este trabajo no sería una realidad. También expresar nuestro mayor agradecimiento a todos a los directores y conservadores del Parque Arqueológico de las Minas de Gavà y el Museo de Ca n'Oliver de Barcelona.

Por último, no queremos olvidarnos de muchas de las instituciones que están siempre detrás apoyando este proyecto divulgativo: Institución Milà i Fontanals (IMF-CSIC), Departamento de Prehistoria de la Universitat de Barcelona, Ayuntamiento de Barcelona, Arqueolitic y Regirarocs.

BIBLIOGRAFÍA

Comendador, B. (2018). Arqueología pública en las aulas universitarias: un primer balance de su implantación. In *CPAG*, 28, p. 9-24.

Díaz-Andreu, M.; Pastor, A. y Ruiz, A. (eds.) (2016). Arqueología y comunidad: El valor social del patrimonio arqueológico en el siglo XXI. *Jas Arqueología*.

Gibaja, J. F.; Higuera, S. y Miró, L. (2016a). Raval, 6000 años de historia: un proyecto para llevar la arqueología y la prehistoria a la ciudadanía. *Cuaderno: Difusión, Investigación y conservación del patrimonio cultural*, 4, p. 114-119.

Gibaja, J.F.; Higuera, S.; Marès, J.; Borrut, N. e Palomo, A. (2016b). Raval 6000 anys d'Història: un proyecto para aproximar la prehistoria a la ciudadanía. In Díaz-Andreu, M., Pastor, A., Ruiz, A. (eds.) - *Arqueología y comunidad: El valor social del patrimonio arqueológico en el siglo XXI. Jas Arqueología*, p. 191-207.

Gibaja, J.F.; Vila, A.; Higuera, S. y Richaud, I. - RavalEsCiencia: actuaciones divulgativas en las calles del centro de Barcelona. In: Prados, M., López, C., (eds.) (2017). *Museos arqueológicos y género. Educando en Igualdad*. Universidad Autónoma de Madrid, p. 451-471.



Gibaja, J.F.; Cubas, M.; Floro, J.; González, A.; Guzmán, V.; Higuera, S.; Mazzucco, N.; Mozota, M.; Nieto, A.; Oms, X.; Palma, O.; Palomo, A.; Remolins, G.; Valenzuela, S. (2019). Las personas de la Tercera Edad. Unos grandes olvidados por la Divulgación Científica. *O Ideario Patrimonial*, 11, p. 54-123.

Gibaja, J. F., Mozota, M., Remolins, G., Nieto, A., Oms, X., Higuera, S., Guzmán, V., Cubas, M., González, A., Mazzucco, N., Palma, O. y Valenzuela, S. (s/d). La divulgación científica en prehistoria llevada a personas con discapacidad intelectual: una experiencia particular. *Revista Pyrenae*, 50/2, p. 151-167.

Sánchez, Y. y Roque, Y. (2011). La divulgación científica: una herramienta eficaz en centros de investigación. *Anales de Investigación*, 7, p. 91-94.



INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO: O CAMINHO DE SANTIAGO

INSTITUTIONALIZATION OF HERITAGE: THE ST. JAMES WAY OF SAINT JAMES

Leandro Gomes

Doutor, Mestre e Especialista em Antropologia Social e Cultural- Universidade de
Coimbra

Rua Pinto Ferreira 48 R/C esquierdo - Alcântara - Lisboa – 1300-465

leandroegomes@gmail.com



Institucionalização do Património: O Caminho de Santiago

Leandro Gomes

Historial do artigo:

Recebido a 26 de abril de 2019

Revisto a 30 de maio de 2019

Aceite a 07 de junho de 2019

RESUMO

Neste artigo buscamos apresentar e discutir questões sobre a construção do património cultural em consonância com o aparato legal. Assim buscamos problematizar essas construções em detrimento do aparato legal, que ao mesmo tempo legitima através de normas, requisitos, códigos e incentivos diretos e indiretos de várias espécies, pode levar a exclusão de outros elementos do património cultural. Numa visão mais específica e objetiva neste artigo, abordamos os Caminhos de Santiago em Portugal e o Decreto-Lei n.º 51/2019, que trata, especificamente de questões do aparato legal e normativo do Caminho de Santiago em Portugal.

Palavras-chave: Caminho de Santiago; Institucionalização do Património; Património.

ABSTRACT

In this article we seek to present and discuss questions about the construction of the cultural heritage in line with the legal solution. Thus, we seek to problematize these constructions to the detriment of the legal apparatus, which at the same time legitimizes through direct and indirect norms, requirements, codes and incentives of various species, can lead to the exclusion of other elements of cultural heritage. In a more specific and objective view in this article, we approach the Way of St. James in Portugal and Decree-Law no. 51/2019, which deals specifically with issues of the legal and normative apparatus of the Way of St. James in Portugal.

Key-words: St. James's Way; Institutionalization of the Heritage; Heritage.

Este artigo contempla parte da investigação realizada no âmbito do doutoramento em antropologia social e cultural.



1. Introdução

O aparato legal que permeia o património cultural é apresentado, por vezes, como elemento crucial que auxilia na preservação, valorização e promoção do património cultural. Entretanto, buscamos neste artigo apresentar e problematizar esse aparato e construção do património cultural. Quando utilizamos o termo aparato e construção, tem-se a intencionalidade enfatizar que as questões normativas institucionalizadas colaboram, de forma direta ou indireta, na construção do património cultural, pois ajudam a moldar ou delimitar o que é, a grosso modo, “legítimo” ou “ilegítimo”, consoante às interpretações, critérios, contextos, técnicas e métodos estabelecidos.

Neste sentido, buscamos apresentar o retrospeto e contexto português de ações de reconhecimento e salvaguarda de bens tidos como património cultural, numa perspetiva cronológica inicialmente, a de facto e objetivo apresentar e discutir um caso mais específico que é do Caminho de Santiago (1) e o Decreto-Lei n.º 51/2019, de 17 de abril 2019.

Num primeiro momento fazemos uma pequena síntese histórica das ações de reconhecimento e salvaguarda do património português frente ao aparato legal/jurídico que foi edificado ao longo dos tempos, desde as origens e necessidades que se apresentavam, aos elementos conceituais criados e moldados no que permeiam o património cultural. Em segundo momento apresentamos, de forma mais minuciosa o Decreto-Lei n.º 51/2019, uma síntese expandida desse novo aparato legal e normativo que sustenta o Caminho de Santiago. Já num terceiro momento buscamos fazer uma reflecção crítica quanto aos caminhos e descaminhos que podem ser criados com os processos de institucionalização do património cultural. Salientamos que o objetivo é trazer uma reflecção crítica construtiva, numa busca de compreender as dinâmicas e nuances de construção do património cultural, a fim de possibilitar uma amplitude de compreensão do mesmo.

2. Preservação e Salvaguarda – Compêndio Contexto Português

As primeiras ações, ou instrumentos para a preservação do património em Portugal, remontam ao século XVIII, mais precisamente, ao ano de 1721, em que o então monarca D. João V, encubai à Real Academia de História Portuguesa (2) a função de inventariar e conservar monumentos antigos, de que já se tinha conhecimento, assim como, de outros que se pudesse vir a ter conhecimento no território (reino) português, em qualquer período em que os Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Árabes dominavam este território. Fica também estabelecida, a proibição de se desfazer ou destruir qualquer edificação ou monumento que remontam a estes períodos. Assim, incube às vilas do reino e às câmaras das cidades as tarefas de comunicar à Real Academia de História Portuguesa, qualquer nova descoberta, de forma a assegurar a preservação desses bens. Contudo, os feitos e ordens instituídos pelo monarca não garantiram a preservação total, ou mesmo de grande parte destes bens. (Carvalho e Fernandes, 2012).

Já no século XIX, as ações desenvolvidas por Alexandre Herculano (3), possibilitaram um amplo processo de identificação e salvaguarda do património arquitetónico e artístico, cujas ações de sensibilização foram acentuadas pelas publicações realizadas no jornal *O Panorama* (4), em que era difundida a ideia, e mesmo a necessidade, de preservação do património, uma vez que, após a extinção das ordens religiosas, no ano de 1834, houve uma grande degradação, ou mesmo



risco de perda destes bens, que anteriormente estavam sobre a tutela do poder eclesiástico. (Carvalho e Fernandes, 2012).

No final do século XIX, em Portugal, houve um movimento para fazer face às necessidades, para a criação de um corpo técnico, ou seja, profissionais capacitados para a identificação e inventariação do património. Com isso, em 1880, é apresentado pelo Ministro das Obras Públicas, à Real Associação de Arquitetos e Arqueólogos Portugueses, a primeira relação e classificação de bens, sendo estas agrupadas em seis categorias, “*obras-primas da arquitetura e da arte portuguesa; os edifícios com significado para o estudo da história das artes; monumentos militares, a estatuária, os padrões e arcos comemorativos, os monumentos pré-históricos*”.

(Carvalho e Fernandes, 2012, p. 20).

No ano de 1910, é publicado o decreto que classifica os demais bens, segundo as tipologias (5), e em 1932, através do Decreto n.º 20 985, cria-se a categoria de Imóveis de Interesse Público, e com a Lei n.º 2032 de 1949, intitulada Valor Concelhio, é dada permissão aos municípios para a classificação de bens. Entretanto, a mesma é válida após a ratificação do governo, não tendo sido feito, porém, grande uso desse instrumento legal, até o final do Estado Novo. (Carvalho e Fernandes, 2012).

O conceito de património teve a sua utilização de forma mais direta, explícita e jurídica na Constituição da República Portuguesa, no ano de 1976, em que se faz referência, no Artigo 9º da Constituição Portuguesa. Nas tarefas fundamentais do Estado, incluía função de “*Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território.*” (Carvalho e Fernandes, 2012, p. 17).

Contudo, é apenas no ano de 1985 que é criada a Lei de Património Cultural Português, Lei nº 13/85 de 6 de julho, que faz referência ao património cultural, dizendo que o mesmo é “(...) *constituído por todos os bens materiais e imateriais que pelos seu reconhecido valor próprio, devem ser considerados como interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo»...*” (Cabral, 2011, p. 183).

No entanto, apenas no ano de 2001, tendo como normativa a Lei n.º 13/85, com a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, são estabelecidas as bases normativas políticas que visam a valorização do património cultural português.

Este documento estabeleceu as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. Sobre os pilares, nos termos da alínea c), do artigo 161.º da Constituição, é decretado, para valer como lei geral da República, aprovada a 17 de julho de 2001, promulgada em 22 de agosto de 2001, e referendada no dia 30 de agosto de 2001. A Lei n.º 107/2001 é composta de 115 artigos, que criam e revogam normativas.

“*Tipologias: monumentos pré-históricos, monumentos militares, monumentos civis, templos, inscrições, túmulos e sepulturas, marcos miliários, pontes arcas, aquedutos, chafarizes, padrões comemorativos, pelourinhos, estátuas, entre outros (IPPAR, op. 9).*” (Carvalho e Fernandes, 2012, p. 20).

Entre este extenso número de artigos, cabe destacar alguns, para se compreender um pouco esse mecanismo jurídico no Estado Português.



Entre eles, destaca-se o Títulos I - Dos Princípios Basilares, composto por seis (6) artigos, que aqui valem serem citados de forma direta, a fim de se compreender o que é património cultural para o Estado Português.

Artigo 1.º - Objeto

- 1- A presente lei estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.
- 2- A política do património cultural integra as ações promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efetivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional.

Artigo 2.º - Conceito e âmbito do património cultural

- 1- Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.
- 2- A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.
- 3- O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.
- 4- Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas.
- 5- Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos previstos.
- 6- Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.
- 7- O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem *objeto de legislação e políticas próprias*.
- 8- A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a proteção e valorização do património cultural e constitui objeto de legislação própria.

Artigo 3.º Tarefa fundamental do Estado

- 1- Através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular.
- 2- O Estado protege e valoriza o património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais.
- 3- O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Artigo 4.º Contratualização da administração do património cultural

- 1- Nos termos da lei, o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais podem celebrar com detentores particulares de bens culturais, outras entidades interessadas na preservação e



valorização de bens culturais ou empresas especializadas acordos para efeito da prossecução de interesses públicos na área do património cultural.

2- Entre outros, os instrumentos referidos no número anterior podem ter por objeto a colaboração recíproca para fins de identificação, reconhecimento, conservação, segurança, restauro, valorização e divulgação de bens culturais, bem como a concessão ou delegação de tarefas, desde que não envolvam a habilitação para a prática de atos administrativos de classificação.

3- Com as pessoas coletivas de direito público e de direito privado detentoras de acervos de bens culturais de excepcional importância e com as entidades incumbidas da respetiva representação podem o Estado, as Regiões Autónomas ou as autarquias locais acordar fórmulas institucionais de composição mista destinadas a canalizar de modo concertado, planificado e expedito as respetivas relações no domínio da aplicação da presente lei e da sua legislação de desenvolvimento.

4- O disposto nos números anteriores aplica-se a todas as confissões religiosas e no que diz respeito à Igreja Católica, enquanto entidade detentora de uma notável parte dos bens que integram o património cultural português, com as adaptações e os aditamentos decorrentes do cumprimento pelo Estado do regime dos bens de propriedade da Igreja Católica ou de propriedade do Estado e com afetação permanente ao serviço da Igreja Católica, definido pela Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé.

Artigo 5.º - Identidades culturais

1- No âmbito das suas relações bilaterais ou multilaterais com os países lusófonos, o Estado Português contribui para a preservação e valorização daquele património cultural, sítio no território nacional ou fora dele, que testemunhe capítulos da história comum.

2- O Estado Português contribui, ainda, para a preservação e salvaguarda do património cultural sítio fora do espaço lusófono que constitua testemunho de especial importância de civilização e de cultura portuguesas.

3- A política do património cultural visa, em termos específicos, a conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia e do património cultural de valor universal excepcional, em particular quando se trate de bens culturais que integrem o património cultural português ou que com este apresentem conexões significativas.

Artigo 6.º - Outros princípios gerais

Para além de outros princípios presentes nesta lei, a política do património cultural obedece aos princípios gerais de:

- a) Inventariação, assegurando-se o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes com vista à respetiva identificação;
- b) Planeamento, assegurando que os instrumentos e recursos mobilizados e as medidas adaptadas resultam de uma prévia e adequada planificação e programação;
- c) Coordenação, articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e formação, de apoio à criação cultural e de turismo;
- d) Eficiência, garantindo padrões adequados de cumprimento das imposições vigentes e dos objetivos previstos e estabelecidos;
- e) Inspeção e prevenção, impedindo, mediante a instituição de organismos, processos e controlos adequados, a desfiguração, degradação ou perda de elementos integrantes do património cultural;
- f) Informação, promovendo a recolha sistemática de dados e facultando o respetivo acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados como às competentes organizações internacionais;
- g) Equidade, assegurando a justa repartição dos encargos, ónus e benefícios decorrentes da aplicação do regime de proteção e valorização do património cultural;



- h) Responsabilidade, garantindo prévia e sistemática ponderação das intervenções e dos atos suscetíveis de afetar a integridade ou circulação lícita de elementos integrantes do património cultural;
- i) Cooperação internacional, reconhecendo e dando efetividade aos deveres de colaboração, informação e assistência internacional. (Diário da República, 2001, p. 5808- 5809).

E assim seguem-se os demais títulos. Título II: Dos direitos, garantias e deveres dos cidadãos; Título III: Dos objetivos; Título IV Dos bens culturais e das formas de proteção; Título VI: Do regime geral de valorização dos bens culturais; Título VII: Dos regimes especiais de proteção e valorização de bens culturais; Título VIII: Dos bens imateriais; Título IX: Das atribuições do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais; Título X: Dos benefícios e incentivos fiscais; Título XI: Da tutela penal e contraordenacional; Título XII: Disposições finais e transitórias.

No Diário da República, 1.ª série — N.º 206 — 23 de Outubro de 2009, através do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, Ministério da Cultura, reforça o papel do Estado, em que apresenta como tarefa fundamental, proteger e valorizar o património cultural.

Assim é descrito nesse instrumento legal, nos capítulos, secções e artigos, as normativas correspondentes: Capítulo I - Património cultural imóvel; Capítulo II - Procedimento de classificação; Capítulo III - Zonas de proteção; Capítulo IV - Conjuntos e sítios; Capítulo V - Imóveis de interesse municipal; Capítulo VI - Plano de pormenor de salvaguarda; Capítulo VII - Disposições finais.

Pode-se dizer que há um dispositivo legal extenso (6), ao nível do Estado Português, que também irradia ou transfere, incentiva, atribui punições, confere poderes e autonomia, em prol dos interesses e objetivos e mecanismos, de inventariar, resguardar, valorizar, preservar e transmitir, os elementos, ou esferas que englobam o património cultural no território português, ou sobre a posse e influência do Estado, bem como, do seu papel na colaboração e cooperação com outros órgãos internacionais e Estados.

Através desses pontos, fica clara a questão de mutabilidade e a adequação face às necessidades e interesses, não necessariamente nesta ordem, de políticas e ações preservacionistas, neste breve contexto histórico do contexto português.

3. Constituição do Caminho Português a Santiago de Compostela

O Decreto-Lei n.º 51/2019 de 17 de abril, trata de questões específicas sobre o Caminho de Santiago no Contexto Português, e afirma da importância histórica, como elemento de formação da cultura Europeia, além de pilar da identidade coletiva, desde o cujo itinerário religioso, rumo ao túmulo do Apóstolo Santiago encontrado no século IX, numa confluência de culturas e estratificações sociais. Esse fluxo convergente possibilitou e proporcionou o surgimento de estruturas, infraestruturas e transfigurações sociais e econômicas ao longo do território. Entretanto, é dito que as dimensões e influências do Caminho de Santiago entendesse além das fronteiras europeias após seu reconhecimento como Primeiro Itinerário Cultural Europeu, título atribuído pelo Conselho Europeu e pela UNESCO como Património Universal da Humanidade.

O Caminho de Santiago em Portugal é apresentado como importante elemento da cultura e património nacional, em que são destacadas as iniciativas de salvaguarda, promoção e estudos dos itinerários do Caminho de Santiago e Portugal. Entretanto, como enfatizado, há uma ausência de confluência, pelas diversas ações e instituições envolvidas, quanto aos critérios



aplicados, sendo reforçada a necessidade de padronização dos critérios e elementos dos bens patrimoniais que estão ligados de forma direta ou indireta ao Caminho de Santiago. Além da ausência de mecanismos preventivos frente a passíveis conflitos, bem ações de integração com os diversos setores que visem, de forma concreta, o desenvolvimento social e económico das regiões abrangidas pelo itinerário do Caminho de Santiago.

Frente a essas ausências, é enfatizado a necessidade de utilização de rigor, para conhecer e delimitar o itinerário de peregrinação no território nacional português, através de bases históricas essencialmente comprovadas, sendo estes preceitos indispensáveis para o reconhecimento e preservação do património cultural e natural ligado ao Caminho de Santiago, além de serviços e apoio aos peregrinos.

Desta forma, com objetivo a concretizar a valorização e promoção dos itinerários do Caminho de Santiago, é atribuído à Direção Geral do Património Cultural (DGPC) e ao Turismo de Portugal, I. P. (Turismo de Portugal, I. P.), ao primeiro a valorização, salvaguarda, e ao segundo a promoção. É também criado junto ao DGPC o órgão de coordenação de âmbito nacional, de cunho técnico e interdisciplinaridade, a fim de analisar e certificar os itinerários, sendo este órgão de natureza não permanente.

Tendo em consideração o envolvimento dos municípios; freguesias; Igreja Católica; associações de peregrinos; entidades regionais de turismo; associações de defesas do património cultural e ambiental; instituições civis de salvaguarda e promoção do Caminho de Santiago, é então criado um conselho consultivo, com atribuições de consulta frente as certificações, Comissão de Certificação, composta por membros das entidades supracitadas.

Após realização de audiência com participação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, da Associação Nacional de Freguesias, da CIM Alto Minho, da CIM Tâmega e Sousa, das Câmaras Municipais de Castelo Branco, Covilhã, Guarda, Vila Pouca de Aguiar (em representação da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago), Viana do Castelo (em representação do Caminho da Costa), Barcelos, Paredes de Coura, Ponte de Lima e Valença (em representação do Caminho Central), da Associação de Peregrinos Via Lusitana, da Associação Espaço Jacobeus, da Associação Amigos do Caminho de Santiago, da Conferência Episcopal Portuguesa, do Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja e das entidades regionais de turismo, com base nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição Portuguesa, é decretado.

No Capítulo I, nas Disposições gerais, no Artigo 1.º diz a cerca do objetivo, que é salvaguarda, valorização e promoção do Caminho de Santiago através da certificação dos itinerários. Artigo 2.º da necessidade de os itinerários a Santiago de Compostela terem comprovação histórica, vestígios materiais ou tradições documentados, além do património cultural e natural associado siga os critérios previstos no anexo I(7) do decreto.

Capítulo II, Entidades intervenientes, Artigo 3.º, Direção-Geral do Património Cultural, incisos 1 e 2, é atribuída a DPGC assegurar a valorização e salvaguarda do património cultural pertencente ao itinerário, bem como a certificação do itinerário. São também atribuições da DGPC, como descritos nas alíneas:

- a) Solicitar a intervenção da Comissão de Certificação, quando seja submetido um pedido de certificação de itinerário;
- b) Acompanhar a implementação dos planos de gestão e valorização dos itinerários certificados;
- c) Criar e manter atualizada a base de dados dos itinerários certificados, com a respetiva representação cartográfica, que diferencia os itinerários ou partes de itinerários de elevado



valor histórico e patrimonial, bem como das respetivas entidades gestoras. (Diário da República, 2019, p. 2171-2173).

No Artigo 4.º, Instituto do Turismo de Portugal, I. P, nos incisos 1 e 2 são apresentadas a atribuições, em que o I. P deve assegurar a promoção dos itinerários certificados; gerir a marca nacional mista registada «*Caminho de Santiago Certificado*» tendo compropriedade a DGPC, com uso exclusivo dos itinerários certificados.

No Artigo 5.º, Comissão de Certificação, nos incisos 1 e 2 é descrito sobre a comissão de certificação, em que é tida como órgão de natureza não permanente, sendo criada junto a DGPC e gerida pela mesma a comissão, cabendo-lhe, como descrito nas alíneas:

- a) Dirigir o procedimento administrativo de certificação de itinerário e apresentar a respetiva proposta de certificação aos membros do Governo responsáveis pelas áreas do turismo e da cultura, bem como da sua cessação;
- b) Emitir parecer sobre as candidaturas relativas a investimentos a realizar nos itinerários de Caminho de Santiago, com recurso a fundos regionais, nacionais ou da União Europeia;
- c) Assegurar a articulação entre os itinerários certificados, tendo em vista a sua continuidade territorial;
- d) Promover formas de cooperação entre as entidades públicas e privadas para a salvaguarda e valorização patrimonial e turística dos itinerários do Caminho de Santiago;
- e) Identificar fontes de financiamento para as ações de salvaguarda e valorização dos itinerários certificados, bem como em processo de certificação;
- f) Aprovar os relatórios previstos na alínea d) do n.º 2 do artigo 7.º (Diário da República, 2019, p. 2173).

No inciso 3 é atribuído a Comissão de Certificação propor às entidades competentes, como descritos nas alíneas:

- a) Ações de sinalização, conservação e reabilitação do Caminho de Santiago, bem como do património cultural associado;
- b) Ações de promoção cultural e turística do Caminho de Santiago no plano nacional e internacional;
- c) Ações de salvaguarda e valorização do enquadramento paisagístico e ambiental dos itinerários de Caminho de Santiago, incluindo a alteração, revisão ou elaboração de instrumentos de gestão do território. (Diário da República, 2019, p. 2173).

No inciso 4, 5, 6 e 7 dizem com relação a composição da Comissão de Cerificação, tendo ela 4 membros com competências técnicas na área da cultura e turismo, sendo o período de designação de três anos, sendo renovado entre corpo de trabalho da DGPC e das direções regionais de cultura e do Turismo de Portugal, I. P. Dois membros são designados por despacho do Governo pelo responsável pela área do turismo, e outros dois pelo responsável pela área de cultura; um membro é coordenador, sendo este eleito pela Comissão, sendo que nenhum dos membro da Comissão têm qualquer abono ou remuneração pelos cargos.

No artigo 6.º, Conselho Consultivo, nos incisos 1 e 2 estão a atribuições do Conselho, em que atribui o seu caráter de consulta da Comissão de Certificação, para questões sobre a salvaguarda, valorização e coordenação nacional do Caminho de Santiago, em que compete ao Conselho, como descritos a alíneas do inciso 2:

- a) Pronunciar -se sobre as propostas de certificação de itinerário, bem como da sua cessação;
- b) Propor à Comissão de Certificação planos e ações sobre matérias relativas à identificação, salvaguarda e valorização do Caminho de Santiago;
- c) Promover com a Comissão de Certificação a cooperação entre as entidades com atuação nos territórios abrangidos pelo Caminho de Santiago;



d) Colaborar com a Comissão de Certificação na identificação de fontes de financiamento para as ações de salvaguarda e valorização dos itinerários certificados ou em processo de certificação. (Diário da República, 2019, p. 2173).

Já no inciso 3 do Artigo 6.º, nas alíneas diz a cerca da composição e membro do Conselho Consultivo:

- a) O coordenador da Comissão de Certificação, que preside às reuniões;
- b) Um representante de cada uma das comissões de coordenação e desenvolvimento regional;
- c) Um representante do membro do Governo responsável pela área das autarquias locais;
- d) Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- e) Um representante da Associação Nacional de Freguesias;
- f) Um representante das Infraestruturas de Portugal, I. P.;
- g) Um representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;
- h) Um representante de cada uma das entidades regionais de turismo;
- i) Um representante de cada uma das direções regionais de cultura;
- j) Dois representantes de associações nacionais de peregrinos jacobeus;
- k) Um representante da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago;
- l) Dois representantes da Igreja Católica;
- m) Um representante da Sociedade Anónima de Xestión do Plan Xacobeo. (Diário da República, 2019. 2173).

No inciso 4 do artigo em questão são especificadas as participações de outras entidades, quando dessas forem propostas pela Comissão de Certificação, mas sendo necessária aprovação por maioria dos representantes do Conselho Consultivo.

No inciso 5 refere-se quando da reunião do Conselho, sendo este facto a ocorrer sempre que convocado pelo coordenador da Comissão de Certificação, ou requerimento subscrito por 1/3 dos demais membros como descrito na alínea a) n.º, sendo uma periodicidade mínima anual. O inciso 6 diz que os membros do Conselho Consultivo não recebem qualquer remuneração pelas funções no conselho, e no inciso 7 é dito que o apoio administrativo e logístico está a cargo do DGPC.

No Artigo 7.º, Entidade gestora, no inciso 1, é requerido que os itinerários certificados tenham uma entidade gestora, sendo que no inciso 2 são atribuídas as competências descritas nas alíneas:

- a) Apresentar o requerimento de certificação de itinerário;
- b) Preparar e implementar o plano de gestão e valorização do itinerário;
- c) Assegurar o cumprimento dos critérios de certificação do itinerário previstos no anexo I do presente decreto-lei;
- d) Apresentar trienalmente, à Comissão de Certificação, um relatório que evidencie a continuidade da observância dos critérios de certificação do itinerário, contando -se este prazo a partir da data de entrada em vigor da portaria de certificação do respetivo itinerário. (Diário da República, 2019, p. 2174).

No inciso 3 são atribuídos os requisitos das entidades gestoras, em que é dito que poderá ser qualquer entidade pública que tenha interesse na certificação (designadamente municípios, comunidades intermunicipais).

No Capítulo III, da Certificação dos itinerários, no artigo 8.º Procedimento de certificação de itinerário, nos incisos 1 ao 7, são descritos sobre procedimento de certificação; modelo de requerimento de certificação disponível pela DGPC; campos e adequações no preenchimento dos termos de requerimento e respetivos certificados, como previsto no anexo I; sendo o



itinerário requerente de certificação esteja, total ou parcialmente, em zona de elevado valor histórico e patrimonial, como previsto no anexo I na secção B, deve haver representação do traçado e informações cartográficas diferenciadas; a certificação dar-se-á frente a apreciação obrigatória do requerimento a audição do Conselho Consultivo; após a audiência de requerimento a Comissão de Certificação tem o prazo de 3 meses para apresentar a proposta de certificação do itinerário, que então é submetida aos membros do Governo das áreas do turismo e cultura; a proposta deve estar em conformidade e fundamentada, segundo os critérios previstos no anexo I.

No Artigo 9.º Certificação do itinerário, diz a cerca da aprovação da certificação em que ela, a certificação, será aprovada pelos membros do Governo, das áreas de turismo e cultura, através de portaria. Em sequência, no Artigo 10.º, Efeitos da certificação, é descrito no inciso 1 nas alíneas que:

- a) Reconhecimento do interesse público dos itinerários;
- b) Direito ao uso da marca «Caminho de Santiago Certificado»;
- c) Acesso a financiamento destinado à salvaguarda e valorização do Caminho de Santiago;
- d) Acesso a divulgação e promoção nos canais de comunicação nacionais e internacionais tutelados pelas áreas do turismo e da cultura, designadamente em sítio na Internet a criar pelo Turismo de Portugal, I. P., relativamente ao Caminho de Santiago em Portugal. (Diário da República, 2019, p. 2174).

No inciso 2 discorre sobre as entidades gestoras dos itinerários, sendo estas beneficiadas com acesso a instrumentos de financiamento, como referidas na alínea c) anterior, que visem implementar e que estejam relacionadas aos critérios de certificação.

No Artigo 11.º, Regras de Sinalização, nos incisos 1 e 2, é dito que as regras de certificação obedecem as regras previstas nos anexo II, e que as entidades gestoras devem garantir que a sinalização seja adotada sempre que houver renovação da sinalização.

Artigo 12.º, Plano de gestão e valorização do itinerário, nos incisos 1, 2 e 3, descrevem sobre o plano de gestão que deve ser apresentado pela entidade gestora, para o período de 3 anos, que inclua as ações de valorização e implementação após a certificação, previstas no anexo I, no número 15; conter menções específicas de salvaguarda e valorização de partes ou do itinerário com elevado valor histórico e patrimonial, quando aplicável; deve assegurar a entidade gestora as medidas de valorização do itinerário, além de submissão de novo plano quando do término do vigente anterior.

No Artigo 13.º, Cessação da certificação, é descrito no inciso 1, nas alíneas que:

- a) O incumprimento reiterado das obrigações relativas ao plano de gestão e valorização do itinerário previstas no artigo anterior;
- b) O incumprimento reiterado da obrigação de apresentação de relatórios prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 7.º;
- c) A decisão de não aprovação dos relatórios submetidos à apreciação da Comissão de Certificação nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º Diário da República, 2019, p. 2175).

Segundo o inciso 2, a proposta que cessa a certificação, prevista no inciso e alíneas anteriores, deve ser apresentada ao Comissão de Certificação, e depois de ouvido Conselho Consultivo e a entidade e a entidade gestora, através de audiência prévia, será então, pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas do turismo e da cultura aprovar, por portaria, a cessação.



No Capítulo IV, Disposições complementares e transitórias, no Artigo 14.º, Direito subsidiário, afirma-se que que o tido especificado e regulamento no decreto-lei, aplica -se o disposto no Código do Procedimento Administrativo, com as necessárias adaptações.

No Artigo 15.º, Disposição transitória, nos incisos 1 e 2, estipula o prazo de 60 dias, a contar da entrada em vigor do decreto-lei, que seja feita designação dos membros da Comissão de Certificação; o mesmo prazo se aplica (60 dias), a designação dos membros do Conselho Consultivo.

No Anexo I são apresentados: Secção A Critérios aplicáveis à certificação de itinerários do Caminho de Santiago; Secção B Critérios complementares para identificação de itinerários ou partes de itinerários de elevado valor patrimonial.

No Anexo II: Sinalização dos itinerários do Caminho de Santiago Certificado.

4. Contraposições sobre a Institucionalização

Podemos dizer que o património cultural português apresenta um aparato legal e técnico que o “emoldura”, o sentido emoldura pode, e tem neste caso, vários aspetos. Aspeto primeiro de valorizar, dar evidencia, colocar em destaque e proteger. Num segundo aspeto pode ter a condição de delimitar, que também pode ser compreendido como limitar.

Sim, o aparato legal e concetual é extremamente relevante e importante, mas também é passível de crítica, pois não abrange uma totalidade, é composto de necessidades, escolhas e intenções, um conjunto de forças atuantes, forças essas que podem ser convergentes e divergentes.

Lancemos mão então de arcabouços teórico para problematizar a questão. Como nós apresenta Anico (2005), o património assume o papel de um bem, fruto de um processo de negociação, que por vezes procura por elementos culturais antes marginalizados, que são reinterpretados ou reinventados, consoante as novas necessidade sociais, económicas e políticas de hoje, isto é, um processo de objetivação da memória e património, em que se vê e realça o que é pertinente e conivente. Em suma, lembrança e esquecimento, seleção e recortes do passado.

Tem-se, normalmente, através de uma análise de pensamento superficial, que o património é algo que simplesmente existe e é natural. Mas não é bem esse o caso pois este é uma construção social que nasce com objetivos específicos. (Prats, 2009).

Em Rodrigues (2005), é dito que o processo de patrimonialização consiste em escolhas, ou seja, eleger determinados elementos, de determinada cultura, que serão elementos representativos de uma história e de uma identidade, sendo que este processo de escolha pode ser espontâneo, nascendo de forma natural dentro do grupo ou grupos sociais, ou resultar de uma intervenção por parte dos representantes políticos e outros interesses.

Face a esta observação, abre-se aqui a questão quanto à institucionalização do património, cuja ideia de legítimo ou ilegítimo se vincula aos poderes das instituições, organizações e até mesmo de indivíduos, com determinados poderes económico, político, cultural, apontam e definem como legítimos ou ilegítimos determinados bens, ou seja, atribuem ou não os títulos e valores aos bens culturais e patrimoniais.



A patrimonialização, como apresentado anteriormente, também permeia e é passível de críticas, uma vez que se refere às escolhas ou pontos de vistas, sobre se há-de elevar ou ressaltar tal elemento cultural. Entretanto, para tal, há outros elementos ou interpretações que podem ficar à margem, *“Pelo facto de ser uma construção mais ou menos intencional, em vez de qualquer processo de patrimonialização tende à imposição de uma perspetiva única, considerada a verdadeira e legítima, o património comporta uma marcada dimensão política (Reis 2009).”* (Cabral, 2011, p. 32).

Tais movimentos políticos podem ser marcados por intencionalidades de cunho e objetivos manter, ressaltar determinado património cultural.

Efetivamente, no mundo atual são inúmeros os agentes que participam no processo de construção da memória coletiva e de patrimonialização, possuindo cada indivíduo a sua própria visão do passado, pelo que qualquer versão imposta que contradiga os factos e as crenças comumente aceitas não será facilmente incorporada (Peralta, 2008; Reis, 2009; Cabral, 2011, p. 32).

O património é algo vivo e mutável, como também são os grupos sociais. Assim, podem existir diferentes interpretações para determinados elementos patrimoniais, em determinado tempo histórico, envolvendo questões políticas para determinados grupos sociais.

A construção do património cultural é um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que preservar. A preservação resulta, por isso, da negociação possível entre os diversos setores sociais, envolvendo cidadãos e poder público. O significado atribuído ao património também se modifica segundo as circunstâncias de momento. (Rodrigues, 2005, p. 16).

Voltemos as primeiras medidas preservacionistas instituídas por D. João V no século XVIII, em que ação que parte do Estado, através de instrumentos técnicos e jurídicos, não garantiram a preservação dos mencionados monumentos. Diferentemente, as ações de Alexandre Herculano, já no XIX, têm maior efeito no que tange a identificação e salvaguarda. Elementos e momentos temporais distintos, mas que nos permitem compreender a origem das ações e os feitos. Numa análise simples, temos a ação um exemplo de ação do Estado, de cunho mais impositivo, dou outros uma ação de cunho popular de sensibilização. No primeiro os elementos estavam mais distantes num sentido de pertença e apropriação, já no segundo, uma ligação e apropriação mais ativas.

Neste sentido queremos trazer ao debate algo que é lógico, mas que é muito negligenciado. Falamos das ações do Estado que se distanciam dos contextos sociais, com construções estritamente elaboradas no cenário político sem o debate e desenvolvimento popular, sem elementos de representatividade diversas. Porquê de enfatizar tal facto? A questão é simples, o património cultural, por ser algo vivo e latente, se perde o distanciamento dos usos e apropriações transforma-se em mero elemento estéril, fadado a finitude. Há casos em que as ações de preservacionistas institucionalizadas, com objetivo de salvaguardar e valorizar o património cultural, criam o efeito contrário, distanciam os indivíduos, uso e apropriações do património cultural. Têm inicialmente, ou o discurso e baseado em tal objetivo, de agregar valor ao património cultural, mas acarreta numa descartelização do património, dificulta o acesso ou mesmo torna-o inacessível aos do seu contexto de origem.

Muito se diz sobre valorizar o património cultural, mas por vezes esse caminho de valorização é pautado e objetivado num sentido de exploração económica, ou seja, mercantilizar o património cultural. Neste sentido, o sentido que se toma ao património cultural, sobre a ótica do discurso de proteger e valorizar tange a nocividade de colocá-lo numa vitrine.



Verificamos, e como já mencionado, que o aparato legal que tange o património cultural em Portugal é extenso, elementos elucidativos quanto as ideias, elementos e amplitude que engloba, mas será a quem, e o quê esse património representa? Como dito por Soares (2009).

Inventa-se o património a cada vez que se determina (quem determina?) que, um prédio, um local ou um hábito seja considerado um património por todos. Busca-se que algo seja defendido por todos, mas na verdade se omite que estes elementos representam somente uma parte, um grupo ou uma classe da sociedade. (Soares, 2009, p. 21).

Numa visão mais específica e objetiva, que é ideia apresentada neste artigo, busquemos analisar o Caminho de Santiago e o Decreto-Lei n.º 51/2019. Primeiramente compreendamos a dimensão do Caminho de Santiago em Portugal, somente a rota principal, denominada de Caminho Central, também mencionada como espinha dorsal do Caminho Português, tem cerca de 886 km, tendo como localidade mais ao sul a cidade de Faro, e ao norte a cidade de Valença do Minho. Mas há outras rotas que seguem paralelas a esta ou se ligam a ela.

O Decreto-Lei n.º 51/2019 vai ao encontro das demais jurisprudências estabelecidas pelo Estado, e do ponto de vista técnico, busca apresentar e constituir mecanismos e normas para o desenvolvimento do Caminho de Santiago. O detalhamento técnico e atribuições das instituições e mecanismos são passos importantes no que tange a necessidade de planeamento e gestão do Caminho de Santiago. O aparato normativo minucioso é uma importante etapa para se estabelecer diretrizes, do ponto de vista inicial.

Dizemos do ponto de vista inicial de forma intencional, pois como já abordamos, o património cultural é dinâmico, sendo assim, há e haverá a necessidade de compreender as diversas transformações e necessidade a ele relacionadas e atribuídas do decorrer dos tempos. É neste sentido que novamente destacamos a questão de institucionalização do património.

Quando da atribuição e criação de parâmetros, consequentemente a exclusão de elementos, elementos que passam a ficar às margens, ou como feita a alusão do enquadramento, desemoldurados. Passam assim a ser de menor relevância, como nos termos mais técnicos objetivos, não são certificados. Não se coloca como entrave a certificação, mas sim como uma forma de reflexão quanto a constituição de parâmetros institucionalizados com poder de legitimar ou deslegitimar o património.

Voltemos para as questões práticas quanto o Decreto-Lei n.º 51/2019 e o Caminho de Santiago. É solicitado pelo Estado a produção de documentos técnicos comprovativos que justifiquem, de forma objetiva, a existência das rotas existentes e das rotas que pretendem ser estabelecidas, sendo para tal necessário ter uma entidade gestora. Novamente se apresenta formas e caminhos de institucionalização do património. Podemos compreender esses critérios e requisitos como forma de expressão de uma sociedade organizadas, mas novamente podemos compreender como formas de uma sociedade cada vez mais institucionalizadas, em que o coletivo só se torna representativo quando institucionalizado, sendo o património para sua existência e reconhecimento, burocratizado. Modelos de controlo que podem tolir o património cultural e o colocar como questões menores. Os trâmites burocráticos são necessários, mas devem ser pensado e fazerem parte de formas de criarem acessos, e não barreiras.

Outro ponto é a criação dos mencionados Conselho Consultivo, Comissão de Certificação, o número de pares estabelecidos é de facto representativo da sociedade civil e das instituições e movimentos envolvidos e de interesse com o Caminho de Santiago? A institucionalização como é expressa no Decreto-Lei n.º 51/2019, legitima que sim.



O Caminho de Santiago é composto por ampla abrangência territorial que permeia e engloba elementos do património cultural de forma vasta. Mas ao se pensar em padrões pode haver uma tendência, não necessariamente intencional ou consciente, de homogeneizar o património cultural no Caminho de Santiago, ou mesmo forçar leituras e elementos relacionados ao Caminho de Santiago que acarentem em distorções e perdas do património cultural.

O recente Decreto-Lei n.º 51/2019 nos possibilita analisar esse cenário vasto de possibilidade e implicações acometido por ele. O decreto-lei é um passo importante como normas e atribuições específicas para o Caminho de Santiago, por outro lado, pode se transformar em mecanismo de esterilização ou homogeneização de alguns traços do património cultural e entrave burocrático.

Os atos e instituições de patrimonialização seguem por cenários sensíveis e complexos, cujas leituras e orientações superficiais podem acarretar em desdobramentos nocivos e destrutivos, com perdas e danos significativos sobre o património cultural. O facto de se criar mecanismos jurídicos “engessados”, diante de elementos dinâmicos, como é o caso do património cultural, pode pôr em risco de perda ou homogeneização. As orientações e mecanismos são válidos, contudo, podem gerar efeitos adversos.

A instrumentalização que o Decreto-Lei n.º 51/2019 cria e viabiliza, são mecanismos para o desenvolvimento do Caminho de Santiago, isso é facto. Contudo, como podemos inferir, dada as dimensões e múltiplos elementos sociais, políticos e culturais que são abrangidos pelo aparato legal, ou seja, o mecanismo de institucionalização do património, percebemos a necessidade de intensos diálogos e olhares multidisciplinares, não só para o cumprimento das questões técnicas e normativas estabelecidas, mas também como elemento essencial para se aproximar do idealizado desenvolvimento sustentável.

Apresentamos esses exemplos não para contestar o Estado ou as instituições, mas sim para demonstrar as fragilidades que estão implícitas nos processos de institucionalização do património. Novamente afirmamos que essas argumentações são apresentadas não como um discurso anarquista, mas com uma preocupação nos reflexões e impactos nocivos do conjunto de formas de institucionalização do património, principalmente quando há uma ausência de diálogo com membros da sociedade civil na construção de políticas pelo Estado.

Compreender de forma sistemática o património cultural é uma ação imperativa. Leituras rasas e diagnósticos superficiais, procedimentos institucionais excludentes intencionais ou negligentes devem ser repelidos. Mas para tal há a necessidade de trabalhos e diálogos polissémicos, construtivos constantes, sinergias e estruturações permeáveis e moldáveis, não meramente consolidadas e estáticas. Os procedimentos de institucionalização do património são válidos, mas desde que possuam mecanismos acessíveis de contestação.

NOTAS

(1) O Caminho de Santiago é a segunda maior rota de peregrinação cristã do mundo. Segundo a *Oficina del Peregrino* (2019), no ano de 2018, realizaram a peregrinação a Santiago de Compostela 327.378 peregrinos, dos quais 81.663 (24,95%), seguiram pelos Caminhos Portugueses.

(2) Real Académia de História foi uma instituição fundada em 1720, que tinha como objetivo retratar a história eclesiástica e secular e neste período em particular teve a função de providenciar sobre a conservação dos monumentos.



(3) Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (1810- 1874), escritor, historiador, jornalista e poeta português da era do romantismo, cujas obras de caráter político foram polêmicas e geraram discussões e ecoaram pós sua época.

(4) Jornal que teve circulação entre os anos 1837 a 1868 cujas publicações tinham como público-alvo todas as classes e teve seu nome ligado e mesmo atrelado ao romantismo português. Assim, já no início do século XX, em 1901, surge o Conselho de Monumentos, e define-se em decretos as bases para classificação de imóveis classificados como património nacional. Já no ano de 1907, eram divulgados os monumentos tidos como mais emblemáticos em Portugal, nos quais constavam, o Mosteiro da Batalha, Mosteiro Jerónimos, Mosteiro Alcobaça, o Convento de Cristo em Tomar, Sé da Guarda, Sé de Lisboa, Sé de Évora, Sé de Coimbra e a Torre de Belém. (Carvalho e Fernandes, 2012).

(5) “Tipologias: monumentos pré-históricos, monumentos militares, monumentos civis, templos, inscrições, túmulos e sepulturas, marcos miliários, pontes arcas, aquedutos, chafarizes, padrões comemorativos, pelourinhos, estátuas, entre outros (IPPAR, *op. Cit.*, 9).” (Carvalho e Fernandes, 2012, p. 20).

(6) Outros aparatos legais sobre o património podem ser consultados na Direção Geral do Património. Disponível na [www.<URL:
http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/>](http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/).

(7) O Anexo I é composto: SECÇÃO A - Critérios aplicáveis à certificação de itinerários do Caminho de Santiago; SECÇÃO B - Critérios complementares para identificação de itinerários ou partes de itinerários de elevado valor patrimonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cabral, Clara Bertrand (2011). *Património Cultural Imaterial - Convenção da UNESCO e Seus Contextos*. Lisboa. Edições 70.

Carvalho, Paulo; Fernandes, João Luís J. (2012). *Património Cultural e Paisagístico - Políticas, Intervenções e Representações*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Prats, Llorenç. (2009). Heritage according to scale. In *Heritage and Identity*. London. Routledge.

Rodrigues, Marly (2005). Preservar e Consumir: O Patrimônio histórico e turismo. In *Turismo e Patrimônio Cultural*. Funari, Pedro Paulo e Pinsky, Jaime (orgs.) São Paulo: Contexto. 4ª edição.

Soares, André Luis Ramos e Dr. Jeckyland Mister Hide (2009). A Educação Patrimonial Serve a Quem?. In *A Construção de Políticas Patrimoniais: Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País*. Londrina: Editora UNIFIL.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

Anico, Marta (2005). A pós-modernização da cultura: património e museus na contemporaneidade. [Em Linha]. *Horizontes Antropológicos*, nº 23, p. 71-86. [Acesso em: 12 nov. 2018] Disponível na www:<URL: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a05v1123.pdf>.>



Diário da República (2019). Presidência do Conselho de Ministros. *Decreto-Lei n.º 51/2019, de 17 de abril.* [Em Linha]. Diário da República, 1.ª série — N.º 76 — 17 de abril de 2019 [Consultado a 17 de abr.] Disponível na www:<URL:<https://dre.pt/web/guest/pesquisa-/search/122124252/details/maximized>>.

Diário da República (2019). Legislação do Património. [Em Linha]. In Diário da República, 1.ª série — N.º 206 — 23 de outubro de 2009, Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. [Consultado a 22 abr.]

Disponível na www:<URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/legislacao/DL309_2009.pdf>.

Diário da República (2001). Lei do Património Cultural Português: Lei n. 107/2001. [Em Linha]. *Diário da República, Número 209, Série I-A. 8 de setembro de 2001.* [Consultado a 22 abr. de 2019]. Disponível na www:<URL:<https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2001/09/209A00.pdf>>.

Oficina del Peregrino (2019). Dados Estatísticos. [Em Linha]. [Consultado a 22 de abr. 2019]. Disponível na www:<URL:<https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/>>.



MEMÓRIA LOCAL, VALORES REMEMORATIVOS E PRESERVAÇÃO

LOCAL MEMORY, REMEMORATIVE VALUES AND PRESERVATION

Eliza Furlong Antochevis

Faculdade João Paulo II - Pelotas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Rua General Abreu, 34. Rio Grande/RS. CEP 96211-100. Brasil
eliza.antochevis@gmail.com

Renata Barbosa Ferrari Curval

Universidade Federal do Rio Grande, Escola de Engenharia, Núcleo de Expressão
Gráfica
Rua Dr. Nascimento, 497/805. Rio Grande/RS. CEP 96200-300. Brasil
renata.atm@gmail.com



Memória Local, Valores Rememorativos e Preservação

Eliza Furlong Antochevis

Renata Barbosa Ferrari Curval

Historial do artigo:

Recebido a 04 de maio de 2019

Revisto a 02 de julho de 2019

Aceite a 08 de julho de 2019

RESUMO

O presente trabalho objetiva estudar como a memória local e os valores rememorativos (de antiguidade, histórico e rememorativo intencionado), definidos pelo historiador Alois Riegl, já em 1903, podem ser atribuídos a uma obra arquitetônica. Tais valores têm a capacidade de transformar uma obra em um monumento histórico, em um bem cultural, definindo a forma como a mesma será preservada ao longo dos anos. Somados à memória local, esses valores, ou a sua ausência, são a principal causa do estado de preservação de um prédio histórico. Objetivando o resultado desse estudo, analisaram-se dois prédios históricos da cidade do Rio Grande, listados no Inventário de Bens Culturais do município, sendo um deles também tombado pelo Estado, o qual encontra-se inteiramente conservado após ter passado por processo restaurativo, enquanto o outro passou anos abandonado, sem receber nenhum processo interventivo apresentando-se em um estado avançado de degradação.

Palavras-Chave: arquitetura; preservação; memória local; valores rememorativos.

ABSTRACT

The present work aims to study how the local memory and the reminiscent values (antiquity, historical, and intentional reminiscence), defined by the historian Alois Riegl, in 1903, can be attributed to an architectural work. These values have the capacity to transform a work into a historical monument or an historical asset, defining how it will be preserved over the years. Added to the local memory, these values – or its absence – are the main cause of the state of preservation of an historical building. Aiming the results of this study, two historical buildings in the city of Rio Grande, listed in the Inventory of Cultural Goods of the municipality, were analyzed, one of them being registered by the State, which is completely conserved after undergone a restorative process, while the other was abandoned for years, not receiving any interventional process and in an advanced state of degradation.

Key-words: architecture; preservation; local memory; reminiscent values.

1. Introdução

Os bens culturais são elementos surgidos da relação entre o homem e o meio ambiente, e cada um deles narra a história de sua própria época e do seu lugar de origem, criando assim a memória local desse lugar (Lemos, 1997). A necessidade que uma população possui de preservar



uma construção histórica é a necessidade de preservar a sua própria identidade. Sendo o oposto também verdadeiro.

São conferidos a uma obra valores rememorativos como o de antiguidade, dado por sua aparência não moderna ou o valor histórico, adquirido por representar determinado período da história (Riegl, 2008). Também podemos citar o valor rememorativo intencionado, que objetiva que o monumento histórico não se converta em passado. Esses valores representam o pensamento da população em geral e de estudiosos (historiadores, preservacionistas) para com a obra arquitetônica.

A memória local e os valores rememorativos são complementares, pois asseguram a continuidade existencial do bem. São eles o âmago da questão da preservação, acima da especulação imobiliária ou de uma possível falta de incentivos fiscais para os proprietários de imóveis inventariados ou tombados. É muito comum e explícito ao andar-se por alguns centros históricos situados em cidades também históricas presenciar-se o descaso ou apreço da população com a memória do local, ou com a memória do próprio monumento, o que pode ser decorrente de um ou de uma somatória de fatores.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar como a preservação ou a descaracterização de bens culturais estão ligadas às questões de memória local e valores atribuídos pela população. Para tanto, foram realizados dois estudos de caso, nos quais foram investigados dois prédios históricos, situados no centro histórico da cidade do Rio Grande, a cidade mais antiga do estado do Rio Grande do Sul (o estado mais ao sul do Brasil). Os objetos de pesquisa são o chamado Sobrado dos Azulejos, inventariado, tombado em nível estadual e bem conservado; e um prédio residencial, inventariado e em precário estado de conservação. Ambos contam com revestimento parietal externo em azulejos portugueses do século XIX, originais da cidade do Porto.

2. Valores Rememorativos

A preservação existe para que o patrimônio cultural resista à ação do tempo da forma mais corajosa possível, constituindo um testemunho de outras épocas. O monumento é um amparo contra o trauma da existência (Choay, 2006). Em uma época na qual se fala tanto a respeito de patrimônio, preservação e identidade, algumas questões continuam intrigando aqueles que se dizem zelosos com os monumentos históricos.

Alguns dos principais questionamentos acerca do assunto se resumem ao porquê de um prédio receber manutenção correta por mais de cem anos e outro ser deixado ao acaso às ações de intempéries e vandalismo? O que faz com que essas duas situações opostas possam ocorrer em uma mesma cidade, levando-se em consideração a análise de prédios de mesmo padrão e mesma tipologia, porém com usos distintos?

A resposta para essas e outras perguntas semelhantes encontra-se antes das questões econômicas e financeiras que levam à especulação imobiliária, com sua busca por altos índices construtivos, e alturas elevadas, ou da isenção (ou não) de impostos aos imóveis históricos. Sabe-se que quando se almeja preservar um imóvel ele é de fato preservado. O cerne da questão está, então, na importância atribuída pela sociedade para cada bem cultural ou para sua historicidade, para cada monumento histórico presente em determinado local. Conforme o pensamento do historiador Aloís Riegl (2008) os valores rememorativos são os valores ligados ao passado, que se valem da memória, atribuídos a um monumento histórico.

Em primeiro lugar podemos citar o valor de antiguidade, que se refere à aparência do monumento como não sendo contemporânea. Isso significa que em alguns casos o que mais



chama a atenção do observador são as características diferenciadas, não encontradas em qualquer prédio: um ornamento *art nouveau*, uma parede com escaiola, uma porta com bandeira de vidros coloridos. O valor de antiguidade implica, principalmente, que a sociedade deixe transparecer as marcas do tempo na construção, como se fossem provas de sua permanência ao longo dos anos. Assim, o antigo é visto com bons olhos.

Inicialmente, podemos citar o valor de antiguidade, que se refere à aparência do monumento como não sendo contemporânea. Isso significa que em alguns casos o que mais chama a atenção do observador são as características diferenciadas, não encontradas em qualquer prédio: um ornamento *art nouveau*, uma parede com escaiola, uma porta com bandeira de vidros coloridos. O valor de antiguidade implica, principalmente, que a sociedade deixe transparecer as marcas do tempo na construção, como se fossem provas de sua permanência ao longo dos anos. Assim, o antigo é visto com bons olhos.

Outro valor rememorativo é o valor histórico. Ele faz com que as construções sejam preservadas por representarem um período da evolução que não mais existe e que não irá voltar. Nesse caso, quanto menos alterações, adições ou subtrações o monumento sofrer, melhor. A sociedade quer vê-lo como seus antepassados o viram, com as mesmas características representativas de um fato histórico, de um momento determinado. Espera-se que o monumento histórico permaneça com suas feições originais pelo maior tempo possível.

Em algumas situações o valor histórico pode levar até mesmo à cópia, pois o monumento é extremamente representativo para a sociedade onde está inserido. É o caso dos bens que passam por incêndios, como o prédio da Prefeitura Municipal do Rio Grande (**vd. Figura 1.**) que teve seu interior totalmente consumido pelo fogo no ano de 2006. Houve uma comoção muito grande por parte da população, levando o poder público a investir em um projeto de restauro cuja obra que durou de 2009 a 2012. Pode-se dizer que no novo prédio o interior, a cobertura e alguns detalhes da fachada são cópias dos originais. A sociedade, no entanto, prestigiou a reinauguração como se houvesse se recuperado de um trauma vivido.



Figura 1. A) Prédio da Prefeitura após incêndio; B) Prédio da Prefeitura após restauro.

Fonte: A) Prefeitura Municipal do Rio Grande; B) Jornal Zero Hora.

Complementando os dois valores anteriores surge o valor rememorativo intencionado. Ele representa a necessidade que a sociedade possui em assistir alguns de seus monumentos históricos sendo preservados ao longo dos anos. Segundo Riegl (2008), “(...) o valor rememorativo intencionado aspira de modo total à imortalidade (...).” Dessa forma, implica na restauração intencional. A sociedade sabe que o monumento representa o passado, devendo lembrá-lo. Porém, o mais importante é mantê-lo “atual”, sem as marcas do tempo, sem patologias aparentes, assim como alguns centros históricos que recebem novos revestimentos

e pinturas com cores que nunca antes haviam sido utilizadas, mas que oferecem a eles uma aparência contemporânea.

Observa-se, então, que esses três valores de rememoração vão ao encontro do conceito de memória local. Eles imprimem uma “marca” ao lugar, seja através de restaurações ou da visibilidade das marcas do tempo. Qualquer um dos três valores aos quais a sociedade seja sensível irá contribuir para que os monumentos históricos sejam testemunho, pelo maior tempo possível, dos acontecimentos e modos de agir de uma época.

3. Dois testemunhos riograndinos

A cidade do Rio Grande foi fundada em 1737, por portugueses, como Povoação do Rio Grande de São Pedro. A localidade apresenta um patrimônio arquitetônico importante e diversificado, tendo recebido o título de *Cidade Histórica, Patrimônio do Rio Grande do Sul*. No centro histórico da cidade, e em sua vizinhança próxima, muitos prédios preservados das correntes luso-brasileira e eclética roubam a atenção do observador. São bens inventariados e/ou tombados em nível municipal, estadual ou federal.

O primeiro dos prédios analisado é um sobrado de dois pavimentos (**vd. Figura 2.**) situado na esquina da Rua Marechal Floriano Peixoto, antiga Rua da Praia, com a Rua Francisco Marques. Ele foi construído em 1862 e tombado em nível estadual em 1982. Faz parte do Inventário de Bens Culturais do Município e foi restaurado no ano de 1995. Ao longo das décadas, passou a ser chamado de Sobrado dos Azulejos, pela beleza de suas fachadas revestidas por azulejos portugueses.



Figura 2. Sobrado dos Azulejos restaurado. **Fonte:** Autoras, 2017.

O prédio está edificado no alinhamento predial, sem recuos. Possui platibanda cheia com frontão retilíneo, sendo apenas uma parte vazada, com acréscimo de gradil. Suas janelas são em guilhotina e suas portas de abrir, com duas folhas. Ambas as aberturas mostram bandeiras envidraçadas em arcos plenos. Na fachada principal há um balcão corrido em aço.

O Sobrado dos Azulejos pode ser entendido como uma jóia arquitetônica para a cidade, pois ao mesmo tempo em que apresenta semelhanças com o modo de construir do colonizador, também é um exemplar único para a sua região. Após ter sido restaurado, continuou em ótimo

estado de conservação. Atualmente, abriga a Secretaria Municipal de Educação, sendo o seu pavimento térreo destinado para exposições de arte.

O segundo prédio a ser estudado é também um sobrado de dois pavimentos (**vd. Figura 3.**) e localiza-se na Rua Benjamin Constant, na esquina com a Rua Conde de Porto Alegre. O prédio encontra-se fora dos limites do centro histórico, mas consta no Inventário de Bens Culturais do Município. Foi construído em 1864, e possui uso comercial no pavimento térreo e uso residencial no primeiro pavimento.

O sobrado da Rua Benjamin não possui todos os seus panos de fachadas azulejados, mas apenas os que cobrem o primeiro pavimento. Esse imóvel pertence a uma família riograndina que não demonstra interesse em manter a originalidade da edificação ou submetê-la a processos interventivos. Da mesma forma, esse imóvel não possui uso público, tendo sido em alguns períodos parcialmente locado.



Figura 3. Sobrado da Rua Benjamin Constant. **Fonte:** Autoras, 2019.

A edificação não conta com platibanda, deixando seu telhado cerâmico aparente. Logo abaixo do telhado nota-se a presença de uma cimalha. As aberturas do primeiro pavimento possuem duas folhas com verga reta, sem bandeiras. Não há portas janelas nem balcão corrido no primeiro pavimento. As aberturas do pavimento térreo foram descaracterizadas. No geral, o prédio possui arquitetura mais simplificada que o exemplar da Rua Marechal Floriano.

Como característica principal, os dois exemplares possuem fachadas azulejadas. Para os brasileiros, o azulejo português é muito mais do que uma simples peça feita de barro cozido e esmaltado, são peças que remontam a história dos colonizadores portugueses em terras brasileiras, trazendo impresso em cada padrão a história de um povo e de uma época portuguesa (Curval, 2012). Não se sabe ao certo se foi Brasil ou Portugal quem fez primeiro o uso do azulejo como revestimento de fachada (Alcântara, 2001), mas sabe-se que Portugal utilizava desde muitos séculos antes os azulejos como revestimentos de cúpulas de igrejas e de jardins de palácios.

Os portugueses costumavam retratar em painéis azulejares a história de seu cotidiano, com cenas muito comuns pintadas à mão, por grandes artistas, que mostravam o dia a dia da

população, o ir e vir, o modo de vestir, entre outros. Esses painéis são o testemunho de histórias vividas pelos antigos portugueses às gerações atuais. A cidade do Rio Grande, embora mais tardeamente do que as cidades do norte e do nordeste, também foi colonizada por portugueses e estes trouxeram consigo o apreço pela arte do azulejar, transmitindo de geração em geração aos riograndinos a importância de se manter viva a memória e a história de sua pátria-mãe.

A tipologia dos azulejos de fachada neles presentes pode ser notada em alguns outros poucos monumentos brasileiros, sendo encontrados em um sobrado residencial da zona central de Porto Alegre e no cemitério de Belém do Pará. Todos esses exemplares, de acordo com Curval (2012), são procedentes da região do Porto, Portugal e datam do mesmo século.

Ao analisar-se, em primeiro lugar, o valor de antiguidade, que se refere à aparência do monumento como não sendo contemporânea, percebe-se que ambos os prédios possuem a mesma importância, visto serem construções datadas do mesmo século e com a mesma tipologia construtiva. Percebe-se que em alguns casos o que mais chama a atenção do observador são as características diferenciadas, não encontradas em qualquer prédio. O valor de antiguidade implica, principalmente, que a sociedade deixe transparecer as marcas do tempo na construção, como se fossem provas de sua permanência ao longo dos anos. Assim, o antigo é bem visto.

Outro fato importante é a localização do Sobrado em uma das ruas mais antigas da cidade. A Rua Marechal Floriano Peixoto já foi denominada de Rua da Praia, pois ficava às margens da Laguna dos Patos (Antochevis, 2015). Em 1809, os relatos do viajante John Luccock mostraram a existência de duas ruas muito extensas na então vila: a Rua Marechal Floriano, que era a principal, com casas majestosas e a Rua General Bacelar, com cabanas pequenas (Luccock, 1987).

Assim sendo, os prédios destacados para estudo representam um período da história portuguesa de grande produção industrial. Após o terremoto de Lisboa, em 1755, a técnica de fabricação dos azulejos de fachada sofreu um grande impulso, e tal representatividade pode ser observada no produto do azulejo de fachada presente em ambas as edificações estudadas.

A população riograndina possui grande empatia pelo Sobrado dos Azulejos, sendo ele considerado um dos exemplares arquitetônicos mais belos da cidade. Acredita-se que tal valorização se deva ao fato do sobrado ser um imóvel público de caráter diferenciado, pois é o único sobrado azulejado em todas as fachadas do Estado do Rio Grande do Sul. Esse fato rememora a cultura luso-brasileira e, concomitantemente faz os transeuntes lembrarem da história do povo português através da leitura das pequenas peças cerâmicas pintadas a mão.

Outro fato importante é a localização do Sobrado em uma das ruas mais antigas da cidade. A Rua Marechal Floriano já foi denominada de Rua da Praia, pois ficava às margens da Laguna dos Patos (Antochevis, 2015). Em 1809, os relatos do viajante John Luccock mostraram a existência de duas ruas muito extensas na então vila: a Rua Marechal Floriano, que era a principal, com casas majestosas e a Rua General Bacelar, com cabanas pequenas (Luccock, 1987).

No sobrado dos azulejos, o valor histórico levou a cópia dos revestimentos azulejares junto ao processo de intervenção restaurativa, quando, na década de 1990, a empresa responsável pela execução da obra de restauro procurou buscar na cidade do Porto exemplares idênticos e de mesma fabricação dos azulejos azuis e brancos que compõem as fachadas da edificação, para sua substituição. A técnica foi tão bem executada que a população, assim como na entrega do prédio da Prefeitura Municipal, após o incêndio, prestigiou o final da obra com grande entusiasmo.

O valor rememorativo intencionado foi o mais importante para entendermos os diferentes estados de preservação dos objetos de estudo. Para a população riograndina, o Sobrado dos Azulejos é único por ter recebido em todas as suas fachadas o azulejo português como revestimento e, desde muitas décadas é o único exemplar remanescente no Estado do Rio Grande do Sul. Ou seja: é o único sobrado azulejado em todas as suas fachadas no sul do Brasil, feito que o confere um valor rememorativo intencionado.

Por outro lado, o prédio da Rua Benjamin apresenta azulejos apenas no primeiro pavimento, acima do ângulo de visão dos transeuntes. Dessa forma, a parte de sua fachada mais visualizada é rebocada e pintada de modo similar a muitas outras existentes. Não se percebe no prédio o valor rememorativo intencionado, não há a intenção de mantê-lo preservado, ou de restaurá-lo ao padrão original.

No geral, podemos dizer que a sociedade sabe que um monumento representa o passado, devendo lembrá-lo. Porém, o mais importante é mantê-lo com poucas marcas do tempo, sem patologias. Percebe-se então que a sociedade atribui ao Sobrado dos Azulejos um valor histórico, somado ao valor rememorativo intencionado. Valor histórico, pois o bem representa uma determinada época, no caso a época dos primeiros sobrados a serem construídos no centro histórico. Valor rememorativo intencional porque a cidade pretende que ele continue íntegro e conservado, por ser um imóvel de cunho diferenciado perante o Estado do Rio Grande do Sul.

Percebe-se então que a sociedade atribui ao Sobrado dos Azulejos um valor histórico, somado ao valor rememorativo intencionado. Valor histórico, pois o bem representa uma determinada época, no caso a época dos primeiros sobrados a serem construídos no centro histórico. Valor rememorativo intencional porque a cidade pretende que ele continue íntegro e conservado por ser um imóvel de cunho diferenciado perante o Estado do Rio Grande do Sul.

Com relação ao sobrado da Rua Benjamin, pode-se observar a existência do valor histórico, pelos mesmos motivos do exemplar anterior. No entanto, devido à sua descaracterização, ocorrida a muitas décadas atrás, a população não tem este sobrado na sua lembrança, ao caminhar por uma rua movimentada, mas não histórica.

4. Considerações Finais

Dos três valores estudados que podem ser atribuídos a um monumento histórico, o mais próximo de constituir uma justificativa forte para a preservação é o valor histórico rememorativo. A sociedade preserva o que acredita fazer parte de sua identidade, da identidade da sua cidade, da memória local, mas que possua um caráter e uma importância diferenciados.

Os exemplos citados nesse trabalho mostram como a construção com algumas características locais (e outras únicas na região) é conservada em condições muito melhores do que aquela que não mostra evidências nítidas de um período tão significativo para a cidade, assemelhando-se a alguns outros prédios. Ao mesmo tempo, mostra a dualidade entre duas edificações com mesma tipologia e história, porém com valor histórico rememorativo diferenciados.

Para que um bem seja preservado é necessário despertar na população os valores de antiguidade e rememorativo intencionado. A sociedade deve aprender a valorizar os prédios antigos, mesmo que eles não possuam um valor histórico muito evidente. Como todo bem cultural é um testemunho, é importante auxiliar para que eles permaneçam na memória da sem descaracterizá-los por não estarem ao gosto do proprietário. O que importa é que eles representem algum fato, uma maneira diferenciada de construir, um hábito vivido no passado que hoje não acontece mais.



Observa-se, então, que esses três valores de rememoração vão ao encontro do conceito de memória local. Eles imprimem uma “marca” ao lugar, seja através de restaurações ou da visibilidade das marcas do tempo. Porém nem sempre esses valores fazem com que os monumentos não estejam sujeitos a processos interventivos ou a descaracterizações.

O que se espera, acima de tudo, é que uma sociedade não sinta um “vazio” ao contemplar, fotos antigas de sua cidade, de seu centro histórico, de seu bairro, pensando como uma determinada rua poderia ser mais agradável de percorrer se o seu patrimônio histórico tivesse sido preservado. A memória e os valores se fundem para que a identidade não seja perdida. Pode-se dizer que o monumento garante a preservação das origens e dissolve as angústias geradas pela incerteza dos começos (Choay).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alcântara, D. (2001). *Patrimônio azulejar brasileiro: aspectos históricos e de conservação*. Brasília: Ministério da Cultura.
- Antochevis, Eliza F. (2015). *Da Catedral à Câmara do Comércio: o Centro Histórico do Rio Grande. RS (1755-1941)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.
- Choay, Françoise (2006). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP.
- Curval, Renata Ferrari (2015). *Funcionalização de superfícies de azulejos históricos com organossilano para a obtenção de superfícies hidrofóbicas com a finalidade de preservação e conservação do vidrado*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Lemos, Carlos A. C. (1997). *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Luccock, John (1987). *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Villa Rica.
- Secretaria Municipal de Educação e de Cultura (Rio Grande) (2012). Programa de educação patrimonial. *Ame Rio Grande - História, identidade e preservação do patrimônio cultural: folheto informativo*. Rio Grande.
- Riegl, Aloïs (2008). *El culto Moderno a los monumentos*. Madrid: A. Machado Livros.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

- II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (1964). Carta de Veneza. Disponível na [www:<URL:<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>](http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236). Acesso em: 10 dez. 2012.

Prefeitura Municipal do Rio Grande. Reportagem. Prédio da Prefeitura incendiado no dia 24 de abril. Disponível na [www:<URL:<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes,_incendio-predio-da-prefeitura.html>](http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes,_incendio-predio-da-prefeitura.html). Acesso em: 12 dez. 2012.

Jornal Zero Hora. Reportagem. Prefeitura de Rio Grande é inaugurada após incêndio de 2006. Disponível na [www:<URL:<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/12/prefeitura-rio-grande-reinaugurada-2006-397485.html>](http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/12/prefeitura-rio-grande-reinaugurada-2006-397485.html). Acesso em: 20 dez. 2012.



A FUNÇÃO CULTURAL DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: O CASO DA BIBLIOTECA ANTÓNIO DIDALELWA, ANGOLA

THE CULTURAL DUTY OF THE UNIVERSITY LIBRARY: THE CASE OF THE LIBRARY ANTÓNIO DIDALELWA, IN ANGOLA

Teresa Almeida Patatas

Universidade Mandume Ya Ndemufayo (UMN), Escola Superior Politécnica do Namibe
– Angola.

Departamento de Contabilidade e Gestão; e, Biblioteca.

Investigadora Associada do Centro de Estudos Interdisciplinar de Educação e
Desenvolvimento (CeiED), Lisboa - Portugal.

Investigadora do Technology, Restoration and Valorization of the Arts Center (SCTN
FCT) - Techn&Art, Tomar - Portugal.

teresapatatas.angola@gmail.com



A Função Cultural da Biblioteca Universitária: o caso da biblioteca António Didalelwa, Angola

Teresa Almeida Patatas

Historial do artigo:

Recebido a 17 de setembro de 2019

Revisto a 30 de novembro de 2019

Aceite a 07 de dezembro de 2019

RESUMO

Atualmente as bibliotecas universitárias continuam a ser agentes ativos no mundo académico e enfrentam diversos desafios para o cumprimento das suas funções: a educativa, a informacional, a cultural e a recreativa. Dentre estas, a função cultural, apenas inserida no século passado (XX), é ainda pouco realizada nas bibliotecas, embora os atos culturais, mesmo os executados nas bibliotecas, sejam modos de exercer o direito individual e colectivo de expressão das diversas culturas de determinado espaço. A pesquisa bibliográfica executada foi limitada pela escassez de literatura na área. Este trabalho tem como objetivos contribuir para a reflexão sobre a função cultural das bibliotecas universitárias e apresentar o caso da Biblioteca António Didalelwa em Moçâmedes (Angola), como exemplo de cumprimento dessa função. Essa biblioteca pertence à Escola Superior Politécnica do Namibe, unidade orgânica da Universidade Mandume ya Ndemufayo. Na execução da função cultural, a biblioteca envolve indivíduos provenientes dos seus cursos ou de outras instituições escolares nas expressões artísticas e culturais, concretizadas no seu espaço e na realização das suas atividades culturais com diferentes tipologias, de modo a divulgar e valorizar a cultura angolana, sobretudo a cultura endógena, que é multiétnica e plurilingue.

Palavras-Chave: Biblioteca Universitária, Função Cultural, Cultura, Angola.

ABSTRACT

Currently, the university libraries continue to be active agents in the academic world. They face diverse challenges for the accomplishment of their duties: the educative one, the informational one, the cultural one, and the recreational one. Of these duties, the cultural function, only introduced in the last century (XX), still has a small presence in the libraries. In spite of cultural events, even those carried out in libraries, being a way to exercise the individual, and the collective right of expression of diverse cultures in a determined space. The bibliographical research carried out was limited by the scarcity of literature in the field. This work aims to contribute to the reflection on the cultural duty of university libraries and to introduce the case of the Library António Didalelwa in Moçâmedes (Angola), as an example of fulfilment of this



duty. This library belongs to the Polytechnical Superior School of the Namibe, organizational unit of the Mandume University ya Ndemufayo. While performing its cultural duty, the library involves individuals from university courses or other courses pertaining to educational institutions on artistic and cultural expressions, occurring in the library space and performing its cultural activities according to different typologies, in order to divulge and to value the Angolan culture, and particularly, the endogenous culture, which is multi-ethnic and plurilingual.

Key-words: University library, Cultural Duty, Culture, Angola.

1. Nota Introdutória

A globalização e as novas tecnologias, entre outros fenómenos atuais, acarretam desafios para as bibliotecas universitárias na execução das suas quatro funções: educativa, informacional, recreativa e cultural. Sendo esta última função apenas inserida no século XX.

Os atos culturais são modos de exercer o direito individual e coletivo de expressão cultural. Esta pesquisa pretende ser uma modesta contribuição na reflexão sobre a função cultural das bibliotecas universitárias, assunto pouco explorado em investigações científicas. Por conseguinte, a pesquisa bibliográfica realizada foi limitada pela escassa literatura nessa temática.

Para além do contributo refletivo que pretende ser, esta pesquisa apresenta um estudo de caso com o objetivo mostrar uma biblioteca que cumpre a sua função cultural, apesar das limitações causadas pelo contexto em que está inserida: a Biblioteca António Didalelwa, em Moçâmedes.

Essa biblioteca de Angola enfrenta também os desafios do seu contexto, visto o país ser uma nação relativamente jovem (independente em 1975), pós-conflito civil (em paz desde 2012), em crise financeira (desde 2014) e com ampla diversidade cultural e etnolinguística.

Essa biblioteca, pertencente à Escola Superior Politécnica do Namibe (unidade orgânica da Universidade Mandume ya Ndemufayo, VI Região Académica), tem sido apontada como um exemplo na área. Assim sendo, as actividades por ela realizadas podem incentivar outras bibliotecas a cumprirem de forma mais ativa a sua função cultural, ou a estimular a reinventarem-se, dentro dos seus recursos e contextos político-sociais, institucionais e culturais.

2. Desafios da Biblioteca Universitária

Numa época caracterizada por uma constante mutação, as bibliotecas como agentes vivos sobrevivem através da adaptação às realidades onde estão inseridas e se amoldam.

A palavra *biblioteca* tem origem grega e significa *depósito de livros*, isto é, um espaço físico onde se guardam livros. No entanto, com as transformações societais, o conceito de *biblioteca* modificou-se como esclarecem Pinho e Machado (2011, p. 6).

O sentido contemporâneo da palavra “(...) faz referência a qualquer compilação de dados registados em muitas outras formas e não só em livros. O termo pode designar microfilmes, revistas, gravações, slides, fitas magnéticas e de vídeo, entre outros materiais. O material mais recente é o livro eletrónico, ebook (...).”.



Sobre a situação das bibliotecas atuais Oliveira (s.d., s.p.) apresenta características como:

Informação Explosiva e Móvel; + [mais] de 500.00 títulos de livros nos últimos anos; + [mais] de 10.000 títulos de revistas (1º rev. 1665); + [mais] de 2 milhões de artigos científicos/ano; Globalização e rapidez de acesso (satélite/fibras ópticas/redes); Especialização/Interdisciplinaridade; Multiplicidade de suportes e meios (Papel/microfilme/analógicos/digitais...); Variedade de fontes (Códigos / suportes / formatos); Valor económico da informação – Indústrias.

Este crescimento de tipologias de fontes de informação também se verifica nas bibliotecas universitárias, cujo objetivo geral é “facilitar o acesso e o uso das fontes de informações, que representam a base do ensino e da pesquisa” (Prado, 2000, p. 14).

Apesar de enfrentar sempre novos desafios (políticos, financeiros, institucionais, materiais e tecnológicos, etc ...) a biblioteca universitária não pode estar em *vias de extinção*, pois ela “(...) *não constitui parte passiva de todo o processo académico nem, tão pouco, tem como objectivo único fornecer a documentação necessária ao cabal conhecimento dos programas [...] na universidade. (...)*” (Leite, 1996, p. 259). O seu papel de apoio à pesquisa, ensino e difusão de informação, inclui ainda a extensão universitária e o lazer. Num contexto de pesquisa científica, e em movimento constante de aquisição de conhecimento pelos usuários, assim como o contato e serviços ao meio envolvente, a biblioteca universitária “não poder ser um agente neutro, passivo” (Prado, 2000, p. 15).

Os livros em formato físico, mesmo ameaçados com o advento e desenvolvimento das novas tecnologias, continuam a ser importantes para a formação académica, assim como para a formação cívica e cultural e fonte de conhecimento encadeada. Sobre o conhecimento obtido nas bibliotecas, Pereira (2011, p. 122) clarifica:

A simples presença numa biblioteca, pelo facto de permitir aceder a livros com um esticar de braços não torna automaticamente alguém leitor, tampouco mais conhedor. Para haver conhecimento, um processo bem mais complexo é exigido. Inicialmente, é necessária uma combinação de dados que gerem informação e só quando essa informação é interpretada, o que significa ser contextualizada e ligada a conceitos já existentes, passa a existir conhecimento.

As coleções bibliotecárias constituídas por livros mantêm-se como uma fonte válida de informação que pode ser complementada com a (informação) proveniente das novas tecnologias, numa parceria fecunda para o conhecimento especializado e particularizado, tudo isso realizado no espaço da biblioteca.

Nesse contexto, a biblioteca precisa estar sempre em reestruturação e transformar-se num espaço multimédia, onde também se pode entrar em contato com meios audiovisuais, com múltiplos suportes informáticos, revistas e livros eletrónicos, etc., incluindo estar em rede com outras bibliotecas virtuais. Consequentemente, se exige cada vez mais a aquisição de computadores modernizados pelas bibliotecas universitárias.

Deste modo, num mundo interligado, a biblioteca passa, cada vez mais, a ser um espaço ativo de aprendizagem e de troca de informação e aquisição compilada e concatenada de conhecimento diversificado, procurando satisfazer as necessidades dos seus utilizadores. Sendo estes (utilizadores) cada vez mais exigentes, vivendo numa sociedade em igual predomínio de exigência, geram-se ininterruptamente novos desafios às bibliotecas universitárias, que por isso têm de readaptar e reinventar, para podê-los encarar com sucesso e qualidade.



3. Biblioteca e a Função Cultural

As bibliotecas têm um longo historial, os historiadores conferem a classificação de biblioteca mais antiga a de Ebla (encontrada na Mesopotâmia em 1975), a qual possuía placas de argila com escritos em carateres cuneiformes datados de 2.500 AC (Antes de Cristo) (1). Desde essa época houve transformações e progressos nas bibliotecas, tanto quanto ao seu tipo de acervo como nos seus objetivos e funções.

Atualmente, a biblioteca tem quatro funções: educativa, cultural, recreativa e informacional (Margarida, 2011). Apesar das bibliotecas serem instituições antigas, como supra referido, a função cultural só foi incluída no século XX (Margarida, 2011).

Embora seja a segunda função, a parte cultural é pouco praticada pelas bibliotecas. Existe muito pouca literatura nesse campo e por isso, torna-se uma oportunidade de pesquisa. Margarida (2011, s. p.) esclarece a composição dessa função cultural:

Deve ser entendida como sendo todo e qualquer tipo de manifestação artística oferecida à comunidade, dando, segundo (...) Andrade (1979) (2), aos indivíduos a oportunidade “(...) de contato, participação, apreciação das artes, proporcionando ambiente agradável, estimulando e agindo, tanto quanto possível, como contrapeso à cultura comercialmente orientada de nossos dias (...”).

Não obstante a autora (Margarida, 2011) se referir às bibliotecas públicas o mesmo pode ser aplicado às bibliotecas universitárias. Porque, como atrás salientado, este tipo de bibliotecas fazem parte ativa da universidade. Além disso, o ensino universitário inclui essa função, isto é, “(...) implica a integração [de] 3 funções: I. Transmissão da cultura [grifo da autora]; II. Ensino das profissões. III. Investigação científica e educação de novos homens de ciência (...).” (Gasset, 2003, p. 53).

Uma das definições de cultura é a de Alberto (2014, p. 61): “(...) é um conjunto complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (...).” Como poderia ser a implementação da função cultural numa biblioteca universitária?

Como resposta apresentam-se algumas sugestões, que não esgotam as possibilidades da sua execução e inclusão na programação bibliotecária: música e dança de todo o tipo; filmes e vídeos temáticos; variedade de tipos de literatura; sessões de leitura; exposições de variados géneros; promoção de debates; conferências e palestra, etc., e até cursos onde a cultura e a criatividade envolvente sejam as bases elementares.

Em certa medida, esses atos culturais seriam modos de exercer o direito da pessoa à participação na cultura assim como o direito da divulgação cultural e a respeitar a liberdade para a atividade criadora, referido no artigo 15.º do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (3), (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1966).

Neste contexto, as ações culturais seriam também a observância da Convenção da Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions) (4), (UNESCO, 2005). O documento esclarece no artigo 4 (definições), alínea 3, que *expressões culturais* “são aquelas que resultam da criatividade dos indivíduos, grupos e sociedades, que tenham conteúdo cultural” (5), (UNESCO, 2005, p. 7).



Nessa Convenção, no artigo 2 - *Princípios orientadores*, o quinto destes é o *Princípio de complementariedade dos aspetos económicos e culturais do desenvolvimento* e declara que “(...) já que a cultura é um dos motores do desenvolvimento, os aspetos culturais do desenvolvimento são tão importantes como os seus aspetos económicos, dos quais indivíduos e povos têm o direito fundamental de participar e desfrutar (...)” (6), (UNESCO, 2005, p. 6).

Se a biblioteca universitária estiver localizada numa comunidade multicultural e plurilingue, essas características devem ser levadas em conta na programação bibliotecária, dando realce a esses fatores patrimoniais. A concretização desta recomendação seria a aplicação do direito das comunidades linguísticas, pois segundo a UNESCO (1996), no artigo 45º:

Todas as comunidades linguísticas têm direito a que a língua própria do território ocupe um lugar de primazia nas manifestações e serviços culturais, *tais como bibliotecas* [grifo da autora], videotecas, cinemas, teatros, museus, arquivos, produção informática, folclore, indústrias culturais e todas as outras formas de expressão que derivem da *realidade cultural* [grifo da autora], (p. 12).

Nesse âmbito acrescenta-se ainda que a UNESCO (1996), na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, Secção V – Cultura, artigo 41.º, alínea 1, declara que “(...) *todas as comunidades linguísticas têm direito a usar a sua língua e a mantê-la e promovê-la em todas as formas de expressão cultural* (...)" (p. 12). E ainda “(...) considerando que a Declaração Universal dos Direitos Coletivos dos Povos, realizada em Maio de 1990 em Barcelona, declara que todos os povos têm direito a exprimir e a desenvolver a sua cultura [e] a sua língua (...)" (UNESCO, 1996, p. 14).

4. Angola

Angola é uma república que se situa no sudoeste de África, com uma extensão territorial de 1.246.700 km². Segundo o Censo 2014 “(...) residiam em Angola 24.383.301 pessoas, sendo 11.803.488 do sexo masculino e 12.579.813 do sexo feminino (...)" (INE, 2014, p. 41). A moeda nacional é o Kwanza. A capital é a cidade de Luanda. O idioma oficial é o português (7), contudo há uma vasta diversidade etnolinguística.

4.1. Breve Contexto Histórico

Sobre o território angolano Alberto (2014, p. 64) esclarece que “(...) *antes da chegada dos europeus em 1482 nestas paragens existiam Estados Federados, protectorados e exíguos sob regime de monarquias* (...)" . Angola foi uma colónia portuguesa durante 493 anos. Tornou-se um país independente em 1975. Posteriormente entra numa longa guerra civil que termina em 2002. Por conseguinte é um país pós-conflito em reconstrução a apenas 17 anos de paz efetiva.

Nessa jovem nação há um mosaico socio-cultural constituído por um grupo de povos, cada um com a sua singular herança cultural. Devido às deslocações internas causadas pela guerra civil, todo o território angolano sofreu alterações no âmbito dos antigos perímetros culturais. Apesar da paz nacional, muitas das famílias permaneceram do espaço para onde haviam migrado, criando uma realidade de diversidade cultural diferente da que deixaram para trás. Segundo Alberto (2014, p. 65) “(...) estamos na fase de resgate da Identidade dos Povos de Angola (...)" .



4.2. Breve Contexto Cultural

Sobre a cultura em Angola, Pequenino, Sapalo e Santos (2014, p. 12) avigoram:

Angola como nação é rica em herança que os nossos antepassados nos deixaram através das suas formas de pensar, dos seus feitos e suas experiências, estas heranças culturais formam uma longa linha que liga entre os nossos ancestrais, a nossa geração e as gerações vindouras. Pelo que nos orgulhamos grandemente.

Neste âmbito, Alberto (2014, p. 61) comenta que “(...) a nação angolana é rica em valores, saberes, técnicas, religiões, tradições, artes e iniciativas diversas nos domínios políticos, económicos e sociais que constituem os pilares para a sua «Identidade Cultural (...»).

Sobre a variedade cultural pode-se perceber que “(...) a complexidade interna do património cultural angolano e a diversidade etnolíngüística são asseguradas pela ancestralidade históricocultural orgulhosamente partilhada” (Pequenino, Sapalo e Santos, 2014, p. 15).

Os espaços multiétnicos, policulturais e plurilingues são mais evidentes nas zonas urbanas e seus arredores, mas por todo o lado se encontram elementos identitários do misto de culturas. Estes elementos são fisicamente mais evidentes na arte, música e danças, esculturas, rituais, objetos sagrados, vestuário, acessórios, adornos e penteados, máscaras, dieta alimentar, utensílios domésticos, instrumentos, ornamentos, inclui também contos, poesias, provérbios, etc... Sendo esses transmitidos nas diferentes línguas nacionais ou na língua portuguesa.

Aço (2014, p. 7) expressa o valor da cultura em Angola:

A cultura fortalece a Nação e porque quanto mais Cultura, (quanto mais valorizamos a nossa matriz cultural) mais se torna intrínseca em cada um a ideia de fazer de Angola, isto é, mais se torna consciente ao nível do indivíduo a sua angolanidade.

Complementarmente Pequenino, Sapalo e Santos (2014, p. 11) reforçam:

Ela [cultura] é o factor importante formativo de um povo seja ele quem for – é o produto do espírito humano que está enraizado nos valores, no ‘ethos’ ou seja, na personalidade de cada angolano (...).

Para que a nação angolana possa ser uma nação, é preciso exaltar e preservar a cultura.

O Estado angolano revela interesse na preservação do património angolano, porquanto a Constituição da República (2010, p. 30), no seu artigo 87.º (Património histórico, cultural e artístico), refere que:

4.2.1. Os cidadãos e as comunidades têm direito ao respeito, valorização e preservação da sua identidade cultural, linguística e artística.

4.2.2. O Estado promove e estimula a conservação e valorização do património histórico, cultural e artístico do povo angolano.

Nesse contexto, Pequenino, Sapalo e Santos (2014, p. 12) indicam que a “(...) cultura angolana só permanecerá se tiver uma forte exaltação e um forte suporte da parte do seu povo e governantes (...).” E Alberto (2014, p. 75) indica, entre os caminhos para a consolidação da nação, “(...) a valorização da cultura de grupo social e a respectiva divulgação para o bem da nação (...”).



O ensino superior tem como um dos seus papéis a preparação cultural dos seus estudantes, conforme pode ser visto na sua definição, em 2009, ano do redimensionamento da única universidade pública (Universidade Agostinho Neto), no artigo 3º do Decreto nº 90/09 de 15 de dezembro (2009, p. 39 - 52):

É o conjunto de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros de alto nível para os diferentes ramos de actividade económica e social do País, assegurando-lhes uma sólida preparação científica, técnica, cultural [grifo da autora] e humana, bem como a promoção da investigação científica e a prestação de serviços à comunidade.

Por conseguinte, as bibliotecas universitárias, como parte ativa da universidade, devem estar inseridas nessa transmissão cultural aos quadros angolanos.

5. O Caso de uma Biblioteca Angolana

Pretende-se apresentar o caso de uma biblioteca reconhecida no seu meio pela prática das suas funções, incluindo a função cultural. Torna-se exemplo pelas suas realizações, apesar das limitações de recursos que possui. Estas restrições são generalizadas a todos os setores do país, derivadas da conjuntura de crise financeira vivida em Angola, desde o final de 2014, devido à queda dos preços do petróleo, principal fonte de receitas nacionais.

A província do Namibe está localizada no litoral sul do país. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2016, p. 9) “(...)*a população residente no Namibe era de 495 326 habitantes, dos quais 240 144 do sexo masculino (48,5% da população total residente) e 255 182 do sexo feminino (51,5% da população total residente)* (...)"". Na província, o português é a língua mais usada (68%) e “(...)*o umbundo é a segunda língua mais falada com 20%, seguindo-se as línguas Nyaneca e Muhumbi com 12% e 11% respectivamente* (...)" (INE, 2016, p. 38).

Durante a guerra civil esta província foi um ponto de acolhimento de muitos migrantes ou destino de grupos oriundos de outras províncias do interior do país. Essas podem ser algumas das causas principais para que Moçâmedes (município-sede) seja um espaço multicultural e polilingue.

Em Moçâmedes encontra-se a Biblioteca António Didalelwa, pertencente à Escola Superior Politécnica do Namibe (a mais antiga Instituição de Ensino Superior provincial), unidade orgânica da Universidade Mandume Ya Ndémufayo, VI Região Académica de Angola. Patatas (2017, p. 58-59) explana:

Inaugurada pelo governador provincial (8), a 30 de setembro de 2016, a Biblioteca António Didalelwa surge como resposta inovadora e criativa à necessidade de proporcionar um lugar de estudo e pesquisa mais modernizado e adaptado à colectividade estudantil da Escola Superior Politécnica do Namibe, da qual faz parte integrante. Recebeu o nome do malogrado professor da Universidade Mandume ya Ndémufayo, falecido um mês antes da inauguração desta biblioteca.

A designação e missão da biblioteca estão no seu regulamento interno (2016, p. 1), no artigo 1:

1. A Biblioteca é uma unidade funcional da Escola Superior Politécnica do Namibe, que tem como missão a aquisição, preservação, divulgação e tratamento técnico do património bibliográfico e documental desta instituição, sob o controlo do Director para a Área Científica.



2. Na efectivação da sua missão a Biblioteca oferece apoio académico, científico, pedagógico e cultural [grifo da autora], através dos seus serviços.

O seu público-alvo é constituído pelos professores e alunos da instituição, contudo tenta atrair e fidelizar qualquer outro público comunitário e estudantil que procure os seus serviços.

5.1. Evolução Bibliotecária

A Biblioteca António Didalelwa foi inaugurada tendo no seu acervo 2750 livros e 155 revistas científicas. Este acervo foi transferido do seu anterior espaço, no qual esta (biblioteca) não tinha qualquer denominação. Esse novo espaço, reestruturado propositadamente para os serviços a biblioteca, foi um ponto de convergências de públicos variados, incluindo os provenientes das demais escolas locais de todos os níveis de ensino. Nas suas múltiplas atividades a função cultural esteve sempre presente e isso era bem visto pelo seu público e pela comunidade envolvente. Patatas (2017, p. 58) especifica:

Esta biblioteca fomenta atividades de leitura, teatro, música, poesia, desenho e pintura, arte, concursos, palestras, celebrações de dias ligados à cultura, comemorações de datas de valor nacional, exposições, (...) etc. Estas atividades envolvem várias franjas da população e instituições, (...) ao serviço da diversidade cultural.

A notícia da mudança de instalações da instituição escolar, e consequentemente da biblioteca, para um novo local, longe do centro da cidade, a iniciar no ano letivo de 2018, fez consternar os agentes envolvidos e o público dessa biblioteca.

Contudo, como uma equipa automotivadora, a direção da instituição, a sua chefia e os seus funcionários começaram a trabalhar arduamente para criar um espaço igualmente enriquecedor nas novas instalações e que respondesse às funções e missão bibliotecária que lhe tinha sido anteriormente atribuída. Com a chegada dos estudantes alguns destes também se envolveram voluntariamente.

As expetativas conjuntas não foram defraudadas e lentamente a biblioteca renasceu neste novo espaço. Atualmente, continua em permanente reestruturação, procurando adaptar-se ao seu contexto e recursos, e simultaneamente ir ao encontro das necessidades dos seus usuários, estes em número ainda insatisfatório, como abaixo se justifica.

A longa distância do centro da cidade e de meios de deslocação, assim como a falta de moradores da urbanização para onde a instituição foi recolocada, fez com que o público bibliotecário inicial fosse constituído apenas por indivíduos ligados à instituição (professores e estudantes), havendo raras exceções.

Ao longo do ano letivo esta realidade foi-se ligeiramente modificando, especialmente devido ao aumento de meios de transporte e a preços mais acessíveis, isso possibilitou alguma frequência de públicos de outras instituições escolares, especialmente as do Ensino Superior. Alguns frequentadores do antigo espaço, com meio de transporte próprio, começaram amiúde a voltar.

No final de 2018, o acervo bibliográfico atingiu o alvo autoproposto de 4000 livros, acrescido de 190 revistas científicas. Embora estes números pareçam insignificantes, nesta realidade e neste contexto de reconstrução nacional e de crise financeira generalizada, estes dígitos são uma verdadeira vitória.



5.2. Função Cultural

A Biblioteca António Didalelwa tem como um dos propósitos a promoção da cultura (especialmente a angolana) em todas as suas formas de expressão:

5.2.1. O seu acervo inclui obras de autores angolanos para todas as idades: em prosa, poesia, romance, fábulas, contos, etc.

5.2.2. As paredes interiores foram usadas para a expressão artística e criativa tendo em conta aspectos da cultura endógena e comunitária, realizadas por artistas plásticos locais, alunos dos cursos institucionais e alunos de outras escolas (incluindo um jovem estudante do Ensino Especial) e professores de três escolas diferentes. Essas pinturas e desenhos trazem prazer estético, cor e harmonia, uma forma de evasão para os frequentadores do espaço e mostram valorização do rico património angolano e a divulgação das competências locais para expressão cultural neste tipo de arte.

5.2.3. O hábito da leitura é incentivado em frases e desenhos nas paredes e noutras formas decorativas, nas frequentes exposições temáticas ou nas sessões anuais de leituras promovidas (de obras de autores angolanos), assim como pelas palavras de convidados selecionados com esse alvo e também em palestras.

5.2.4. Há concursos de poesia, onde se convida a incluir também as línguas nacionais. As línguas mais usadas e conhecidas pelos estudantes, professores e funcionários (umbundu, kimbundu, nyaneka e kwanyama) estão expressas em algumas frases nas paredes de modo artístico ou em dois expositores com provérbios populares.

5.2.5. Há múltiplos objetos decorativos, expostos de modo criativo, que mostram a diversidade cultural da província, feitos de modo artesanal (olaria, cestaria, escultura e modelagem) com material obtido dos recursos naturais locais.

Na programação bibliotecária estimula-se a participação de toda a comunidade institucional nas suas atividades culturais, especialmente ligadas a datas comemorativas ou alusivas a um evento particular. Nesses eventos dança-se, canta-se, declama-se poesia, faz-se teatro, ouve-se música angolana, passa-se moda ou desfila-se com tecidos e indumentárias africanas (onde se carrega na *passarele* utensílios culturais angolanos) exibem-se artigos culturais ou reinventa-se a partir dos mesmos, até se mostra criatividade na sua reutilização, mostrando uma postura amiga do ambiente.

A função cultural da biblioteca António Didalelwa tem sido divulgada criando curiosidade a quem ouve e, assim, tem recebido alguns visitantes interessados em conhecê-la. Esse exemplo, da execução da função cultural, foi divulgado num programa televisivo (9) num canal público que tem como alvo a promoção e divulgação cultural angolana. Desse programa resultou um maior conhecimento desta biblioteca e da possibilidade de implementação da função cultural das bibliotecas universitárias em Angola, mesmo em época de crise financeira, contando apenas com os recursos disponíveis, que às vezes são subaproveitados, incluindo o talento da população estudantil e o que abrange a criatividade artística e cultural do povo angolano.



6. Algumas Conclusões

Há a expectativa de que esta pesquisa tenha servido como contribuição na reflexão sobre a função cultural das bibliotecas universitárias. Esta temática é ainda pouco estudada em investigações científicas, e assim torna-se um campo vasto de oportunidades de pesquisa.

A pesquisa apresentou o caso da Biblioteca António Didalelwa, em Moçâmedes, Angola no cumprimento da sua função cultural. Apesar das limitações que enfrenta as advindas do passado histórico nacional, assim como as do seu contexto local e institucional, é apontada como exemplo na execução dessa função, tanto na decoração do seu espaço interior, no seu acervo, assim como na programação das suas atividades onde a diversidade etnolinguística e cultural angolana, em particular a namibense, é valorizada e divulgada.

Nessa concepção e implementação da função cultural, cria-se na biblioteca universitária uma diferente dinamização de serviços de apoio ao cidadão e à cultura local. Tal como Oliveira (s.d., s.p.) afirma uma “(...) *biblioteca menos como instituição, mais como um enorme livro em que todos participam (...)*” e divulgam com imaginação e regozijo o seu património cultural.

NOTAS

- (1) Fonte: www:<URL: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_das_bibliotecas.>
- (2) Andrade, A. M. C. de (1979). Objetivos e funções da biblioteca pública. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, vol. 8, nº 1, 48-59, mar. 1979.
- (3) Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução N.º 2200-A (XXI), de 16 de Dezembro de 1966. Entrada em vigor a 03 de Janeiro de 1976.
- (4) Em Paris, 20 October 2005, na Conferência Geral da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) realizada de 03 a 21 de outubro de 2005.
- (5) No original: Cultural expressions “(...) are those expressions that result from the creativity of individuals, groups and societies, and that have cultural content.” (UNESCO, 2005, p. 7)
- (6) No original: “Since culture is one of the mainsprings of development, the cultural aspects of development are as important as its economic aspects, which individuals and peoples have the fundamental right to participate in and enjoy (...).” (UNESCO, 2005, p. 6)
- (7) Constituição da República de Angola, artigo 19º, parágrafo n.º 1.
- (8) Na época: Drº Rui Falcão.
- (9) TV Zimbo, Programa Cooltura, dia 03 de novembro de 2018, 18:15, Angola.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Aço, S. (2014). Nota de apresentação. In *Ministério da cultura. Colóquio sobre identidade cultural, identidade nacional (comunicações)*. Realizado em Luanda em agosto de 2008. Luanda: Ministério da Cultura, p. 7-9.



Alberto, P. E. (2014). Angola: Povos e cultura. In Ministério da Cultura. Colóquio sobre identidade cultural, identidade nacional (comunicações). Realizado em Luanda em agosto de 2008. Luanda: Ministério da Cultura, p. 9-18.

Assembleia Geral das Nações Unidas (1966). *Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais*. S. I.: NU.

Escola Superior Politécnica do Namibe (2016). *Regulamento interno da biblioteca*. Namibe, 2016. Namibe.

Gasset, J. O. (2003). *Missão universidade e outros textos*. Coimbra: Angelus Novus.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2016). *Resultados definitivos: recenseamento geral da população e habitação – 2014, província do Namibe*. Luanda: INE.

Leite, J. E. C. (1996). Melhoramento da gestão de bibliotecas universitárias. In *Contributos para a revitalização da Universidade em Angola*. Porto: Universidade do Porto, Fundação Gomes Teixeira, p. 259-273.

Oliveira, M. P. (s. d.). *Da argila mesopotâmica ao hipertexto de Nelson*. (PowerPoint).

Pequenino, P. S., Sapalo, B. D. e Santos, A. B. dos (2014). *A cultura e a sociedade: Elementos identitários da nação*. Ministério da Cultura. Colóquio sobre identidade cultural, identidade nacional (comunicações). Realizado em Luanda em agosto de 2008. Luanda: Ministério da Cultura, p. 9-18.

Prado, H. de A. (2000). *Organização e administração de bibliotecas*. (2^a ed.). São Paulo: T.A. Queiroz.

UNESCO (1996). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona: UNESCO.

UNESCO (2005). *Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions* (Convenção da Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais). Paris: UNESCO.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro. [Em linha]. *Diário da República*. I Série, nº 237, Luanda. [Consultado a 04 de março de 2019]. Disponível na www.fm.ukb.ed.ao/ficheiros/Decreto_subistema_do_sistema_do_Esino_Superior.pdf.

Instituto Nacional de Estatística (INE). [Em linha]. (2014). Resultados preliminares do Censo 2014. Luanda: INE. [Consultado a 04 de março 2019]. Disponível na www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Preliminares%20%20Censo%202014_FINAL.13.10.14.pdf.

Governo de angola. [Em linha]. (2010). *Constituição da República*. Luanda: Governo de Angola. [Consultado a 05 de fevereiro de 2019]. Disponível na [www imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAOAPROVADA_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf](http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAOAPROVADA_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf).



Margarida (2011). [Em linha]. *As funções básicas da biblioteca pública*. [Consultado a 06 de março de 2019]. Disponível na www:<URL: <http://bibmargarida.blogspot.com/2011/08/as-funcoes-basicas-da-biblioteca.html>>.

Patatas, T. A. (2017). [Em linha]. Evolução do património das bibliotecas universitárias angolanas. *O Ideário Patrimonial*. 8, julho, 2017, p. 49 – 61. Edição do Centro Transdisciplinar das Arqueologias do Instituto Politécnico de Tomar (Portugal). [Consultado a 12 de fevereiro de 2019]. Disponível na www:<URL: http://www.cda.ipt.pt/index.php?actual=1&total=8&pagina=vinculo_cta&seccao=O_Ideario_Patrimonial&lang=PT&idrevista=203#media>.

Pereira, L. M. G. (2011). [Em linha]. *Conceções de literacia digital nas políticas públicas – estudo a partir do Plano Tecnológico da Educação*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Especialidade de Educação para os Media. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. [Consultado a 14 de março de 2019]. Disponível na www: <URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19825>>.

Pinho, A. C. e Machado, A. L. (2011). [Em linha]. *História e origem*. [Consultado a 15 de fevereiro 2019]. Disponível na www:<URL: <http://www.slinestorsantos.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/11/2590/17/arquivos/File/Biblioteca/bibliotecaorigem.htm>>.



LE PAYSAGE CULTUREL DE LA PALMERAIE DE MARRAKECH: POLITIQUES DE SAUVEGARDE, BILANS ET PERCEPTIVES

THE CULTURAL LANDSCAPE OF THE PALMERAIE FROM MARRAKECH: SAFEGUARD POLICIES, APPRAISALS AND EXPECTATIONS

Hicham Saddou
Docteur en Tourisme
FLSH Université Cadi Ayyad, Marrakech
hsaddou@gmail.com



Le Paysage Culturel de la Palmeraie de Marrakech: politiques de sauvegarde, bilans et perceptives

Hicham Saddou

Historial do artigo:

Recebido a 30 de março de 2019

Revisto a 12 de junho de 2019

Aceite a 30 de junho de 2019

RESUMO

O Palmeraie de Marrakech tem uma importância social, cultural e ambiental significativa. Foi, desde a sua fundação em 1064, a "mãe adotiva" da cidade de Marrakech. A população atraiu sua comida, a matéria-prima para o artesanato e a construção das casas. Ela circunda a cidade em um cenário verde ao pé de suas muralhas, oferecendo um espaço onde os moradores se divertem e encontram inspiração, descanso e alegria de viver.

Nos últimos tempos, este Palm Grove está passando por um período difícil de sua existência. Se no início do século passado ainda ocupava uma área de 15.000 ha, essa área dificilmente ultrapassava três mil hectares nos anos 90.

Neste artigo, tratamos de três pontos: em primeiro lugar, exporemos as políticas de salvaguarda do Palmeraie. Em seguida, apresentaremos seu atual plano de desenvolvimento e concluiremos com um exame das percepções desse patrimônio cultural e paisagístico.

Palavras-Chave: Palmeiral, patrimônio, paisagem, políticas de salvaguarda, projeto de território.

RÉSUMÉ

La Palmeraie de Marrakech revêt une importance sociale, culturelle et environnementale notable. Elle fut, depuis sa fondation en 1064, la «mère nourricière» de la cité de Marrakech. La population y puisait sa nourriture, les matières premières pour l'artisanat et la construction des demeures. Elle ceint la ville dans un écrin vert jusqu'au pied de ses remparts, offrant ainsi un espace où les habitants se récréaient et trouvaient inspiration, repos et joie de vivre.

Ces derniers temps, cette Palmeraie traverse une période difficile de son existence. Si au début du siècle dernier elle occupait encore une superficie de 15 000 ha, cette surface ne dépassait guère les trois miles hectares vers les années 1990.

Dans cet article, nous traitons trois points: dans un premier temps nous exposerons les politiques de sauvegarde de la Palmeraie. Nous présenterons ensuite son plan actuel de développement et nous conclurons avec un examen des perceptives de ce patrimoine culturel et paysager.

Mots clés: Palmeraie, patrimoine, paysage, politiques de sauvegarde, projet de territoire.



ABSTRACT

The Palm Grove of Marrakech has a significant social, cultural and environmental importance. Since its foundation in 1064, it has been the "foster mother" of Marrakech city that provided the population with its food, raw materials for handcrafts and construction materials. Recently, this Palm Grove has gone through a difficult period; while at the beginning of the last century it still occupied an area of 15,000 hectares, this area hardly exceeded three thousand hectares in the 1990s.

In this article, we tackle three points: the policies of sustaining the Palm Grove, the current development plan, and the examination of the prospects of this cultural and landscape heritage.

Key-words: Palm Grove, heritage, landscape, safeguarding policies, territorial project.

1. Introduction

Le trait le plus visible du paysage culturel de la Palmeraie de Marrakech est le contraste existant entre les îlots de verdure dispersés ici et là et les vastes espaces dénudés. Ces zones verdoyantes, plantées en plein milieu semi-aride de la région de Marrakech, ne sont pas un fait naturel, mais le résultat de considérables efforts, déployés par l'homme. Depuis la création de ces oasis, l'eau constitue l'élément déterminant autour duquel les jardiniers ont structuré leur espace.

La Palmeraie revêt une importance sociale, culturelle et environnementale notable. Elle fut, depuis sa fondation en 1064, la «*mère nourricière*» de la cité de Marrakech. La population y puisait sa nourriture, les matières premières pour l'artisanat et la construction des demeures. Elle ceint la ville dans un écrin vert jusqu'au pied de ses remparts, offrant ainsi un espace où les habitants se récréaient et trouvaient inspiration, repos et joie de vivre.

Ces derniers temps, cette Palmeraie traverse une période difficile de son existence. Si au début du siècle dernier elle occupait encore une superficie de 15 000 ha, cette superficie ne dépassait guère les trois miles hectares vers les années quatre-vingt-dix. (1)

En effet, depuis plusieurs années, plusieurs facteurs sont venus accroître et amplifier la dégradation de la Palmeraie de Marrakech. La succession de périodes sèches, l'extension du tissu urbain, l'exode rural, l'aménagement touristique, la salinité des eaux et la salinisation des sols, ont constitué autant de facteurs agressifs sur l'environnement et les écosystèmes de la Palmeraie.

Ces facteurs ont eu pour impact direct une mutation des modes de vie et des modes de production car ces mutations ont entraîné des efforts d'adaptation qui ont produit des conséquences considérables. Sur le plan national, les statistiques d'aujourd'hui estiment que les 2/3 du patrimoine phoenicole ont été perdus au cours du XXe siècle (2). Des agronomes spécialistes parlent d'une palmeraie qui aurait régressé de 15 millions à 4 millions de palmiers dattiers. C'est donc une régression alarmante.

Dans cet article, nous traitons trois points: dans un premier temps nous exposerons les politiques de sauvegarde de la Palmeraie. Nous présenterons ensuite son plan actuel de développement et nous conclurons avec un examen des perceptives de ce patrimoine culturel et paysager.



2. La Palmeraie de Marrakech: les lois d'hier et les périls d'aujourd'hui

2.1. Le dispositif de gestion et de protection des sites culturels au Maroc

2.1.1. Législation et réglementations

Au Maroc, le souci de la protection et de la sauvegarde du patrimoine s'est manifesté dès l'époque du protectorat français. Le premier dahir chérifien relatif à la conservation des monuments historiques et des inscriptions historiques date de 1912. Il est composé de 15 articles. Ce dahir sera promulgué par un autre sorti le 13 février 1914 en ajoutant les sites et les monuments naturels, composé de 40 articles, puis complétée en 1945 par un autre dahir pourtant sur le classement et le déclassement des monuments historiques et les monuments naturels (B.O. n° 1713, p. 571).

La loi complète en vigueur, concernant le patrimoine culturel est la loi 22-80 promulguée par le dahir n° 1-80-341 (25 décembre 1980) relative à la conservation des monuments historiques et des sites, des inscriptions, des objets d'art et d'antiquités. Depuis 1980, ce texte constitue la seule loi de base qui prescrit le cadre législatif relatif à la préservation des monuments et des sites historiques.

En plus de la faiblesse et l'ancienneté constatées au niveau législatif, ces lois ne sont pas prises en considération lors d'élaboration des plans d'aménagement ou des travaux importants. Souvent, elles ne sont même pas respectées par les institutions étatiques elles-mêmes. Raison pour laquelle une circulaire du Premier ministre (n°73/cab) datée du 30 décembre 1992 fut adressée aux membres du gouvernement; les incitants au respect de la législation (loi 22-80). Cette dernière sera promulguée et complétée par le dahir n° 1-06-102 du 18 djumada I 1427 (15 juin 2006) portant promulgation de la loi n° 19-05. (3)

Cette loi-cadre s'applique aux sites archéologiques et monuments historiques classés ou inscrits dans le registre de l'inventaire du patrimoine national et publiés dans le Bulletin officiel en attendant le classement définitif. D'autre part, le Maroc a adhéré à toutes les conventions internationales de l'UNESCO sur la protection du patrimoine culturel.

Sur le plan juridique, la Palmeraie de Marrakech est un site classé et protégé depuis 1929 par le Dahir du 25 mars de la même année portant sur la délimitation et le classement de la palmeraie ainsi que l'interdiction des affiches publicitaires au sein du site (Dahir du 25 mars 1929 portant classement, B.O n° 860 du 16 avril 1929.P.1026). (Dahir du 16 Août 1941 complétant le dahir susmentionné). (Décret n° 2-56-460 complétant classement, B.O n° 2280 du 6/7/56.P.702).

2.1.2. Institutions

Au Maroc, les questions relevant du patrimoine sont restées durant longtemps une affaire de l'État. En effet, le patrimoine est géré d'une manière très centralisée au niveau du Ministère de la Culture ainsi que par l'intermédiaire des institutions centralisées à Rabat:

2.1.2.1. **l'Institut National des Sciences de l'Archéologie et du Patrimoine.** C'est un institut chargé de la formation et de la recherche. Il s'occupe aussi de la programmation et de la gestion des fouilles archéologiques sur tout le territoire national. Les autorisations de fouilles sont délivrées par le Ministère de la Culture;

2.1.2.2. **La Direction du Patrimoine Culturel.** C'est un département créé au niveau du Ministère de la Culture. Elle se charge de la protection, l'étude, l'évaluation du patrimoine culturel, la



restauration et de la mise en valeur des sites et des monuments historiques. Elle a pour tâche également l'inventaire général du patrimoine culturel national.

Avec la nouvelle politique de la régionalisation avancée, le Maroc a instauré de nouvelles entités chargées de l'observation, l'analyse et la prise de décision au niveau régional. Parmi ces institutions, l'on peut citer l'Observatoire Régional de l'Environnement et du Développement Durable (OREDD) qui relève du ministère de l'environnement. Sa mission est d'opérer un état des lieux de la région et son objectif est de recouper les indicateurs du développement social, de la préservation des ressources et de l'environnement. C'est un véritable outil d'aide à la prise de décision. Car les défis sont grands. Face à des activités économiques et industrielles en plein essor, la multiplication des infrastructures touristiques, l'intensification de la productivité agricole et l'essor démographique, la région peine à suivre. Bien que les eaux usées de la ville de Marrakech soient traitées, avec la nouvelle station d'épuration installée depuis 2011, les sites de Palmeraie présentent encore des carences importantes en matière de traitement des eaux usées, des lieux de rejets et en termes de raccordement au réseau d'assainissement. À cela se rajoute un arsenal juridique dont la mise en œuvre peine à venir.

2.2. Cadre juridique de la protection de la Palmeraie de Marrakech

Le classement de la Palmeraie de Marrakech en tant que site protégé remonte à l'époque du protectorat français. Comme nous l'avons déjà signalé, le premier Dahir portant classement de la palmeraie a vu le jour le 25 mars 1929.

Depuis cette première loi, un arsenal de textes juridiques a été promulgué en vue de préserver et de sauvegarder ce patrimoine:

2.2.1. Le Dahir du 21 juillet 1945 portant sur le classement de la palmeraie en tant que patrimoine historique.

2.2.2. Le Dahir du 24 août 1945 portant sur l'interdiction de la vente et la coupe des jeunes rejets.

2.2.3. Le Dahir du 26 février 1963 pour faire une étude approfondie des autorisations de construction.

2.2.4. Le décret du 20, juin 1956.

2.2.5. L'arrêté du 7 septembre 1964 fixant les amendes contre l'arrachage illégal et l'incendie des palmiers. Il a servi également à réglementer l'exploitation des palmiers et à interdire l'affichage de panneaux au sein du site.

2.2.6. Le Décret du 20 janvier 1995 relatif au Schéma Directeur d'Aménagement et d'Urbanisme portant sur la création de nouveaux pôles résidentiels.

2.2.7. Le Dahir n° 1-07-42 du 28 rabii I 1428 (17 avril 2007) portant promulgation de la loi n° 01-06 relative au développement durable des palmeraies et portant protection du palmier dattier "*Phoenix dactylifera*".

L'état de la Palmeraie aujourd'hui témoigne d'une grande dégradation et ce en dépit l'importance de la législation mobilisée pour sa protection. Ses *jnans* ont été abandonnés ou transformés en quartiers touristiques ou résidentiels. En effet, au début du XX^e siècle, Marrakech comme toutes les grandes villes du Maroc de l'époque, a connu sa première



extension en dehors de la médina suite à une forte demande des étrangers installés à Marrakech. Les promoteurs ont ainsi entamé la transformation des terrains de culture et les vergers en lotissement établis dans toutes les directions et tout au long des remparts de la ville.

Après l'indépendance, la situation de la palmeraie et celle des espaces verts en général va être déterminée par les phénomènes de population et les grandes tendances de l'urbanisation extra-muros. En effet à partir des années soixante du siècle dernier, Marrakech a connu un développement démographique considérable qui n'a fait que s'affirmer au cours du temps. On a assisté à l'extension des quartiers satellites et à la multiplication des douars périphériques établis pour satisfaire la demande croissante au logement.

En faisant une comparaison entre le plan de Marrakech de 1953 et celui de 1986, EL FAÏZ conclut que «*la médina a fini de consommer irrémédiablement tous les espaces verts traditionnels qui constituaient le legs des siècles antérieurs*». (4)

Quant à la Palmeraie, 60 % de sa superficie «classée et protégée» est perdue. (5)

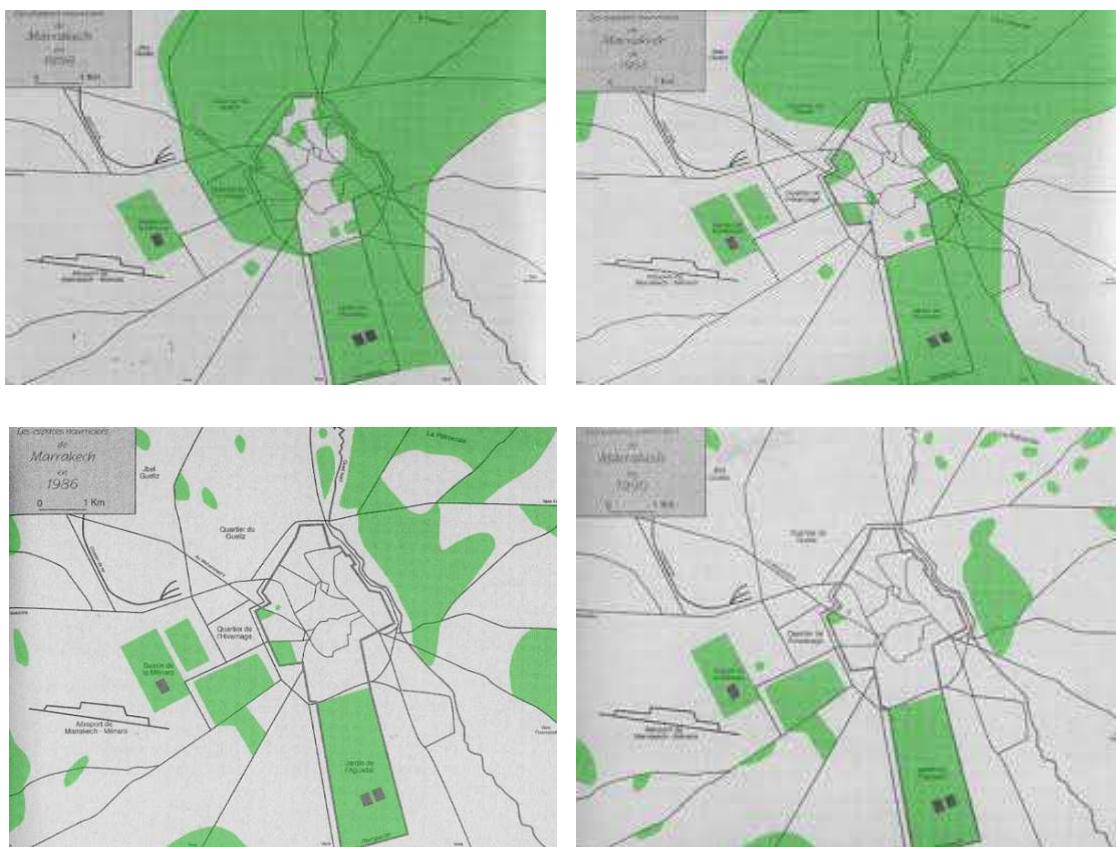


Figure 1. Evolution de la superficie de la Palmeraie de Marrakech. Source: M. El Faïz.

3. Plan de Sauvegarde et de Développement de la Palmeraie

3.1. Les acteurs associatifs et les partenaires nationaux et internationaux:

La Municipalité d'Ennakhil s'est engagée dans un ensemble d'accords de coopération avec divers partenaires nationaux et internationaux: ONG, universités, villes, départements... Ces coopérations portent sur différents domaines: gouvernance locale, assainissement, restauration, sensibilisation...



Ils permettent à la municipalité d'obtenir l'aide d'experts et des financements pour conduire à bien sa politique de développement local.

3.2. La Fondation Mohammed VI pour la Protection de l'Environnement:

Créée en juin 2001 par Sa Majesté le Roi Mohammed VI qui en a confié la présidence à Son Altesse Royale la Princesse Lalla Hasnaa, la Fondation Mohammed VI pour la Protection de l'Environnement place les enjeux de l'éducation et la sensibilisation au cœur de la mission qui lui a été attribuée, s'inscrivant ainsi dans les objectifs fixés par les sommets de RIO 1992 et 2012, ainsi qu'à Johannesburg en 2002 en termes d'éducation pour le développement durable et auxquels le Maroc a souscrit.

Dans sa stratégie, la Fondation a initié une démarche de prise de conscience et de responsabilisation partagée, impliquant tous les acteurs potentiels du changement sous la bannière: TOUS POUR l'ENVIRONNEMENT.

Elle vise, en fédérant l'ensemble des parties prenantes:

3.2.1. Le développement d'une éthique individuelle et collective, responsable en matière de conservation et de préservation de l'environnement;

3.2.2. La transmission de comportement permettant aux individus de faire face aux défis environnementaux;

3.2.3. L'identification, le partage, la diffusion et l'émergence de nouveaux produits et services plus respectueux de l'environnement;

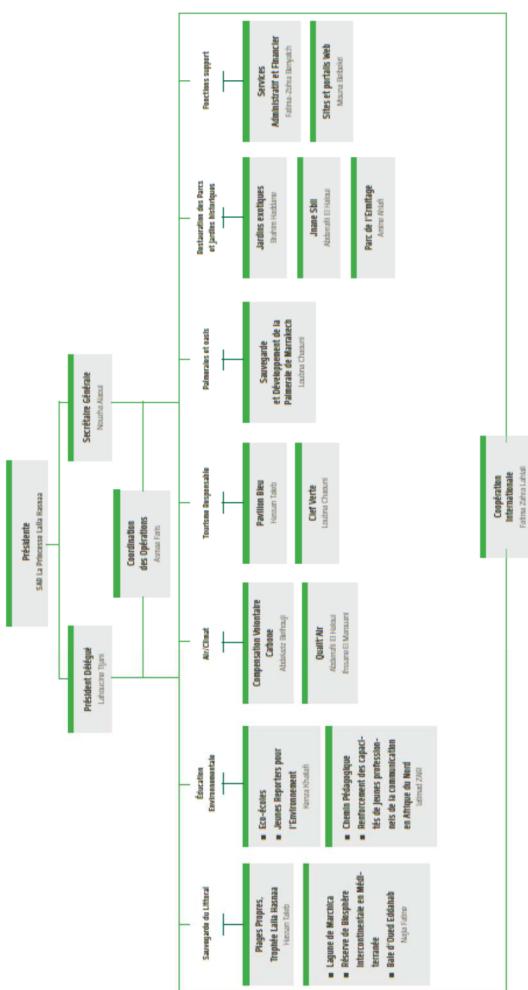
3.2.4. La sensibilisation et l'éducation à l'environnement en tant que projet sociétal.

La Fondation a pu mobiliser des réseaux de partenariat à l'échelle nationale avec l'ensemble des intervenants concernés: écoliers, lycéens, citoyens, associations, entreprises, administrations et collectivités locales...

Cette fondation s'est impliquée dans la Palmeraie de Marrakech à travers le Programme de Sauvegarde et de Développement de la Palmeraie qui «vise à arrêter sa dégradation par la reconstitution du patrimoine palmier, l'implémentation des programmes ciblés d'éducation et de sensibilisation à l'environnement, une gestion efficiente de l'eau grâce notamment à la réutilisation des eaux usées traitées, la réduction de l'empreinte carbone et la limitation de l'urbanisation de la palmeraie». (6)



Table 1. Organigramme de la fondation Mohammed VI pour la protection de l'environnement. **Source:** FM6



4. L'Observatoire de la Palmeraie de Marrakech

L'Association pour la Sauvegarde et le Développement de la Palmeraie de Marrakech (ASDPM), connue sous le nom de l'Observatoire de la Palmeraie de Marrakech (OPM) a été créée dans l'objectif de fédérer l'ensemble des bonnes volontés en faveur du programme de sauvegarde et de développement de la Palmeraie de Marrakech (7).

La mission de l'OPM est d'œuvrer à la préservation et au développement de ce patrimoine naturel que constitue la Palmeraie de Marrakech et d'accompagner les chantiers majeurs que la Fondation Mohammed VI pour la Protection de l'Environnement a initiés avec ses partenaires: la Wilaya, la ville de Marrakech et les différents acteurs institutionnels et privés pour la sauvegarde et le développement durable de la Palmeraie.

Plusieurs conventions cadre relatives à la mise en œuvre du projet de sauvegarde et de développement de la Palmeraie ont été signées. Parmi ces conventions, l'on peut citer celle signée entre la Fondation, la Wilaya de Marrakech, le Conseil de la ville et l'Association pour la Sauvegarde et le Développement de la Palmeraie de Marrakech.

4.1. La municipalité d'Elche:

Marrakech et la ville espagnole Elche ont entretenu depuis l'année 1999 une particulière relation de caractère technique, institutionnel et culturel. Les deux villes ont continué d'échanger jusqu'à aujourd'hui les visites de leurs plus hauts responsables, et de véhiculer entre eux des connaissances culturelles et techniques.

Plusieurs actions ont été menées dans le cadre de l'accord-cadre de collaboration entre des deux municipalités de Marrakech et Elche avec la Fondation Mohammed VI pour la Protection de l'Environnement:

4.1.1. Organisation des sessions de formation et de stage en faveur des techniciens de la ville ocre;

4.1.2. Transfert de la technologie à travers une collaboration entre la «Station Phoenix», le Conseil de Ville et l'I.N.R. à Marrakech.

En outre, d'autres associations s'activent dans la Palmeraie de Marrakech dans plusieurs secteurs: social, environnemental, et culturel.

4.1.3. Association Al Majal.

4.1.4. Fondation Norsys.

4.1.5. Association Alif.

4.1.6. Association Mawarid pour l'environnement et l'énergie.

4.1.7. Association Abiad Littanmia.

4.1.8. Association Sidi Bel Abbas / Dar Attifl.

4.1.9. Association Oulad Massoud.

4.1.10. Association Oulad Ben Rahmoun.



4.2. Actions et politiques en faveur de la préservation du patrimoine et du développement de la palmeraie.

Lors de nos entretiens avec les différents représentants des organisations, nous avons remarqué une volonté concernant la nécessité de la préservation du patrimoine et de développement de la Palmeraie. Cette volonté ne date pas d'aujourd'hui. En effet, la première tentative remonte aux années quatre-vingt du siècle dernier.

4.2.1. Le plan de développement du SDAU de 1982

Les premiers essais de valorisation de la Palmeraie datent de 1982 avec les directives inscrites dans le cadre du schéma directeur de l'aménagement urbain de la ville SDAU de 1982 (8). Ces directives incitaient à la protection de la Palmeraie et à la valorisation du dattier. Elles visaient également la promotion des caractères agronomiques, économiques et sociaux de la Palmeraie moyennant la création d'une station phœnicicole.

Quelques années plus tard, l'échec et les limites de la mise en place de ce premier plan de sauvegarde et de valorisation formeront un prétexte pour mettre le site de la Palmeraie à la disposition de l'aménagement touristique et de la privatisation. Cette ouverture constituerait selon les adjuvants d'une telle politique le moyen efficace pour préserver le site historique.

Un second plan a eu lieu, initié par le ministère de l'Agriculture, du Développement rural et des Pêche maritimes en 1987-1988 dans le cadre d'un plan national pour la restructuration et le développement de la palmeraie au niveau des principales régions phœnicicoles dont celle de Marrakech. Le site est considéré comme une réserve biogénétique menacée et utilisée dans un programme d'amélioration du palmier-dattier.

Mais à part quelques interventions minimes et d'ordre agricole qui ont porté sur les palmiers dattiers, aucun projet d'envergure n'a été réalisé pour la totalité de la palmeraie. Les actions qui ont été repérées après, ne dépassaient guère des compagnes de sensibilisation organisées par quelques associations créées depuis les années 2000 dont la plus connue est l'association Amal Circuit.

4.2.2. Programme de Sauvegarde et de Développement de la Palmeraie

Vingt-cinq ans après le premier plan, et plus exactement le 19 mars 2007, la Fondation Mohammed VI pour la Protection de l'Environnement a lancé en partenariat avec la Wilaya, la Ville et des Opérateurs Économiques, un nouveau Programme de Sauvegarde et de Développement de la Palmeraie dont l'objectif est d'*«arrêter sa dégradation par la reconstitution du patrimoine palmier, l'implémentation des programmes ciblés d'éducation et de sensibilisation à l'environnement, une gestion efficiente de l'eau grâce notamment à la réutilisation des eaux usées traitées, la réduction de l'empreinte carbone et la limitation de l'urbanisation de la palmeraie»* (9).

La mise en place et l'exécution de ces objectifs se fera à travers:

4.2.2.1. La restauration des espaces verts publics et notamment par l'entretien des palmiers existants et la plantation de nouveaux palmiers à grande échelle;

4.2.2.2. La création des conditions environnementales de protection de la palmeraie par le classement du site d'intérêt biologique et son irrigation;

4.2.2.3. Le développement de la culture de la protection de la Palmeraie chez la population locale mais également les visiteurs par la création de l'écomusée.



4.2.2.4. L'Aménagement et l'équipement d'un circuit pédestre doté des infrastructures nécessaires.

Le plan de Sauvegarde et de Développement de la Palmeraie s'articule autour de 3 axes:

4.2.3. L'Axe Institutionnel:

Sur le plan de cet axe institutionnel, un certain nombre d'initiatives a été entrepris parmi lesquelles on peut citer:

4.2.3.1. Renforcement de l'arsenal juridique pour une meilleure protection de la palmeraie;

4.2.3.2. Classement du site d'intérêt biologique (SIBE du marais d'El Oulja);

4.2.3.3. Maîtrise du foncier;

4.2.3.4. Contrôle de l'urbanisme;

4.2.3.5. Création d'un corps de contrôle (L'Observatoire de la Palmeraie de Marrakech, OPM).

4.2.4. L'axe Public:

L'axe public de ce plan de sauvegarde et de développement de la Palmeraie est concrétisé à travers un ensemble d'actions et d'opérations:

4.2.4.1. Création d'une pépinière communale de production du palmier et celles de plants à faible besoin en eau;

4.2.4.2. Épuration des eaux usées de la ville de Marrakech et réutilisations des eaux épurées;

4.2.4.3. Intensification des programmes de plantation des palmiers par des services municipaux ainsi que par les opérateurs notamment dans les villes-satellites;

4.2.4.4. Résorption de l'habitat insalubre.

4.2.5. Partenariat Privé Public:

La particularité de ce plan de développement se manifeste dans sa capacité à mobiliser et à fédérer les acteurs privés et publics dans un même projet:

4.2.5.1. Définition d'un programme de plantation auquel adhéreraient les opérateurs publics et privés opérant à Marrakech.

4.2.5.2. Création d'une Association de Sauvegarde de la palmeraie: L'Observatoire de la Palmeraie de Marrakech qui a pour objectif d'intégrer la population de Marrakech ainsi que les amoureux (nationaux et étrangers) de la ville ocre à l'ambitieux projet initié par la Fondation.

Sur le plan opérationnel, ce programme comporte plusieurs actions (10):

i. La Plantation sur une période de 6 ans de 430.000 plants pour reconstituer en urgence, le patrimoine végétal et paysager de la palmeraie sur un périmètre d'intervention de 258 ha.

ii. La mise en œuvre de programmes de Sensibilisation et d'Éducation à l'Environnement tournés autour des problématiques des Oasis et des Palmeraies, notamment au travers des programmes Eco Écoles pour les enfants et Clef Verte pour le secteur hôtelier.



iii. La Réalisation d'un Écomusée International des Oasis qui aura pour mission de récolter, conserver et témoigner de l'activité et de la vie des hommes qui ont bâti en plusieurs siècles, la Culture Oasienne, véritable terroir de gestion technique et sociale de la ressource en eau.

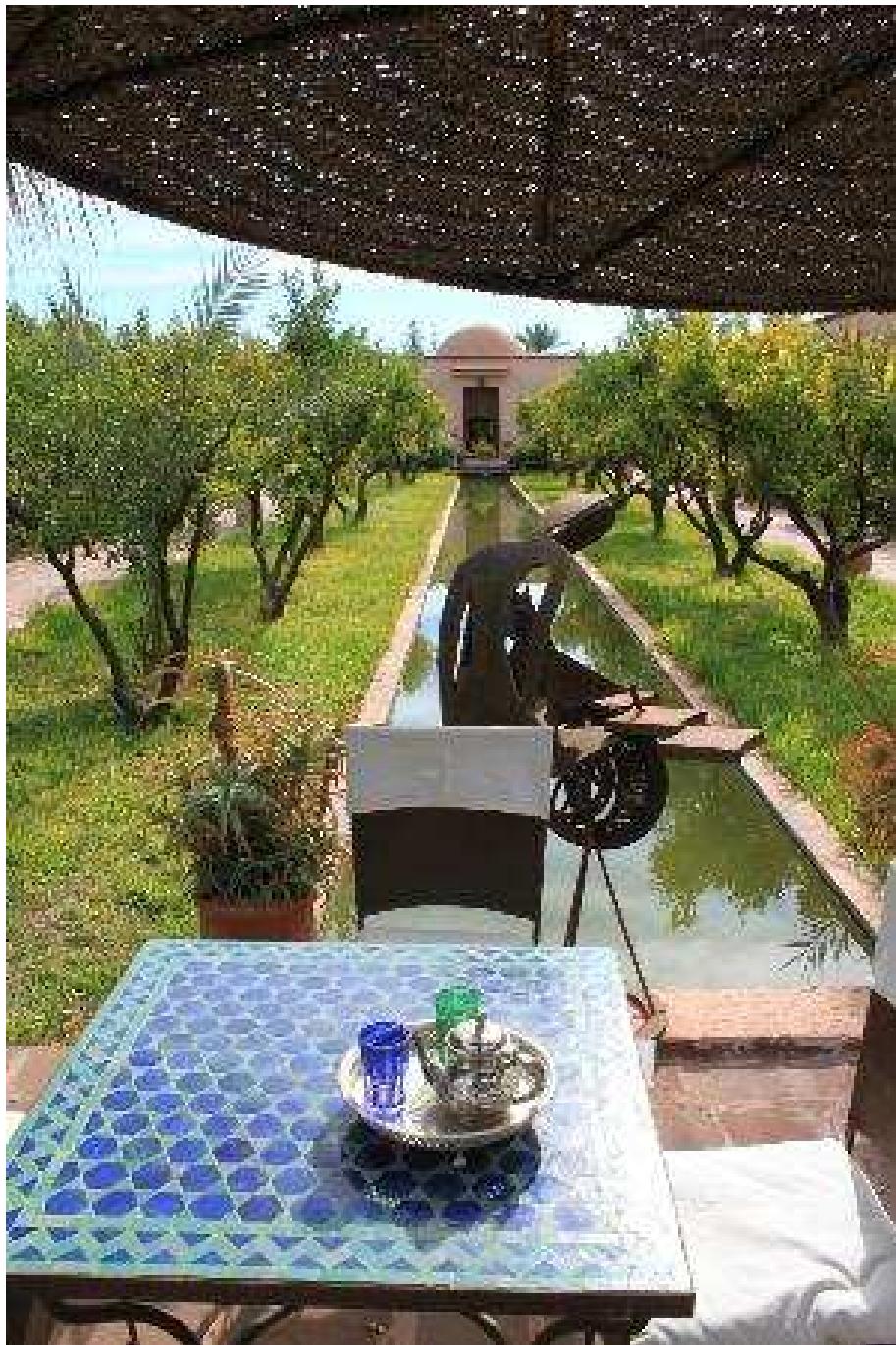


Figure 2. Écomusée de la palmeraie de Marrakech. Source: <http://www.tripadvisor.fr/>

4.3. Projet de l'Organisation des Nations unies pour l'alimentation et l'agriculture

Le projet FAO (11) GCP/RAB/013/ITA est un projet régional, le Maroc étant l'un des quatre pays concernés par le plan (à savoir l'Algérie, l'Égypte, le Maroc et la Tunisie).

Il rentre dans le cadre de la coopération entre le gouvernement marocain et l'Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture FAO, visant la concrétisation de la stratégie du

HCEFLCD (12) en matière de Forêts Urbaines et Périurbaines (FUP). Les objectifs généraux du projet visent l'amélioration des conditions de vie des populations des zones arides et semi-arides et l'atténuation des effets des changements climatiques. Les objectifs spécifiques, à travers l'installation de la parcelle expérimentale, sont:

- 4.3.1. Reprise du manque à gagner des terres non cultivées dans le marais suite à la construction de la STEP, Station de Traitement des Eaux Polluées;
- 4.3.2. Consolidation d'une zone tampon pour protéger la Palmeraie;
- 4.3.3. Développement de la Palmeraie en tant que ceinture verte de la ville;
- 4.3.4. Vulgarisation et extension des techniques de ferti-irrigation dans la Palmeraie en vue de sa conservation;
- 4.3.5. Utilisation rationnelle et efficiente des eaux usées traitées pour soutenir l'agriculture.



Figure 3. Localisation du Projet FAO. Source: INRA

Un site a été désigné pour l'implantation d'une parcelle de démonstration de 10 ha dans la Palmeraie d'El Oulja dans le domaine forestier de la forêt de Tensift. Le choix de la parcelle a été motivé par le statut juridique facilement mobilisable et la proximité de la station d'épuration des eaux usées de la RADEEMA. L'extension du projet est prévue sur 350 ha et la mobilisation de la superficie requise.

Le projet a pris forme suite au dépôt d'une note conceptuelle de la FAO aux pays donateurs. Le gouvernement italien a décidé d'en financer la première phase. Le budget initial du projet est de 600 000 dollars, mais le projet a également reçu l'appui de plusieurs organisations

internationales ainsi que de la Commission régionale des forêts pour le Proche-Orient de la FAO et de la Commission internationale du peuplier.

Dans le cadre de ce projet, la FAO va réaliser un site à Marrakech, dont le but est de ferti-irriguer initialement 10 ha de la ceinture verte en palmiers mais aussi avec d'autres arbres forestiers autour de la ville. Ce projet vise également la création d'une zone tampon entre la décharge de la ville et la Station d'épuration (STEP) de la Régie autonome de distribution d'eau et d'électricité de Marrakech (RADEEMA) qui est proche, en soutien à des activités agro-forestières. Le projet connaît la mobilisation de plusieurs partenaires: le Haut-Commissariat, l'Université Cadi Ayyad, l'Université de la Basilicata, l'Université de la Toscane, et la RADEEMA.

Le projet vise aussi l'introduction de deux techniques: la ferti-irrigation et la phyto-épuration. Le but du premier système est d'enrichir le sol de matière organique au lieu de simplement fournir de l'eau pour l'arrosage des plantes.

Quant au deuxième système, il est considéré plus durable, notamment dans les oasis des zones arides qui disposent de peu de ressources financières, pour sa rentabilité et parce qu'il permet d'utiliser moins d'énergie dans le processus de traitement et donc d'économiser sur les coûts énergétiques. Le projet est conforme à plusieurs conventions des Nations Unies, comme la CDB (Convention sur la diversité biologique) pour ce qui concerne la restauration du paysage, et l'UNCCD (Convention des Nations Unies sur la lutte contre la désertification). Enfin le projet permettra aussi à l'avenir de profiter du marché des crédits de carbone qui vient d'être entamé au Maroc avec la Fondation Mohammed VI pour la protection de l'environnement.

5. Perspectives

Les problèmes auxquels sont confrontés les jardins historiques de la Palmeraie aujourd'hui sont innombrables et complexes. La mise en place d'un projet de territoire rigoureux, pérenne et raisonnable s'avère indispensable. Il sera appelé à apporter des solutions efficaces aux problèmes existant à travers un ensemble d'actions à court, moyen et à long terme. Un projet qui tendrait à redonner à la Palmeraie de Marrakech une identité paysagère particulière et forte, tout en l'adaptant aux inévitables besoins touristiques actuellement en vogue sur ce territoire. La palmeraie est appelée à reconquérir sa place visuelle de paysage culturel emblématique de la ville mais aussi son rôle économique au cœur du mouvement dynamique que connaît Marrakech, tout en ouvrant encore une fois cet espace aux habitants locaux qui se sont vus mis à l'écart par de riches fortunes privées.

L'approche par projet qui peut être adopté dans cette perspective est celle utilisée dans la gestion des paysages culturels qui favorise une conception du patrimoine comme système intégré où la relation entre les parties a plus d'importance que les parties elles-mêmes. «*L'approche conventionnelle du patrimoine s'attache à l'état de conservation de caractéristiques et d'éléments particuliers des biens. Une approche qui privilégie les processus essentiels qui ont modelé - et continuent à modeler- le caractère du paysage. Elle met en valeur les techniques traditionnelles de gestion en matière de ressources naturelles et d'utilisation des terres. Des mécanismes qui ont su préserver l'équilibre écologique du paysage culturel, ainsi que l'interaction entre l'homme et son environnement*» (13).

L'objectif d'une telle démarche est de mettre en équilibre toutes les composantes sur le terrain de la Palmeraie, de façon à ce qu'il y ait une cohabitation entre agriculture, qui constituait la vocation initiale et la raison d'être du site lui-même, tourisme et résidences secondaires qui constituent les nouvelles formes d'occupation de la Palmeraie, les terrains sauvages qui



caractérisent la Palmeraie naturelle et enfin les douars comme regroupement humain nécessaire à la sauvegarde et l'entretien du paysage culturel du site, comme ressource attractive pour le tourisme d'aujourd'hui, mais aussi comme ressource vivrière et économique pour les paysans.

La démarche poursuite lors de ce projet ne se limite pas seulement à la proposition des actions de récupération des terrains abandonnés ou scléroser l'urbanisation au sein de la Palmeraie et revitaliser l'irrigation des champs. L'enjeu de ce projet en premier lieu est de cibler les paysans acteurs de ce paysage culturel pour qu'ils puissent continuer à le soigner avec beaucoup de conviction. L'enjeu est de passer forcément par la participation de la population qui est concernée et impliquée en premier lieu.

La stratégie est donc en résumé de redonner aux paysans par l'application de ce nouveau système la possibilité de cultiver à nouveau comme autrefois, et aux complexes touristiques, en finançant ce système, d'avoir une meilleure image dans cette composition, mais aussi de contribuer directement à la sauvegarde entière de la Palmeraie et non pas seulement à l'intérieur de leurs îlots comme c'est le cas aujourd'hui.

L'enjeu donc de cette réflexion est de trouver un compromis entre tous les intervenants et porteurs d'intérêt, quelle que soit leur nature, publique ou privée, sur l'avenir du mode d'utilisation de cette Palmeraie afin de la préserver aux générations futures.

La politique de la mise en place de lois de sauvegarde a prouvé sa limite et son insuffisance. Aujourd'hui il est nécessaire que tous les intervenants impliqués trouvent un intérêt important et se sentent concernés par le développement de leur paysage culturel.

Il est donc question de persuader et d'assister les paysans à ne pas abandonner leurs terres qui devraient être pour eux une source d'une vie meilleure et en même temps impliquer les investisseurs touristiques dans un grand projet de valorisation de toute la Palmeraie. Ces derniers doivent en effet être conscients que sans un développement des terrains agricoles qui entourent leurs établissements, l'image d'une palmeraie verdoyante qu'ils commercialisent auprès des touristes deviendra sans aucune valeur.

Étant donné qu'elle détient beaucoup de valeurs historiques, environnementales et biologiques et vu sa situation géographique dans une zone où les spéculations urbanistiques sont de plus en plus importantes, la Palmeraie de Marrakech se trouve au croisement d'intérêt de plusieurs services administratifs dont les visions de gestion ne sont pas toujours compatibles voire contradictoires. Le projet tentera de concevoir un plan commun entre ces instances et prévenir une collaboration efficace pour assurer une certaine pérennité.

L'enjeu est donc l'arrêt de l'urbanisation et la création de nouvelles constructions touristiques dans la Palmeraie via une approche participative et équitable susceptible d'instaurer de nouveaux rapports à l'espace en détournant les ambitions des spéculateurs immobiliers vers d'autres zones de Marrakech.

6. Conclusion

La prise de conscience par la communauté locale, nationale et internationale des problèmes liés à la gouvernance des ressources naturelles et particulièrement dans les zones fragiles comme les palmeraies et les oasis ne cessent d'augmenter.



La conservation dynamique de la Palmeraie historique de Marrakech est confrontée à un problème majeur de gouvernance et de gestion des ressources patrimoniales et naturelles, provoquant une véritable crise sous l'effet d'un modèle de développement inapproprié.

Les principaux risques et menaces identifiés face à une gestion durable de la Palmeraie sont liés à la gestion des ressources hydrauliques, à la production agricole, au tourisme et à l'aménagement urbain. Ces quatre secteurs sont soumis, en outre, aux effets des changements climatiques qui accentueront sa vulnérabilité et ses contraintes vis-à-vis de la durabilité.

La durabilité de ce patrimoine à la fois culturel et naturel, qui est sévèrement menacé par la dégradation et l'insouciance, reste lourdement conditionnée par des modes appropriés d'exploitation et de gestion ainsi que des conditions favorables pour une bonne gouvernance. En l'absence d'une stratégie d'adaptation, la dégradation de cet écosystème aride pourrait mettre en péril l'existence même de tout un pan du patrimoine de la ville.

Pour pallier ces menaces, d'importants plans et projets de protection et de réhabilitation de la Palmeraie ont été entrepris ces dernières années. Ils représentent une mission qui s'étale sur le court et le moyen terme.

Les possibilités d'amélioration de ces plans et système de préservation et développement sont importantes et peuvent être traduites par diverses orientations et recommandations en termes de développement du cadre organisationnel et réglementaire vers plus d'autonomisation et de concertation entre les organisations de gestion, de renforcement des capacités de gestion des associations d'usagers (groupement d'intérêt collectif/groupement de développement agricole), de leur implication accrue dans le processus de concertation et de prise de décision, de promotion des campagnes d'information et de sensibilisation relatives à la diffusion de la culture de la vie associative et de gouvernance participative des ressources culturelles et naturelles.

Il s'agit d'un travail ambitieux et de longues haleines, qui consiste en la recréation des conditions favorable d'une remise à l'état d'un système agro-écologique oasien et de la réhabilitation d'une culture et d'une tradition millénaire.

Face à l'attractivité du mode de vie moderne, l'attachement à la terre et à l'activité agricole concerne de moins en moins les nouvelles générations. Ce qui génère une forte dégradation environnementale de cet espace. D'où la nécessité de réfléchir à son avenir en fonction de ces changements sociétaux et contemporains, en mobilisant les moyens et les outils qui puissent redonner à cet espace une activité réelle basée sur la prise en considération des besoins et le respect des différentes caractéristiques du site.

NOTES

(1) El Faïz, M. (2000). *Jardin de Marrakech. Actes Sud.*, p. 160 et p. 186.

(2) Barathon, J.-J. et al. (2005). Les oasis de la région de Tata (Maroc): abandon de la vie oasienne traditionnelle et adaptation à la vie urbaine. In *Annales de Géographie*, n°644, p. 449-460.

(3) Bulletin Officiel n° 5436 du jeudi 6 juillet 2006.

(4) El Faïz, M. Marrakech (2000). Patrimoine en peril. *Actes Sud/Eddif.* Marrakech.

(5) El Faïz, M. (2000). *Jardin de Marrakech. Actes Sud.* p. 160. 186p.



(6) Site de la Fondation Mohammed VI pour la Protection de l'Environnement. www:<URL: <http://www.fm6e.org/fr/palmeraie-de-marrakech/objectifs.html>>.

(7) Site de l'Observatoire de la Palmeraie de Marrakech. www:<URL: <http://obs-palmeraie.com/index.php/fr/>>.

(8) El Faïz M. *op. cit.* p. 161.

(9) www:<URL: <http://www.fm6e.org/fr/palmeraie-de-marrakech/objectifs.html>>. [Consulté le 27/09/2014].

(10) www:<URL: <http://www.fm6e.org/fr/palmeraie-de-marrakech/mise-en-oeuvre.html>>. [Consulté le 27 septembre de 2014].

(11) Projet FAO GCP/RAB/013/ITA «Régénération des forêts en Algérie, en Egypte, au Maroc et en Tunisie par l'utilisation d'eaux usées traitées pour le soutien des moyens d'existence des petits agriculteurs et propriétaires fonciers».

(12) Direction régionale du Haut Commissariat aux Eaux et Forêts et à la Lutte contre la Désertification.

(13) Chouquer, G., «Patrimoine et paysages culturels. Actes du colloque international de Saint-Émilion (30 mai-1^{er} juin 2001). Éditions Confluences, Renaissance des cités d'Europe, octobre 2001, 354 p. («Des lieux et des liens»). Études rurales [En ligne], 2002, p. 163-164.

BIBLIOGRAPHIE

Barathon, Jean-Jacques et al. (2005). Les oasis de la région de Tata (Maroc): abandon de la vie oasis traditionnelle et adaptation à la vie urbaine. *Annales de Géographie*. n°644, p. 449-460.

Bulletin Officiel, n° 5436 du jeudi 6 juillet, 2006.

El Faïz (2000). Mohammed - Jardin de Marrakech. *Actes Sud*. p. 186.

El Faïz (2002). Mohammed - Marrakech, Patrimoine en péril, Actes Sud/Eddif, Marrakech.

DOCUMENTS ELETRONIQUES

Chouquer, Gérard (2001). Patrimoine et paysages culturels. [En ligne]. *Actes du colloque international de Saint-Émilion* [Consulté en 30 mai-1^{er} juin 2001]. Éditions Confluences, Renaissance des cités d'Europe, octobre, 354 p. («Des lieux et des liens»). Études rurales 2002, p. 163-164. Disponible en www:<URL: <http://obs-palmeraie.com/index.php/fr/>>.

Site de l'Observatoire de la Palmeraie de Marrakech. Disponible en www:<URL: <http://obs-palmeraie.com/index.php/fr/>>.

Site de la Fondation Mohammed VI pour la Protection de l'Environnement. Disponible en www:<URL: <http://www.fm6e.org/fr/palmeraie-de-marrakech/objectifs.html>>.



MUSÉES À MARRAKECH: POUR QUEL PUBLIC?

MUSEUMS IN MARRAKECH: FOR WHAT KIND OF PUBLIC?

Abdelilah Lissaneddine

Enseignant-Chercheur

École Supérieure de Technologie d'Essaouira

Université Cadi Ayyad

lissaneddine.abdelilah@gmail.com

Zakaria Lissaneddine

Faculté des sciences juridiques économiques et sociales

Université Cadi Ayyad

zakaria.lissaneddine@hotmail.com



Musées à Marrakech: pour quel public?

Abdelilah Lissaneddine

Zakaria Lissaneddine

Historial do artigo:

Recebido a 02 de maio de 2019

Revisto a 30 de junho de 2019

Aceite a 15 de julho de 2019

RÉSUMÉ

Au cours des dernières décennies, les musées ont connu une évolution importante, permettant aux territoires de se mettre en valeur grâce à la collecte, la conservation, l'exposition et la communication des objets muséalisés. Les institutions muséales deviennent alors une plateforme de référence et un lieu de rencontre culturel. Elles reflètent ainsi les préoccupations identitaires et les intérêts patrimoniaux des populations. L'augmentation du nombre de visites témoigne de l'intérêt accordé à ces bâtisses de patrimoine qui interprètent et conceptualisent les réalités aussi bien collectives qu'individuelles. Penser le musée en tant que corps actif de la mémoire sociale implique une lecture de son lien avec le public.

Cet article propose une réflexion sur les publics des musées à Marrakech et son arrière-pays, moyennant trois investigations quantitative et qualitative. Il interroge l'inclusion sociale de la population locale et les différents regards des publics et des professionnels à l'égard de l'institution muséale.

Mots-clés: Musée; Public; Patrimoine; Tourisme; Identité; Marrakech

ABSTRACT

Over the last decades, museums have evolved significantly allowing specific territories to identify themselves through the collection, conservation, exhibition and communication of museum objects. This led the museums to become a reference platform, a meeting place and a source of new ideas, reflecting more and more the concerns and interests of the population. The increase in the number of visits to museums testifies to the interest granted to these heritage buildings which offer a reading and a contextualization of the collective and individual realities. Thus, to think of the museum as an active body of social memory implies a reading of its link with the public. This article aims to highlight a rather complex reality, that of museum audiences in Marrakech and its surroundings, through three quantitative and qualitative investigations with the sole aim of clarifying the social inclusion of the local population and the various public and professional's views regarding the museum institution.

Key-words: Museum; Public; Heritage; Tourism; Identity; Marrakech



1. Introduction

Considérés comme témoins vivants du déploiement du champ patrimonial (Jelidi, 2013), les musées ont pris conscience de leur grand potentiel culturel attractif, dont peut profiter le public (Virag et Krug, 2005). Ce dernier se trouve au centre des études muséales à l'échelle universelle. Les publics des musées se sont diversifiés, et les non-publics sont étudiés (Soares, 2012). Or dans le cas marocain, l'étude des publics reste inexplorée (Micheli, 2013). Même les investigations quantitatives valorisant le nombre des visiteurs sont précaires et peu précises (Jelidi, 2013). Elles doivent être complétées par des études qui prennent en compte les attentes, les désirs et les vœux du public. De même, la prise en compte de la population et ses diverses relations aux espaces culturelles demeure une aussi question déterminante de la vie sociale des musées. Elle permet de s'introduire au cœur des rapports sociaux, pour «*prendre en considération la complexité de la réalité de la production patrimoniale, (...) et se donner la possibilité de saisir les pratiques culturelles des individus dans leurs logiques singulières de sociabilité.*» (Pizzorni, 2012). Présentement, l'enjeu consiste à déceler la face cachée de la relation musée-visiteur dans une optique de démocratisation de l'accès à la culture. Dans cette optique nous nous interrogeons sur les visiteurs des musées à Marrakech et son arrière-pays: qui sont-ils? Quel est leur profil type? Quelle place occupe le musée chez le non-public? Ya-t-il une attention accordée à l'implication des non-publics dans les musées étudiés?

Les résultats de notre investigation permettent de mettre l'accent non seulement sur le public, mais aussi sur «le non-public» des musées (Ancel et Pessin, 2004). La question s'élargit pour cerner le degré d'inclusion sociale des musées ainsi que leur appropriation par l'ensemble des autochtones.

Notre travail vise donc à identifier les caractéristiques et les spécificités des visiteurs des musées de Marrakech. Nous examinons également le profil type des visiteurs de musée (habitudes, attentes, motivations, besoins et connaissances antérieures, etc.). Nous étudions enfin les connexions et les logiques de ce public tout en menant une réflexion sur l'attractivité muséologique de cette ville.

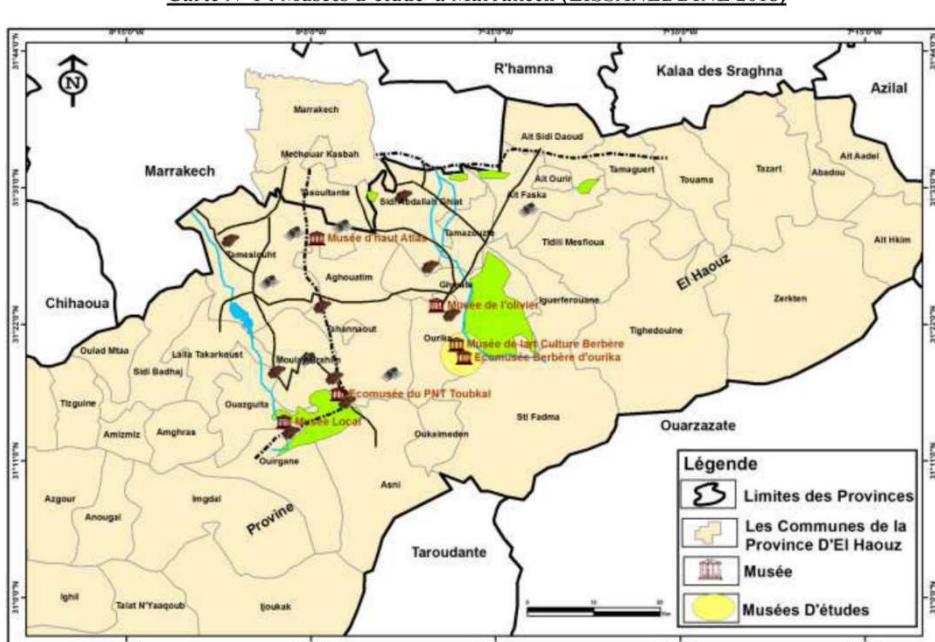
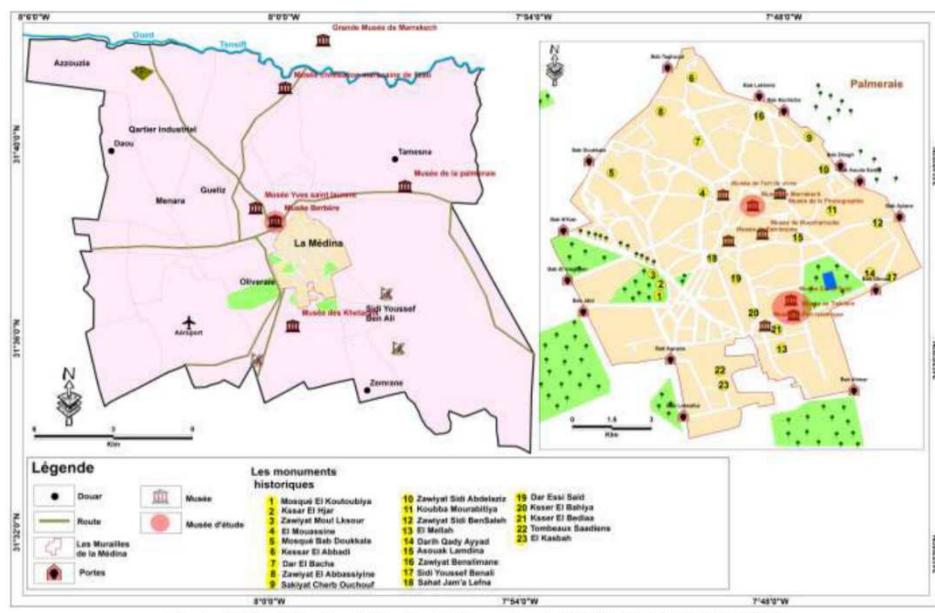
2. Présentation de l'investigation

Le terrain d'étude se distingue par son potentiel muséologique important (public, privé) ainsi que par l'intérêt relativement poussé que manifestent les responsables locaux pour le déploiement du champ culturel. L'exploration du terrain a permis la rencontre de personnes ressources ayant des informations importantes, la connaissance du milieu d'investigation et la collecte du maximum de données sur les institutions muséales. L'objectif table sur l'appareillage de la qualité et la quantité d'informations recueillies conduisant à une connaissance importante des publics des musées.

La recherche par sondage est étroitement basée sur les questionnaires et les entretiens. La population cible est composée de musées implantés au niveau de Marrakech et son arrière-pays.

La localisation GPS est indispensable pour collecter les données servant à former l'échantillon de base composé des cinq institutions muséales: *Musée Dar si Saïd — Musée berbère — Musée Tiskiwin — Musée Marrakech — Écomusée berbère* (**Carte 1.** et **2.**).





Ces musées représentatifs sont sélectionnés à base d'un échantillonnage aléatoire stratifié consistant à diviser la population mère (les musées de Marrakech et son arrière-pays) en sous-groupes homogènes, pour faire un échantillonnage aléatoire simple dans chaque sous — groupe. L'objectif est de diviser la population en groupes qui ne se chevauchent pas (des strates) $N_1, N_2 \dots N_i$, tel que $N_1 + N_2 + \dots + N_i = N$. Ensuite, choisir un échantillon aléatoire simple de $f = n / N$ dans chaque strate. En d'autres termes, notre population de base (13 musées opérationnels) est divisée sur deux strates: d'abord les musées situés à Marrakech (8 musées) ensuite les autres musées localisés dans l'arrière-pays (5 écomusées).

Deux raisons sont à l'origine de notre choix de l'échantillonnage stratifié. En premier lieu, il assure la représentation de toute la population ainsi que les sous-groupes homogènes, y compris les petits groupes minoritaires. En deuxième lieu, cette méthode se présente comme un moyen efficace pour le choix des musées à partir des deux strates d'une manière aléatoire, offrant généralement une précision plus statistique.



Dans cette logique, les musées figurant dans l'échantillonnage exposent des collections ethnographiques, notamment les bijoux, les tapis le tissage, les ustensiles les récipients, les nattes, la poterie, les meubles, les harnachements, les manuscrits, les armes, les objets archéologiques, etc. Le plus grand nombre d'objets se trouve au musée Dar Si Saïd suivi de celui de Marrakech ensuite le musée Berbère et le Tiskiwin. En dernier lieu l'Écomusée Berbère avec une collection réduite. Le point de ressemblance frappant entre ces collections réside dans la multiplicité des objets amazighs.

2.1. Les collections des musées peuvent être représentées selon les thématiques suivantes:

2.1.1. Des collections attestant l'identité marocaine: Habits, parures et accessoires qui occupent une place principale chez les communautés sédentaires et nomades. Elles expriment un goût posé pour l'apparat au niveau des grandes cérémonies. Les couleurs et les désignes des textiles, les bijoux, les armes et tout objet ou signe qui peut orner le corps et distinguer l'individu dans chaque étape dans sa vie. Des styles vestimentaires particuliers ayant des significations sociales et une construction identitaire (Lissaneddine, 2017).

2.1.2. Des collections témoignant d'un héritage Amazigh: des conceptions et des réalisations artisanales à base de cuir, argile, bois, et vannerie. Les artisans accordaient une grande importance aux designs particuliers en passant de la simple fonction usuelle vers une autre symbolique pleine de signes et de connotations. D'autres objets proviennent l'espace nord-ouest africain et qui ont lié l'Afrique du Nord au pays du Sahel. C'est le cas de certaines pièces sauvegardées au musée Tiskiwin. Alors que la pluridisciplinarité se trouve au niveau du musée Marrakech qui, en plus de sa collection ethnographique, regroupe des collections d'objets archéologiques, d'art contemporain et de documents historiques.

La grande partie des collections qui meublent les musées précités provient de Marrakech et du Sud marocain notamment de Souss, du Haut Atlas, de l'Anti Atlas et du Tafilalet (Lissaneddine, 2017).

2.2. La collecte de données:

La collecte de données se base d'abord sur une observation directe et discrète. Cette technique examine les réalités des musées (état des fonds muséal, infrastructures, qualité des prestations culturelles, état de lieux du patrimoine local). Elle appréhende la nature, l'importance et l'image de l'offre muséale. L'intérêt de cet outil est de recueillir le non révélé dans les discours de personnes questionnées lors des enquêtes et des entretiens.

Pour l'observation participante. Elle permet la collecte de données qualitatives à partir du débat et des discussions objectives autour de la vocation muséale, son environnement et ses collections. L'emploi de ces méthodes d'investigation a permis la génération et la composition d'une réflexion sur l'ensemble des dynamiques relatives au public des musées de notre étude.

2.3. Les outils d'investigation:

L'objectif fondamental de cette étude est de cerner le public des musées à Marrakech et son arrière-pays. A cet effet, deux outils de sondage ont été mobilisés:

D'abord, une enquête quantitative ciblant les visiteurs (182 interviewés) des cinq musées représentatifs, basée sur l'échantillonnage par commodité consistant en la sélection au hasard des visiteurs disponibles sur place. Le questionnaire a ciblé le profil de visiteur, la connaissance et le choix de la destination, la connaissance et le choix du musée, les pratiques



muséales (visites de musées à Marrakech, catégorie), les comportements de visiteurs (avant, pendant et après la visite) et les dépenses des visiteurs à l'extérieur du musée.

Ensuite, des entretiens qualitatifs touchant les responsables de musées, ainsi que la population locale (157 interviewés) pour incorporer de nouveaux variables à l'analyse du public muséal. Le choix de cet outil est justifié par le caractère essentiellement qualitatif de l'information à recueillir, tournant autour des perceptions du patrimoine et des opinions sur l'institution muséale. Dès lors l'échantillon est représentatif de l'ensemble de la population cible dont la sélection est aléatoire ce qui a servi l'objet de la recherche.

2.4. Les outils d'analyse:

Les données collectées par les questionnaires relatifs aux visiteurs de musées ont été dépouillées et traitées sur le logiciel d'enquête et d'analyse des données Sphinx. Les études effectuées concernent principalement la distribution des fréquences, des moyennes et des écarts types. Elles analysent aussi les tableaux de contingence (pour les variables nominales), les différences de moyennes, la variance et de la covariance (pour les variables ordinaires).

Le traitement des entretiens vise la description objective, systématique et quantitative du contenu que manifestent les corpus. Cette analyse consiste à exploiter les idées retenues dans les entretiens, par la catégorisation de l'information afin de cerner les visions. Cette tâche est accomplie grâce au logiciel IRAMUTEQ pour les analyses multidimensionnelles de textes (Ratinaud, 2009). Cette dernière repose sur le calcul des fréquences des termes utilisés en déstructurant le texte original et en le réorganisant suite aux occurrences des termes en vue de mettre en évidence la distribution des mots dans le corpus et extraire les classes et les thèmes dominants (Reinert, 1983).

En outre, le premier corpus «POP.LOC» dédié à la population locale, se compose de 14 366 occurrences (2) et 4557 forme (3) différentes. Le deuxième corpus «CONSERV» relatif aux conservateurs des musées comprend 19 482 occurrences et 3924 formes.

Dans cette perspective, les corpus finaux ont subi une étude statistique de la fréquence et de la distribution (Reinert, 1983) afin d'exposer les termes les plus occurrents par ordre décroissant. Cette étude a permis l'extraction de groupements sémantiques qui représentent les thèmes dominants du corpus. De la sorte, le contenu du corpus est classé en rubriques, non pas en cherchant le sens du texte, mais plutôt en déterminant comment les éléments qui composent le corpus sont ordonnés (Reinert, 1990).

3. Résultats et analyse des publics des musées à Marrakech et son arrière-pays:

3.1. Un profil-type étranger:

Quoique l'offre muséale de Marrakech et son arrière-pays soit diversifiée, très riche et attire une grande audience, la population locale ne s'y intéresse pas. Un constat confirmé par les résultats de l'enquête réalisée auprès des visiteurs de musées. En effet, la fréquentation des musées est généralement réservée aux étrangers représentant 92 % des enquêtés, alors que les Marocains ne dépassent pas les 8 %. De plus, au niveau des 14 répondants marocains, seulement deux sont de Marrakech et sa région. Dans ce sens, un principal profil type est mis en exergue, celui des touristes internationaux généralement en provenance d'Europe (France: 49 %, Espagne: 19 %, Allemagne: 10 %, Royaume-Uni 08 %, Italie 06 %,) marqué par les catégories socioprofessionnelles des fonctionnaires/employés: 27 %, des étudiants 17 %, et des retraités 7 %. De même, les résultats de l'étude révèlent que les personnes fréquentant ces institutions



ont un niveau d'éducation élevé. Cela explique l'intérêt poussé chez cette catégorie motivée par la volonté de connaître les particularités muséales. Ainsi l'horizon d'attente est voué à l'image de l'institution et l'ensemble de l'atmosphère muséale (Bâtiment, Espaces, Collection exposée, Personnel) jugés comme satisfaisants par la majorité des enquêtés.

3.2. Un public local absent

Contrairement au premier profil type dressé, les habitants de la ville trouvent du mal à s'identifier par rapport aux musées. Encore plus, comprendre l'intérêt du patrimoine sauvegardé au sein de ces institutions. Les représentations des «non-visiteurs» (4) (Hood, 1981) ne sont pas cohérentes en matière d'arguments, ce qui est lié parfois à l'ignorance. C'est ainsi que l'entretien avec la population locale s'étoffe de préjugés et d'idées préconçues sur les musées.

La plupart des enquêtés n'ont pas une réponse claire sur ce qu'est un musée, soit parce qu'ils ne peuvent pas formuler définition, ou tout simplement parce qu'ils ne savent pas réellement ce que veut dire un musée. Seulement quelques étudiants avaient des notions à savoir: «*Le musée peut être considéré comme un héritage culturel, il englobe le patrimoine et la culture de notre société ainsi permet il de voir nos traditions ancestrales*» (5).

Autrement dit, une partie des répondants adopte une vision traditionnelle des musées. Elle les considère comme lieux de sauvegarde des objets anciens ou bien des lieux d'histoire qui retracent le passé à travers le patrimoine qui s'y trouve. D'autres personnes mettent l'accent sur le rôle du musée comme un lieu qui communique un patrimoine oublié et qui fait le lien avec les origines.

Ajoutant qu'un nombre important de la population interviewée considère les institutions muséales comme des lieux occultes et fermés. Cette partie de la population se trouve inconsciente de l'existence des musées, ni de leurs utilités ou fonction «*On peut y trouver de l'artisanat, de belles œuvres anciennes dédiées aux touristes*» résume l'un des enquêtés (6). Des propos semblables sont relevés par De Micheli (2013) (7) dans son investigation sur le musée des Oudayas de Rabat. Ce constat ne fait que généraliser l'éloignement de la population marocaine des musées.

Bien que les positions des interviewés étaient frottement rigides et ne laissaient pas l'occasion de s'expliquer davantage sur l'intérêt des musées, beaucoup de réponses ont marqué le dépouillement. Si on prend en considération les éléments présentés dans le graphe d'analyse des similitudes «Corpus POP.LOC» (8).



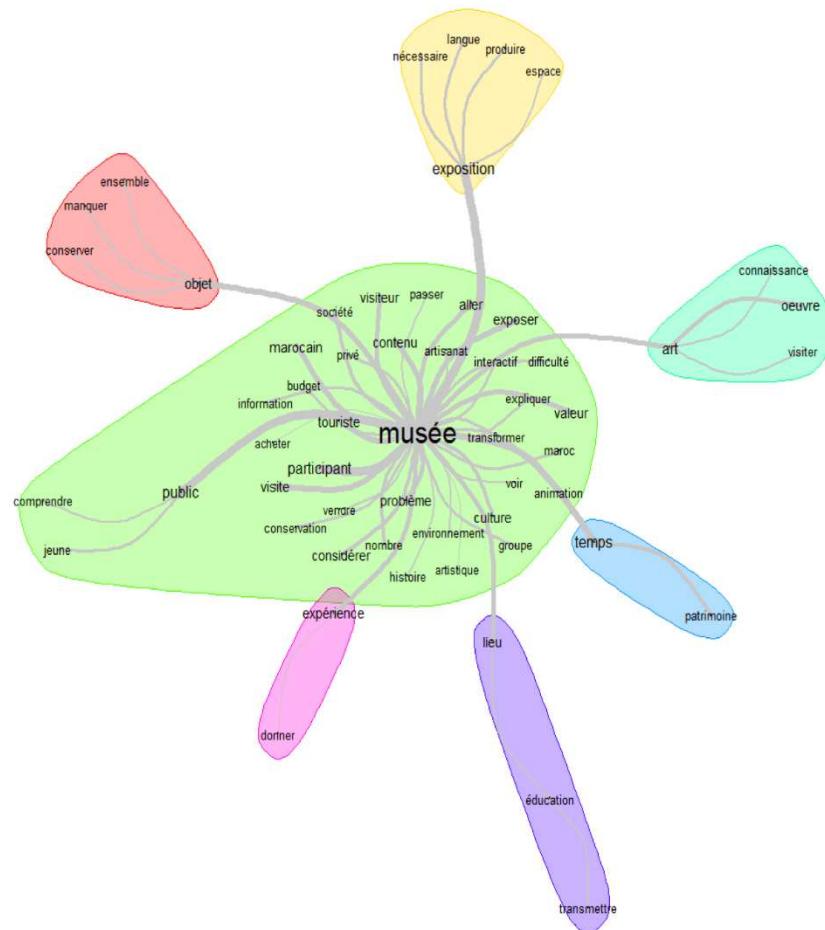


Figure N°1 : Analyse de la similitude. Corpus « POP.LOC ».

L'analyse de similitude textuelle permet d'examiner les différents liens existants entre le mot central «musée» et les autres termes. Autant que le mot se répète au niveau du corpus autant qu'il a une grande taille (*Exposition – Public – Objet – Temps – Art – Lieu – Expérience*). Plus les attaches/arrêts deviennent épaisses plus les termes sont cooccurrents. Les mots les plus importants dans le corpus sont calculés à base de la centralité d'intermédiairité (9), (Saint-Charles et Mongeau, 2005). Les intermédiaires relient les autres mots entre eux. Aussi les termes les plus occurrents situés dans la même communauté sont présentés en couleurs dans la figure mettant en lumière les proximités sémantiques. Cette analyse des données relationnelles (Baril et Garnier, 2015) donne ainsi une idée plus précise sur le discours de la population locale, elle rend visible les différentes connexions et associations de même qu'elle offre la possibilité d'établir des liaisons sémantiques hiérarchisées du plus important au moins important:

3.2.1. **Exposition:** Artisanat — langue — nécessaire — espace — produire

3.2.2. **Touriste:** Public-comprendre jeune

3.2.3. **Temps:** Patrimoine

3.2.4. **Société:** Objet — ensemble — conservé — manqué

3.2.5. **Art:** Œuvre — connaissance — visiter

3.2.6. Problème: Expérience – donner

3.2.7. Culture: Lieu — éducation — transmettre

Les rapports entre les différents regroupements et les mots intermédiaires mettent en avant certaines réflexions pour mieux comprendre le discours de la population locale à l'égard du musée. En d'autres termes, les non-visiteurs peuvent être classés en trois catégories:

3.3. Des personnes qui ne sont pas intéressées: Généralement, elles n'ont pas fait d'études et n'ont pas de notions sur le patrimoine. Elles témoignent de leurs désintérets envers l'institution muséale et son rôle dans la préservation et de sauvegarde identitaire: «*Je n'y connais rien, pourquoi j'irais le visité*» affirme l'un des interviewés. Elles passent quotidiennement à côté des musées sans s'y intéresser (Francesca De Micheli, 2013). Les motivations de visites reposent principalement sur le savoir et la connaissance. À ce stade, c'est l'ignorance qui constitue le principal obstacle pour la fréquentation des musées chez la population locale (Davallon et Gottesdiener, 1992).

3.4. Des personnes indifférentes: leurs propos laissent comprendre leur indifférence à l'égard du musée: «*Le patrimoine est pour les autres*» (10). Le musée ne suscite aucun intérêt pour eux, au point de ne pas vouloir en parler. Ces individus manquent aussi d'ouverture à la découverte du patrimoine culturel. Dans leur imaginaire le patrimoine muséal ne concerne que les étrangers.

3.5. Des personnes contraintes: Elles éprouvent un sentiment de regret suite au manque de temps ou d'occasions pour visiter les musées: «*j'aimerais bien le visité et connaître plus notre patrimoine*» (11).

En l'état des sources, il est difficile de dire que les non visiteurs peuvent prendre l'initiative pour fréquenter l'institution muséale. Pour Manach (12): «*La situation est critique, les Marocains ne visitent pas les musées. Ils ne sont pas sensibles aux pièces sauvegardées bien qu'elles illustrent leurs modes de vie, leurs mœurs et leurs croyances*». En réalité Le manque de motivation constitue la difficulté centrale chez les non-visiteurs. Les musées ne semblent pas les intéressés. D'autant plus que l'activité muséale en soit est loin d'être divertissante ou captivante pour susciter leur intérêt et les faire sentir représentés.

Le public questionné adopte une conception négative du musée dû à différents obstacles. En outre il rejette l'activité muséale tout en optant pour d'autres lieux supposés offrir du divertissement. Dans ce même sens, Bert Flint (13) précise que la plupart des Marocains n'ont pas de «*culture visuelle*», ils ne savent pas comment apprêhender l'objet de musée. La position de ce conservateur de musée peut être renforcée par (Soares, 2012), qui affirme que «*regarder est une expérience complexe parce que voir c'est sentir que quelque chose nous échappe inéluctablement*», autrement dit, ce n'est pas le premier sens de ce que nos yeux touchent, mais plutôt c'est le sens construit à partir de la rencontre entre notre regard et l'objet ou la chose aperçue, conséquemment l'acte de voir nous constitue et nous forme d'une certaine manière. Un autre argument solide sur la déserte des musées, consiste sur le manque de sensibilisation et de formation à l'école. Bert Flint affirme que «*Les musées sont vides de public marocain parce que nous n'avons pas de formation à l'école. Les programmes n'accordent pas de place à l'art et son importance alors que dans d'autres pays les enfants, sont dans les musées dès leur jeune âge. Ils peuvent ainsi cerner les objets et construire des référents culturels*».

Il est intéressant de noter que de nombreux musées ne sont pas fréquentés par les groupes scolaires. En effet, les programmes visant le rapprochement entre les élèves et les institutions culturelles telles que le musée font défaut. La situation s'aggrave avec la non-implication des



professeurs et les complications administratives (14). Par ailleurs, le manque de médiation est parmi les principales raisons soulevées par les non-visiteurs qui considèrent que l'information sur les musées de Marrakech et son arrière-pays comme inexistante. Selon les enquêtés: les médias, les institutions touristiques, les institutions culturelles de la région ne communiquent pas l'offre muséale. Cela empêche une grande partie de la population locale et aussi des touristes d'être des visiteurs potentiels. Ils ne peuvent pas apprendre davantage sur les activités culturelles et muséales, alors que nous sommes dans une époque où tout est médiatisé.

Une autre constatation porte sur les «difficultés économiques» qui empêchent le public de visiter les musées. Des enquêtés tablent sur le prix d'entrée inabordable notamment dans certains musées constituant donc un handicap majeur pour les visiteurs potentiels. Bien que des musées publics comme Dar Si Saïd sont ouverts gratuitement au public marocain tous les vendredis, les enquêtés affichent leurs mécontentements tout en affirmant qu'un seul jour de gratuité par semaine n'est pas en faveur des nationaux. Dans cette perspective une grande partie de la population locale se voit dans l'incapacité de payer les prix d'entrée, encore plus, elle défend l'idée de la gratuité des musées pour le public Marocain.

Dans sa dimension sociale, le musée regroupe un ensemble de valeurs, de traditions et de savoir-faire transmissibles dans un environnement donné. Les conservateurs des musées avancent que le musée joue un rôle fondamental dans la sauvegarde patrimoniale et identitaire. La charge sémantique dont témoignent les objets sauvegardés au sein des institutions muséales permet d'entretenir la mémoire culturelle (Rault et Roustan, 2005) et déploie la visibilité de l'identité collective (Oiry, 2014). Les entretiens réalisés avec les conservateurs figurant dans nos échantillons de base ont dégagé l'importance des musées, considérés comme un carrefour de valeurs historico-culturelles collectives témoignant d'une unité identitaire et sociale.

L'image de l'institution muséale reste floue, voire ambiguë pour la population locale. Elle ne considère pas le musée comme un lieu de conservation patrimoniale dont la finalité principale est de prolonger la longévité du patrimoine. Pour une grande partie des interviewés, le musée est un lieu qui abrite des objets d'artisanat. D'autant plus les collections muséales exposées ne retiennent pas leur l'attention, parfois ils sont même «invisibles», voire «ignorés». Les interviewés occultent l'importance identitaire et culturelle des objets patrimoniaux. Cela met en exergue la déficience de communication muséale qui ne parvient pas à faire comprendre l'importance des Muséalia (15), (Davallon et Gottesdiener, 1992; Desvallées et al., 2010; Mariaux, 2007), mais qui contribue à l'amplification des tensions sociétales (Micheli, 2013). Cependant, le regard des touristes et des conservateurs de musée, semble, se pencher sur des mêmes propos valorisants: le musée est une institution dont l'objectif est de préserver, sauvegarder et communiquer le patrimoine tout en ayant un rôle social, culturel et identitaire.

En définitive, la question des publics des musées engage toujours un dialogue sépulcral entre le «*nous savons ce qui bon pour vous*» des prescripteurs museaux, et le «*ce n'est pas pour moi*» des récepteurs (Pizzorni, 2012). Le dialogue demeure stérile tant que les musées sont exogènes à la population locale (Oulebsir, 2013) tant que des projets scientifiques et culturels (16) museaux ne voient pas le jour. Si l'on considère que la vocation principale du musée tourne autour de la démocratisation et communication, il est indispensable de réfléchir sur l'équilibre entre le dispositif muséal et son milieu, en intégrant le public, plus spécialement la population locale, moyennant de nouvelles formes de savoir et de savoir-faire (Daignault et Côté, 2012).

Bien que toutes les données rassemblées au cours de cette étude sur le public des musées soient concrètes, il ne s'agit pas pour autant d'une recherche-action, mais plutôt d'analyses et d'interprétations basées essentiellement sur les investigations. A cet effet, notre objectif consiste à donner de la valeur à ce travail en le renforçant par des réflexions qui traitent la



démocratisation de l'accès à la culture, la mission identitaire et l'usage touristique (17) des musées.

NOTES

- (1) Voir cartes 1 et 2.
- (2) L'occurrence d'un mot est égale au nombre de fois où ce mot apparaît d'un texte.
- (3) Elles représentent les mots, les chiffres ainsi toutes les formes non reconnues utilisées dans un texte.
- (4) Il met l'accent sur les types de visiteurs. Il s'appuie sur le taux de fréquentation annuelles des visiteurs pour subdiviser la clientèle en quatre groupes: des spécialistes, des visiteurs qui fréquentent le musée au moins 3 fois par an, des visiteurs occasionnels (une fois par an) et les non-visiteurs.
- (5) Enquête des touristes.
- (6) Entretien avec la population locale.
- (7) Dans son article intitulé: Le public, le musée et le non-public une relation à étudier, le cas du musée des Oudayas de Rabat, Francesca De Micheli souligne que la majorité des habitants du quartier des Oudayas pense le musée comme un «concept sans contenu», pour eux, il abrite «les choses espagnoles». Selon l'auteur, la population témoigne d'une énorme confusion concernant l'interprétation du musée et son rôle.
- (8) Voir **Figure 1**.
- (9) La centralité d'intermédiarité «est une autre mesure de centralité globale proposée par Freeman. L'intuition de cette mesure est que, dans un graphe, un nœud est d'autant plus important qu'il est nécessaire de le traverser pour aller d'un nœud quelconque à un autre. Plus précisément, un sommet ayant une forte centralité d'intermédiarité est un sommet par lequel passe un grand nombre de chemins géodésiques (i.e., chemins les plus courts) dans le graphe. Dans un réseau social, un acteur ayant une forte centralité d'intermédiarité est un sommet tel qu'un grand nombre d'interactions entre des sommets non adjacents dépend de lui» (Chikhi, 2010).
- (10) Entretien avec la population locale.
- (11) *Idem*.
- (12) Conservateur du Musée Berbère _ Entretiens conservateurs de musées.
- (13) Conservateur du Musée Tiskiwine _ Entretiens conservateurs de musées.
- (14) Les visites scolaires des musées sont très rares. Malgré la forte implication d'acteurs pour tisser des liens entre le musée et son environnement moyennant la proposition de programme de visites guidées pour toutes tranches d'âge (du primaire au lycée), beaucoup d'établissements scolaires n'ont pas pu profiter de cette initiative, suite aux désengagement de certains professeurs ou à cause du manque de logistique. Un projet est lancé en collaboration entre le musée Tiskiwn, l'institut français, le MNHN et l'académie régionale de l'éducation et de la formation à Marrakech (2011) dont la finalité d'accompagner des classes scolaires et leurs proposer des visites guidées, diffuser l'information sur le patrimoine, tout en les incitant à



travailler sur des thématiques différentes en rapport avec le patrimoine marocain (Lissaneddine, 2017).

(15) Les Muséalia sont les «objets muséalisés» c'est un terme qui désigne les choses ayant subi l'opération de muséalisation et pouvant ainsi pré tendre au statut d'objets de musée. Le terme a été traduit en français par «muséalie» (Mariaux, 2007, p. 49). Pour Davallon and Gottesdiener (1992). Pour Davallon «*Les musealia sont moins à considérer comme des choses (du point de vue de leur réalité physique que comme des êtres de langage (ils sont définis, reconnus comme dignes d'être conserves et présentes) et des supports de pratiques sociales (ils sont collectes, catalogues, exposés, etc.)*».

(16) Il s'agit d'opérations qui visent la définition de la vocation de l'institution muséale et son déploiement : elles définissent les grandes dispositions et les conduites du musée par rapport aux Collections (conservation, gestion, étude, recherche...) aux publics (connaissance, politique, accueil, activités, muséographie...) pour une durée déterminée (Lissaneddine, 2017).

BIBLIOGRAPHIE

- Ancel, P. et Pessin, A. (2004). *Les non-publics: les arts en réceptions*. Editions L'Harmattan.
- Chikhi, N.F. (2010). *Calcul de centralité et identification de structures de communautés dans les graphes de documents* (PhD Thesis). Université de Toulouse: Université Toulouse III-Paul Sabatier.
- Daignault, L. et Côté, M. (2012). *L'évaluation muséale: Savoirs et savoir-faire*. Presses de l'Université du Québec, Québec.
- Davallon, J. et Gottesdiener, H. (1992). Le musée national des techniques sous l'œil de ses visiteurs. *Rev. Mus. Arts Métiers*.
- Desvallées, A. et Mairesse, F. (2010). *Conseil international des musées. Concepts clés de muséologie*. Paris: Armand Colin.
- Hood, M. G. (1981). *Adult attitudes toward leisure choices in relation to museum participation*.
- Jelidi, C. et Charlotte Jelidi (dir.) (2013). *Les musées au Maghreb et leurs publics: Algérie, Maroc, Tunisie, Paris, Musées-Mondes*. Documentation française, Paris.
- Lissaneddine, A. (2017). *Les Musées au Service du Territoire entre Question Identitaire et Usage Touristique - Cas de Marrakech et Son Arrière-Pays - (Laboratoire IMPACT: Langue, Identité, Media, Patrimoine, Culture et Tourisme)*. FLSH-UCA, Marrakech.
- Mariaux, P. A. (ed.) (2007). *Les lieux de la muséologie, L'atelier*. P. Lang, Bern; New York.
- Micheli, F. (2013). Francesca Le public, le musée et le non-public: une relation à étudier, le cas du musée des Oudayas de Rabat. Musée National des Arts d'Afrique et d'Océanie (ed.), *Les musées au Maghreb et leurs publics: Algérie, Maroc, Tunisie, Musées-Mondes*. Documentation française, Paris, p. 107–118.
- Oiry, M. (2014). *Quand le tourisme recompose les identités collectives: étude de projets touristiques alternatifs dans les Atlas marocains*. University of Geneva.



Oulebsir, N. (2013). Chefs-d'œuvre en quête de publics. Musées et transferts culturels franco-algérien. Musée National des Arts d'Afrique et d'Océanie (ed.), *Les musées au Maghreb et leurs publics: Algérie, Maroc, Tunisie, Musées-Mondes*. Documentation française, Paris, p. 25–42.

Pizzorni, F. (2012). Public des musées: de la qualité de la visite à l'usage démocratique. In *Empowering the visitor process, progress, protest; ICOM, International Committee for Museology, 34th ICOFOM Annual Symposium, Tunis, Tunisia 1-3 November 2012 = Responsabiliseur le visiteur = Empoderar al visitante proceso*. ICOM, Paris, p. 265–276.

Reinert, A. (1983). Une méthode de classification descendante hiérarchique: application à l'analyse lexicale par contexte. *Cah. Anal. Données*. 8, p. 187–198.

Reinert, M. (1990). Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval. *Bull. Sociol. Methodol. Méthodologie Sociol.* 26, p. 24–54.

Saint-Charles, J. et Mongeau, P. (2005). L'étude des réseaux humains de communication. In *Communication: horizons de pratiques et de recherches - volume 1*. Presse de l'Université du Québec, Sainte-Foy, p. 73–99.

Soares, B.B. (2012). La muséologie du devenir: le pouvoir des musées comme écoles des regards. In *Empowering the visitor process, progress, protest; ICOM, International Committee for Museology, 34th ICOFOM Annual Symposium, Tunis, Tunisia 1-3 November 2012 = Responsabiliseur le visiteur = Empoderar al visitante proceso*. ICOM, Paris, p. 114–124.

Virag, G. et Krug, G. (2005). *Promotion du tourisme culturel en tant que facteur de développement des régions*. Strasbourg: Éditions du Conseil de l'Europe.

DOCUMENTS ELETRONIQUES

Baril, E. et Garnier, B. (2015). Utilisation d'un outil de statistiques textuelles. Disponible sur www:<URL: http://www.iramuteq.org/documentation/fichiersPas_20a_20Pas_20IRAMUTEQ07alpha2_Pdf.pdf>.

Ratinaud, P. (2009). IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. Téléchargeable Disponible sur www:<URL: [Http://www.iramuteq.org](http://www.iramuteq.org)>.

Rault, W. et Roustan, M. (2005). Du MAAO au musée du Quai-Branly. *Cult. Mus.* 6, p. 65–83. Disponible sur www:<URL: <https://doi.org/10.3406/pumus.2005.1373>>.



TOURISME ET CONSTRUCTION DES MARGES DANS LE CENTRE HISTORIQUE, LE CAS DES ARTISANS DE LA MÉDINA DE MARRAKECH

TOURISM AND MARGINS CONSTRUCTION AT THE HISTORIC CENTER, THE CASE OF ARTISANS OF MARRAKECH MEDINA

Nour Eddine Nachouane

Labotatoire: Langues, Identités, Médias, Patrimoine, Culture et Tourisme -LIMPACT
Université Cadi Ayyad, Marrakech
nachouane@hotmail.com

Aicha Knidiri

Laboratoire des Études sur les Ressources, les Mobilités et l'Attractivité
Université Cadi Ayyad, Marrakech
aysha.knidiri@gmail.com



Tourisme et construction des marges dans le centre historique, le cas des artisans de la médina de Marrakech

Nour Eddine Nachouane

Aicha Knidiri

Historial do artigo:

Recebido a 17 de setembro de 2018

Revisto a 30 de novembro de 2018

Aceite a 07 de dezembro de 2018

RÉSUMÉ

Les liens entre la culture et le tourisme s'imposent aujourd'hui comme un moyen de développement local. Les ressources patrimoniales sont susceptibles d'être un produit touristique. Les visiteurs du centre historique contribuent à l'enrichissement économique des populations et renforcent l'identité culturelle des lieux. Pourtant, ces ressources culturelles et patrimoniales sont aujourd'hui confrontées à des défis majeurs liés aux dynamiques et logiques des différents acteurs notamment les populations touristiques et qui peuvent engendrer la marginalisation des espaces vivants comme ceux des artisans dans les villes historiques.

Mots clés: Artisanat; Médina; Tourisme; Marge

ABSTRACT

The links between culture and tourism are today a means of local development and heritage resources are likely to be a tourism product. The visitors of the historic center contribute to the economic enrichment of the populations and reinforce the cultural identity of the places. However, these cultural and heritage resources are today faced with major challenges related to the dynamics and logic of the various stakeholders including tourists which can lead to the marginalization of living spaces like those of artisans in historic cities.

Key-words: Crafts; Medina; Tourism; Margin



1. Introduction

Le rapport dialectique entre espace touristique, appartenance/appropriation et le territoire pose la question des rapports à l'espace, les représentations et les usages des visiteurs. Le tourisme, en tant que système d'acteurs, de pratiques et d'espaces qui participent à la «recréation» des individus par le déplacement temporaire hors des lieux du quotidien (Knafou et Stock, 2003) (1) s'approprie l'espace-support dans lequel il se réalise et se développe via des aménagements touristiques et des réglementations. De manière corrélative, l'existence du lieu ou de l'espace touristique repose sur la nécessaire présence de populations touristiques, lesquelles fondent le caractère touristique de cet espace. Au final, il semble que la notion de territoire touristique se situe dans cet interstice, entre les touristes qui, traversant cet espace, l'approprient de manière différentielle et les usagers permanents, qui cherchant à répondre à ses différentes demandes, construisent leur espace de vie autour de cette dynamique touristique.

De nombreux travaux mettent en avant les transformations spatiales et symboliques induites par le développement du tourisme dans un espace. Ils se centrent autour de la notion du lieu et propose une typologie des lieux selon leur niveau d'équipement touristique, la présence ou non de population locale, la diversité des fonctions touristiques et urbaines (Knafou et Coll, 1997, p. 200; Knafou et Stock, *Apud* Lévy et Lussault, 2003, p. 933) (2).

Dans cet article nous allons par l'analyse des processus de découverte et d'appropriation à l'échelle des populations touristiques visitant la médina de Marrakech de manière à souligner dans quelle mesure ces dynamiques participent à la construction ou la déconstruction d'un territoire touristique. Quelles motivations ou quels imaginaires touristiques invoquent-ils pour expliquer leur propre pratique? Dans quelle mesure cet imaginaire opère-t-il une transformation des espaces d'artisans et de leurs pratiques? Quels rapports entretiennent-ils avec les artisans de la médina? Les pratiques effectives sont-elles synonymes de (re)découverts ou (re)appropriation de l'espace? Ouvrent-elles sur de nouveaux produits ou perspectives touristiques?

2. Les espaces d'artisans de la Médina de Marrakech entre patrimonialisation et émergence touristique

La morphologie et l'organisation actuelles de l'espace urbain médina sont l'aboutissement d'un long processus d'accumulation historique et d'actions ponctuelles de façonnement de l'espace, qui se sont déroulées sans rupture ou bouleversement notoires permettant ainsi l'épanouissement d'une société urbaine globalement stable au fil des siècles.

La médina comprenait deux ensembles muraillés: une ville artisanale au nord et une ville impériale au sud, séparés par un no man's land, représenté par la place djemâa el fna. Une longue rue industrielle et commerciale Est-Ouest terminant à ses deux extrémités par les métiers polluants: les potiers éjectés depuis le début des années 80 en dehors de la ville et les tanneurs de Bab Debbagh à l'Est, présents jusqu'aujourd'hui à l'intérieur des murailles.

On constate que la majorité des ateliers artisanaux et l'essentiel des grands souks se concentrent dans la moitié nord de l'actuelle médina. Tous les autres métiers traditionnels se greffent sur une double artère en croix convergente vers la grande mosquée Ben Youssef, cœur de la cité artisanale.



Le développement urbain de la médina respectera toujours cette opposition Est-Ouest: les quartiers artisanaux et les résidences modestes s'étendent vers l'Est, alors que le quartier bourgeois et les maisons des notables s'agglomèrent à l'Ouest. Cette ancienne ségrégation est-ouest sera aggravée par l'intervention du protectorat qui créera la ville européenne à l'ouest de la médina: le Guéliz (Soussi, 1984) (3). L'emprise de cette division persiste jusqu'à nos jours.

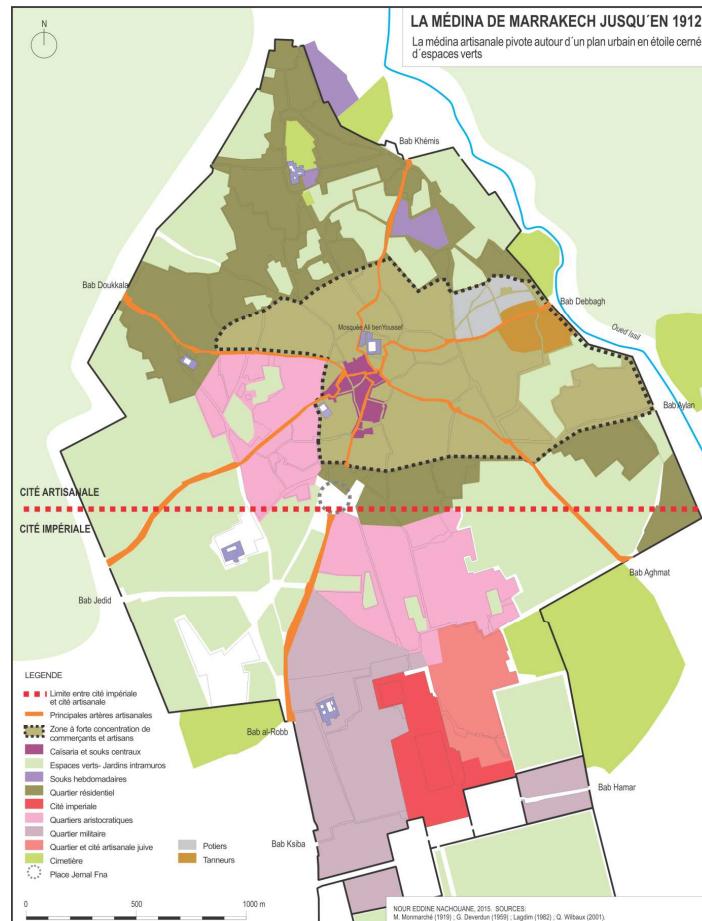


Figure 1. La médina de Marrakech cité artisanale et cité impériale. Source: Réalisation: Nour Eddine Nachouane, 2015



Figure 2. 1) Rue KaâtBenahid 2) RueSidiyamani: Médina de Marrakech; une requalification sélective au regards dynamiques touristiques – patrimoniales. Source: Clichés de l'auteur, 2018

Le classement de l'UNESCO en 1985, s'appuyant sur la profondeur historique de la ville traditionnelle, sa dimension religieuse exceptionnelle et sa capacité intégrative et créativité (de savoir, d'artisanat, de génie urbain, etc.), va revaloriser l'image de la médina et donner une nouvelle perception de son espace par le biais de sa dimension culturelle et patrimoniale. La médina va devenir un ensemble urbain original à préserver, de dimension universelle. Cela a favorisé un tourisme culturel du patrimoine monumental et a assuré un regain pour l'artisanat.

Le début des années 1990 va marquer un tournant dans l'histoire de la ville de Marrakech et sa médina. Une forte dynamique d'investissement immobilier par la restauration des anciennes ryads (4) va également créer en premier lieu un mouvement de spéculation important. Les districts de la Médina qui semblent être laissés tomber en ruine sont structurellement «réévalués» par une population aisée d'étrangers qui appréciait de plus en plus l'exotisme que leur offre l'espace dans son ensemble. En outre, un autre mode de vie est mis en place dans le quartier traditionnel induisant ainsi un mouvement de gentrification et éviction de la population locale et le changement des fonctions sur une échelle relativement importante. Ouidad Tebbaa et Rachida Saigh Bousta (2005) (5) décrivent cette situation dans un article intitulé «Stratégies et imaginaires du tourisme: cas des ryads maisons d'hôte et mutations de la médina de Marrakech: *«En observant certaines formes d'implantation du tourisme au cœur de la médina de Marrakech, on ne peut demeurer insensible aux changements notoires – parfois surprenants – qui s'y opèrent à un rythme plus ou moins rapide. En effet, la transformation d'anciens ryads en ryads-maisons d'hôte (RMH) et leur mise en tourisme sont aussi spectaculaires que pernicieuses.»*

La ville a alors connu une expansion urbaine globale qui s'est produite à un rythme très rapide en raison du boom économique qu'a connu Marrakech. Un processus de reconquête par les acteurs urbains et aussi par les catégories sociales aisées a permis la revalorisation de certains espaces et la marginalisation d'autres. La médina est de nouveau un théâtre de transformations et un lieu d'enjeux et de logiques des différents acteurs. Skounti (6) explique les incidences de ces dynamiques en mettant en avant le rôle du tourisme dans la situation actuelle en disant que «(...) c'est par le tourisme que sont arrivés les nouveaux résidents qui ne restaurent pas tous dans les règles de l'art les demeures et les ryads qu'ils acquièrent et transforment en établissements d'hébergement fort lucratif. Une spéculation immobilière, encouragée par des agences dirigées autant par des étrangers que par des nationaux, est ainsi née et les ryads, jadis abandonnés ou morcelés, s'arrachent, depuis quelques années, à des prix ahurissants!».

Si le phénomène contribue à arracher à l'abandon des chefs-d'œuvre de l'architecture marocaine, il entraîne souvent des changements notables et irréversibles dans les matériaux, les fonctions, les usages et les voisinages. En dehors des monuments de l'État, placés sous la responsabilité du ministère de la Culture, la valorisation de la médina s'est faite à travers le regard de «l'autre», «l'étranger» qui, fuyant son confort européen, vient chercher dépaysement et exotisme. «La 'sauvegarde' des uns et la rénovation des autres, ajoutés à l'action désordonnée des pouvoirs municipaux, illustrent un manque de vision d'ensemble de ce que sera demain la médina de Marrakech».

En ce qui concerne l'artisanat, on peut dire qu'il a eu le même sort du patrimoine bâti; une valorisation certains de espaces d'artisans et un grand dynamisme de certains métiers et la décadence et la marginalisation d'autres.

Actuellement, on distingue aisément les territoires d'artisans dans la médina de Marrakech, mais sans la rigueur et la disposition qu'exigent les urbanistes modernes. On trouve un regroupement topographique par métiers. Amezian (7) avance que cette proximité rend possibles, voire inévitables, en permanence, les contacts interpersonnels directs entre les différents acteurs économiques locaux: contacts des producteurs avec leurs confrères exerçant



la même profession, de ces derniers avec leurs fournisseurs, avec leurs clients, etc. Par ce biais, la proximité spatiale favorise des échanges intenses d'idées et d'informations autour des façons de produire, de vendre, de s'adapter, d'innover, etc., ce qui est évidemment positif pour l'économie locale au sein de la médina.

Le tourisme a joué un rôle déterminant dans l'organisation de ces espaces en créant des espaces actifs innovants tels que le grand souk avec toutes ces corporations ou l'ensemble artisanal à proximité de la nouvelle ville et des espaces exclus ou complètement marginalisés comme le quartier douar Graoua/Sidi Boudchich situé à seulement 500 mètres de la place djemâa el fna, centre d'attractivité touristique de la médina.

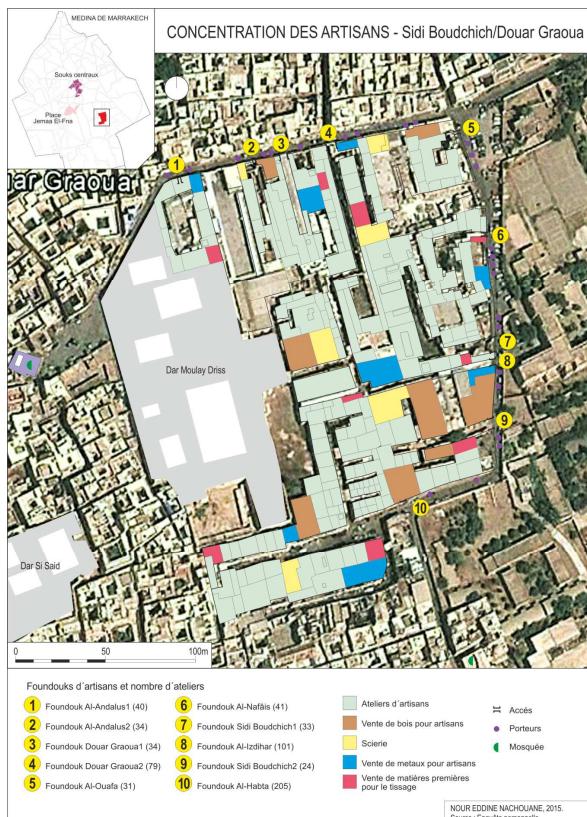


Figure 3. Concentration des artisans Douar Graoua /Sidi Boudchich. Source: Réalisation: Nour Eddine Nachouane, 2018

Comme le montre la carte, le quartier Douar Graoua/Sidi boudchich est une gigantesque manufacture, avec ses 10 fondouks (8) abritant 630 ateliers. Dans chaque atelier de production, nous trouvons au moins 5 personnes le patron, deux employés et deux apprentis. Chaque fondouk dispose des gros dépôts pour la vente de matières brutes, bois métal, etc., des sous-traitants, des restaurants pour ouvriers, des transporteurs.

Malgré la richesse matérielle et immatérielle de cet endroit, il est toujours mal considéré. Les guides touristiques l'exposent comme un espace vide ou un espace vert dans certains cas, ce qui veut dire qu'il y a un manque flagrant de communication touristique et une absence totale de synergie entre les différentes instances responsables.



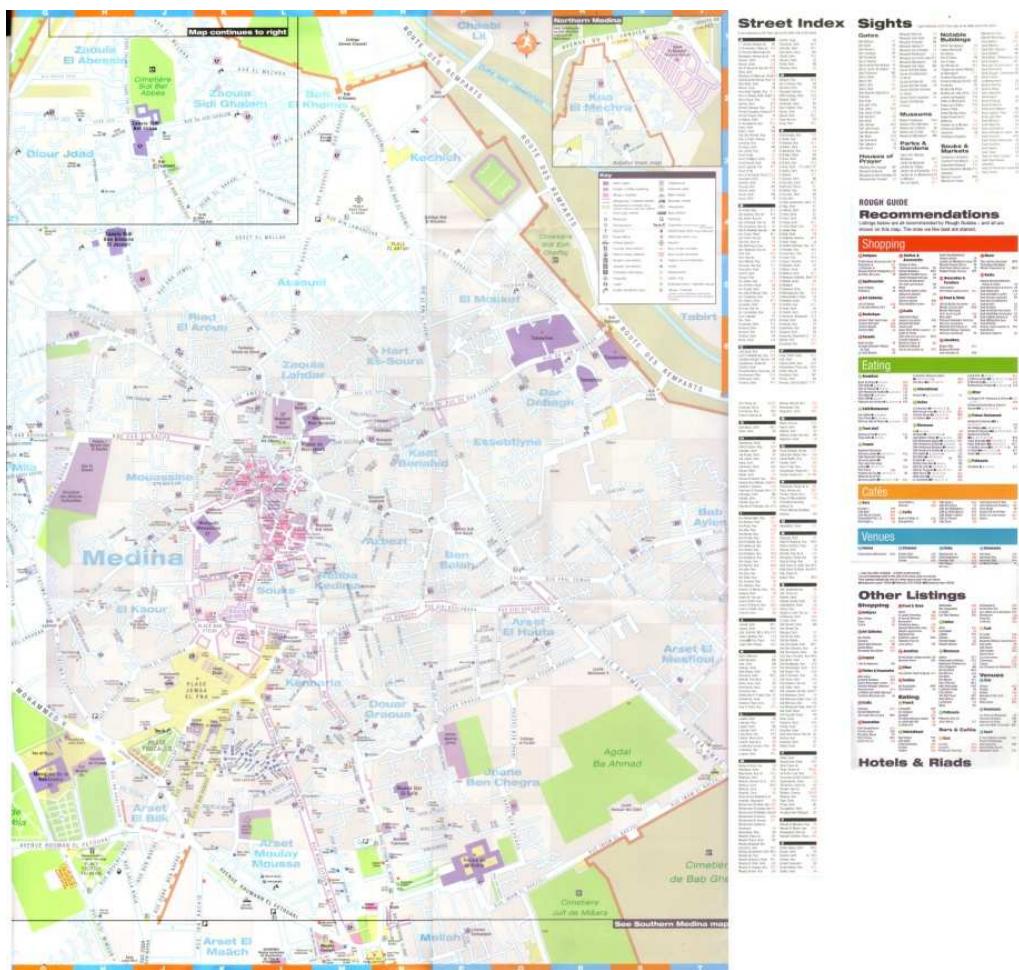


Figure 4.

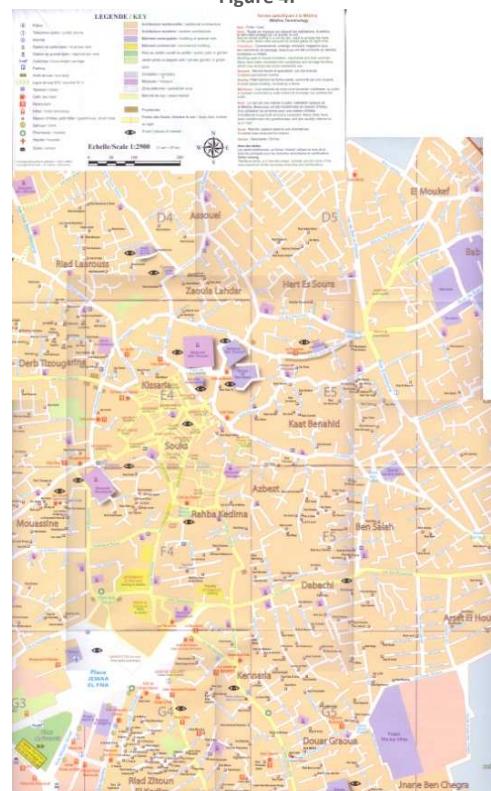
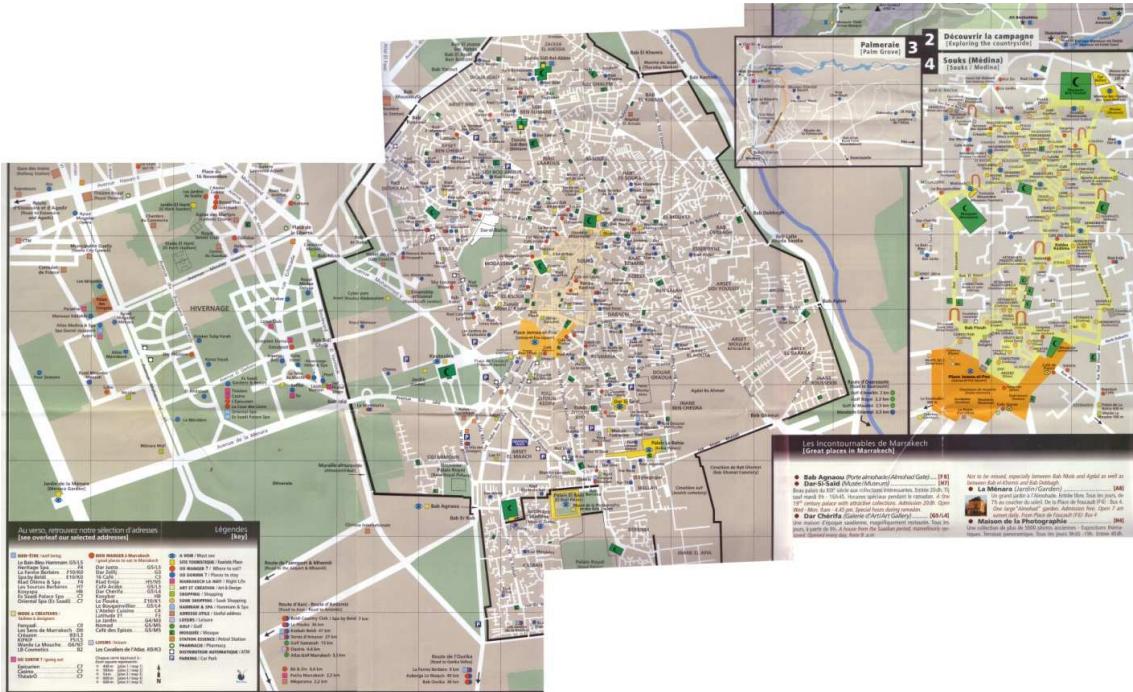


Figure 5.





Figures 4., 5. et 6. Quartier d'artisans Douar Graoua /sidi Boudchich dans les guides touristiques de la ville de Marrakech. **Source:** Guides touristiques du ministère du tourisme

3. Politiques publiques pour la promotion des espaces d'artisans de la médina: routes touristiques dédiées aux métiers d'artisanat

Devant ce déséquilibre, les instances publiques essayent à plusieurs reprises de mettre en place des projets visant la valorisation des territoires exclus des artisans à titre d'exemple le grand projet de routes touristiques dédiées à l'artisanat de la médina de Marrakech.

Lancé en mai 2012, le projet de «promotion des circuits touristiques intégrant l'artisanat» dans la Médina de Marrakech fait partie d'un vaste programme financé par la Millennium Challenge Corporation (MCC), géré par l'Agence du Partenariat pour le Progrès (APP) et mis en œuvre par le Ministère de l'Artisanat (9).

L'objectif pour les porteurs de ce projet étant de doter les multiples attractions à fortes connotations culturelles et historiques situées dans la médina, d'une signalisation touristique appropriée permettant aux visiteurs une meilleure indication des circuits touristiques en plus des explications et descriptions dédiées aux nombreux sites et hauts lieux d'histoire, d'art et d'architecture. En ce sens, 5 circuits touristiques incluant l'artisanat ont été créés à Marrakech sur un parcours de 23 km, dont 4 circuits en Médina intra-muros de 11 km. Ces derniers sont dédiés aux corps de métiers de l'artisanat à valoriser et portent sur plusieurs thématiques, à savoir;

«*De fer et d'argile*» pour la mise en valeur des filières poterie et fer forgé, «*Sur la route des tanneurs*» pour la filière du cuir, «*L'art du bois*», «*De fil en aiguille*» pour les métiers du tissage et de la broderie, et «*Mille et une portes*» pour le circuit des murailles.

Chaque circuit a un thème spécifique reliant les différentes attractions historiques et culturelles avec un itinéraire indiqué par les panneaux d'orientations. Le projet comprend aussi des panneaux d'interprétation installés à l'entrée de chaque monument concerné par les circuits. Il

s'agit, en somme, de 214 panneaux qui ont été installés dans la ville de Marrakech et répartis comme suit:

3.1. Signalisation directionnelle: 186 panneaux d'orientation indiquant l'itinéraire des Circuits Touristiques de l'Artisanat;

3.2. Signalisation explicative et interprétative: 21 panneaux d'interprétation du patrimoine historique et culturel en trois langues: arabe, français et anglais; — Signalisation informative: 7 panneaux d'information installés à chaque entrée et sortie de Circuits Touristiques.

Trois types de panneaux orientent et informent le touriste. On trouve des panneaux «éducatifs» situés soit au début des circuits – pour les présenter – soit au niveau des éléments significatifs. D'autres, accrochés perpendiculairement aux façades, indiquent le cheminement et guident le touriste dans leur découverte.



Figure 7. Routes touristiques dédiées à l'artisanat à Marrakech. Source: Clichés de l'auteur, 2018

4. Quand les touristes créent la marginalisation dans le centre historique...

Le patrimoine destiné à la consommation touristique représente une partie très réduite par rapport au patrimoine local. Il est bien évident qu'il existe une sélection qui s'opère sous le processus de construction de l'identité dans sa double dimension locale et touristique. Selon Prats (2011) (10), l'identité et le patrimoine sont des constructions sociales. À partir de là, ils ne sont pas une donnée, un fait naturel ou un phénomène social universel. Les deux notions impliquent une construction intentionnelle pour des fins précises, résultat d'un processus collectif dans un contexte historique particulier.

La notion de patrimoine est étroitement liée à la notion de l'identité. Sa capacité de traduire symboliquement une identité en transformant conceptions et croyances en émotions, ce qui les rend plus intenses; la nature, l'histoire ou encore le génie créateur humain sont autant de ressources qui au-delà de l'ordre social et ses lois se configurent dans un triangle intégrant tous les éléments potentiellement patrimonialisables.

De ce «*pool patrimonial*» est activé seulement un nombre réduit d'éléments — matériels et immatériels — qui compose le patrimoine culturel proprement dit. Cette activation implique nécessairement une sélection d'éléments et le choix de la forme de présentation, des actions impliquant sans doute l'articulation d'un discours qui prend en charge le caractère sacré de la nature, l'histoire et le génie humain. Puisque l'objectif ultime réside dans la construction d'une version de l'identité. Les acteurs impliqués dans ce processus d'activation correspondent en premier lieu aux pouvoirs politiques des différents niveaux: local, régional ou national, en accord avec des intérêts spécifiques.

L'observation et l'analyse des pratiques effectives et des motivations des touristes au sein de ces espaces urbains à l'aide des méthodes de l'observation (participante), de la «*description fine*» des pratiques, et de la réalisation des entretiens nous a permis d'observer des décalages ou au contraire des convergences entre les intentions des dispositifs de mise en tourisme (dont certains aménagements urbains) et d'encadrement des touristes et les pratiques effectives de ces derniers.

Cette démarche nous a permis également l'analyse des rapports entre touristes et artisans dans le cadre des pratiques urbaines quotidiennes. Et enfin l'analyse de la contribution des pratiques urbaines autochtones à la production de l'espace touristique au «*décor touristique urbain*».

5. Enquête de terrain et résultats

La littérature consacrée à l'étude des profils des touristes visitant les villes historiques est abondante. Les motivations qui incitent les touristes à visiter les sites patrimoniaux et à prendre part à des expériences culturelles restent tout de même tributaires des images véhiculées. La médina répond, dans une certaine mesure, à ce désir de reculer dans le temps, d'apprendre à propos des gens et de leurs cultures ancestrales. Comment les touristes vivent-ils la découverte de la médina et ses artisans? Dans quelles conditions se font les rencontres entre les touristes et les artisans?

Les premiers résultats statistiques permettent de caractériser sommairement les touristes interrogés. Ainsi, un équilibre s'observe entre les différents types de lieux où nous avons enquêté, ainsi que sur l'identité des personnes interrogées. Par ailleurs, une stricte parité homme-femme a été respectée 60 individus dans les deux cas, soit 50 %.



5.1. Pour l'essentiel, ces individus:

- 5.1.1. Sont originaires de France (38 %);
- 5.1.2. Sont venus en vacances en famille (52, 5 %);
- 5.1.3. Sont déjà venus à Marrakech (entre 2 et 4 séjours) (44 %).

Les touristes interrogés effectuent un séjour touristique d'une semaine 65 %, 12 % plus qu'une semaine, et 23 %: 4 jours. Marrakech commence à s'offrir ainsi comme une destination accessible non seulement pour les vacances, mais aussi pour les weekends. La mise sur le marché de guides de voyages destinés à cette formule – «*Un long week-end à Marrakech*», «*Escapade à Marrakech*» – accentue l'image de cette proximité.

Les touristes sont hébergés, essentiellement dans des hôtels. 51 % choisissent les hôtels classés en général dans la partie Hivernage. L'attractive de la médina se manifeste aussi dans le choix du mode d'hébergement, ainsi, 39 % des touristes enquêtés sont hébergés dans des RMH (Ryad maison d'hôtes), 10 % des touristes sont hébergés chez des amis et proches.

Le premier motif de déplacement est l'agrément, ce motif représente 65 % du total de voyages faits à destination de Marrakech et 26 % des voyages pour des raisons de visite familiale. 9 % est la part relative des déplacements réalisés pour autres motifs (études, affaire et commerce, etc.)

Dans la médina, les visites des sites touristiques constituent la principale activité. Une importante proportion de visiteurs font du shopping 43 %. Ils pratiquent essentiellement les activités suivantes: 1/visite de monuments (69 %), 2/ balade dans les souks (57 %), 3/ sortie nocturne (12 %), cette répartition des visiteurs en termes d'activités touristiques va dans le sens de notre hypothèse de départ selon laquelle nous soupçonnons que la médina touristique a une fonction commerciale dominante.

Les touristes enquêtés perçoivent essentiellement la médina comme: 1/une région trop touristique (77 %), 2/une région dont les traits originels ont été préservés (10 %) 3/un lieu très affecté par le tourisme (13 %). Les rencontres avec la population et la découverte de la culture locale et le mode de vie quotidien deviennent difficile dans un contexte commercial marqué par la concurrence entre les prestataires de service (commerçants, agences touristique, guides etc).

Quant à leurs motivations pour visiter la médina, le premier motif qu'ils avancent est, pour plus des trois quarts (77 %) d'entre eux, la découverte de la destination pour sa culture. Ce thème est repris même pour justifier le choix de la ville entière en tant que ville impériale. La thématique de l'abondance et du grandiose est essentiellement employée pour qualifier cette richesse: «ville impériale»; «riche culturellement»; «inépuisable»; «ville riche avec beaucoup de choses à voir»; «pense que c'est là qu'il y a le plus de choses à voir»; «semblerait que beaucoup de choses à voir comparé aux autres villes du pays».

Dans le cadre de notre étude, nous avons interrogé les touristes pour nous préciser ce qu'ils recherchent lors de leurs visites dans la vieille ville. Voici quelles sont leurs priorités:

voir les monuments (80 %), faire des achats dans les souks (64 %), et faire des choses différentes (25%), faire des rencontres avec la population locale (15 %).

Les espaces d'artisans comme le quartier des tanneurs ou les teinturiers sont des lieux qui enchantent les touristes et suscitent l'intérêt mais leur visite ne dépasse pas quelques minutes sans avoir un contact direct avec les artisans. Ces espaces sont dans la plupart des lieux inconnus,



une matérialité révélant des conditions de travail difficiles, inhabituelles et dérangeantes pour les touristes. Ils se distinguent aussi souvent des lieux mis en tourisme par des infrastructures révélant des carences. En outre la pauvreté des lieux et la dégradation du bâti, ils se caractérisent par l'absence du message touristique. Une morphologie spatiale souvent utilitaire qui ne suscite pas la curiosité et l'admiration propres aux espaces touristiques.

D'après nos observations et les entretiens menés auprès des touristes, les visites de ces ateliers ou ces espaces se font souvent dans la présence d'un guide, un compagnon ou un vendeur. Ceux qui les visitent seuls ne pénètrent pas tous seuls dans les fondouks où les espaces d'artisans, quelquefois ils se contentent de les contempler de l'extérieur. Voir les artisans de loin dans leurs échoppes, leur procure le dépassement recherché.

Plus globalement, les réactions des touristes marquent une distanciation par l'adoption d'attitudes marquées par la peur, une froide indifférence ou encore le dégoût et le mépris. D'autres révèlent un regard davantage marqué par la compassion ou bien affichent une certaine indignation dans l'observation de ces situations injuste.



Figure 8. Touristes dans la découverte du souk des forgerons Marrakech. **Source:** Clichés de l'auteur, 2018

La configuration spatiale de la ville touristique et historique montre une sélectivité dans le choix des touristes. L'utilisation que font de la ville historique repose largement sur des clichés et des images préconçus. Les touristes ont tendance à répéter les modèles de comportements (faire les monuments les souks, faire les souks, boire un thé sur une terrasse, etc.). L'utilisation de la ville historique est assez déterminée avant même leur l'arrivée. Les touristes suivent un schéma presque préétabli qui consiste à parcourir les monuments existants en tant que chose à voir absolument.

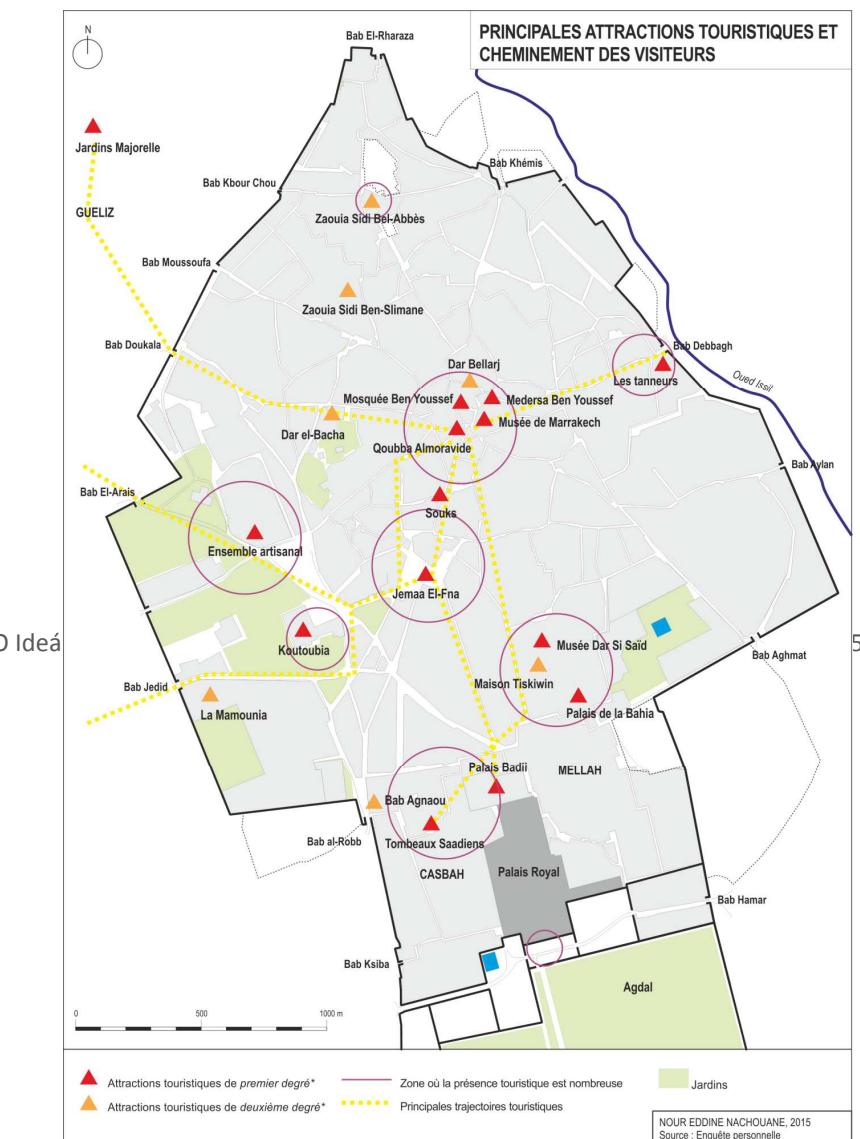


Figure 9. Principales attractions touristiques et cheminement des visiteurs. Source: Réalisation: Nour Eddine Nachouane, 2018

Le nombre de visites est un élément déterminant dans le choix des activités à faire. Contrairement aux touristes qui viennent pour la première fois et qui ont une consommation touristique exacerbée. Ceux qui visitent la ville pour la seconde fois au moins ont un comportement assez atypique. Ils sont moins pressés, ils sortent très souvent des circuits touristiques classiques, ils viennent voir ce qu'ils n'ont pas pu voir la fois précédente, comme pour combler un manque qui est tout sauf imaginaire. En somme, ils savent précisément ce qu'on doit faire et peut-être revoir et revisiter.

En termes généraux, les touristes qui viennent pour la première fois montrent peu d'intérêt à connaître la ville visité, ils sont dans une approche superficielle aux grandes manifestations du patrimoine urbain local et dans un objectif de réaliser une expérience de voyage satisfaisante dans un contexte de loisirs.

Les enquêtes menées dans la médina de Marrakech indiquent que les activités fort populaires que sont la déambulation dans les souks et les repas au restaurant sont immédiatement suivies par les activités culturelles/patrimoniales, qui présentent les taux de participation les plus élevés pour toutes les activités touristiques. Pour la majorité des visiteurs étrangers, les balades en

ville, les visites de musées et de sites patrimoniaux sont presque toujours aux premiers rangs des activités auxquelles s'adonnent la plupart des touristes.

«*Ils vivent ce qu'ils ont lu. Le décor, jusqu'au présent imaginaire, devient réalité. Ils ne viennent pas pour un édifice particulier, mais courent admirer les monuments les uns après les autres, les quartiers historiques, les musées et consomment tout ce qui est recommandé dans les guides touristiques*» (Le Roux, 2008) (11). L'artisanat en tant que patrimoine immatériel représenté dans ses produits et ses réalisations matérielles, les savoir-faire ainsi que les espaces dédiés aux activités de production ne bénéficient pas de la promotion suffisante pour devenir un attrait touristique.

Le Roux, citant Knafo, dit que les populations touristiques font figure d'éléments majeurs dans le fonctionnement d'un lieu ou d'un espace touristique: «*(...) l'existence en tant que lieu ou espace touristique passe nécessairement par l'appropriation des tourists (...)*» (Le Roux, 2008), (12). Dès lors, les populations touristiques jouent un rôle essentiel tant dans la définition que dans le fonctionnement de cet espace. Par leurs pratiques touristiques, les représentations qu'elles en ont, elles contribuent à façonner le devenir d'un lieu ou d'un espace touristique. Informant cet ensemble géographique, elles participent à son unité de fonctionnement, alimentant en cela le processus «*d'écogenèse territoriale*».

Ce mouvement de va-et-vient entre pratiques et représentations participe à la construction de ce territoire, lequel est «*(...) tout autant le cadre spatial dans lequel s'inscrivent les pratiques et les représentations spatiales d'une société que le produit de ces représentations, l'enveloppe symbolique dans laquelle se dessinent les destins individuels et collectifs (...)*» (Micoud, 1991: 105) (13). Espace physique et représentations s'interpénètrent, les représentations se créant dans une interdépendance avec l'espace physique qu'elles modèlent à leur tour: «*(...) et tourisme, dans le déplacement comme dans le séjour, est l'expression d'un certain rapport au territoire et ne peut être compris qu'à travers l'analyse de celui-ci (...)*» (Bonin, 2004) (14).

La concentration spatiale des touristes et des activités touristiques dans quelques zones du centre ville reflète d'une part la simplification faite par le touriste dans sa manière de découvrir la ville en se contentant de satisfaire ses clichés et retrouver des représentations préétablies. D'une autre part, la mobilisation des acteurs publics et privés pour satisfaire un imaginaire touristique en faisant le choix entre les éléments patrimoniaux existants.

Ainsi, l'identité faite répondant à la demande touristique est en réalité une version minimaliste de l'identité locale. Le résultat de ce processus d'intérêts avec l'utilisation des visiteurs réduit vraiment une partie de la ville historique, en termes généraux afin qu'il incarne l'identité locale d'une manière plus spectaculaire.

Du point de vue de l'offre touristique, l'espace historique se livre à l'implantation des activités liées à la consommation des visiteurs. Les boutiques de souvenirs et la restauration touristique ont tendance à monopoliser les espaces vivants de la ville. Ce sont des lieux d'implantation des petites entreprises liées à l'hébergement, des agences de voyages et en général des bureaux d'information touristique (publique ou privé).

En ce qui concerne, l'impact du tourisme sur l'artisan de la médina, il convient de remarquer que les gains issus de l'activité touristique bénéficient essentiellement à des groupes particuliers, en premier lieu les divers prestataires de services touristiques. Il y a donc distorsion dans l'apport du patrimoine, pour les différentes catégories de la population, entre celles qui sont au contact des touristes et les autres. Ce phénomène est particulièrement sensible dans les territoires les plus pauvres où les écarts de revenus sont particulièrement visibles et ressentis.



6. Conclusion

En guise de conclusion, on peut dire que la dimension immatérielle d'un site ne doit jamais être omise lors du développement du tourisme, car le vrai patrimoine d'une ville, ce sont ses habitants. Le patrimoine ne se découvre que s'il est vivant et non pas réanimé de manière artificielle pour une reconstitution de sa vie d'hier. La capacité des administrateurs à gérer la population dans un but de «réconciliation» des touristes et des habitants est garante de la réussite d'un développement soutenable. Pour cela la prise en compte de la population locale notamment les artisans dans les décisions concernant le tourisme est essentielle. Il est nécessaire que les acteurs touristiques investissent dans des méthodes pour impliquer cette population dans les politiques pour rendre la ville attractive pour ses habitants et dans des outils de gestion des flux de visiteurs. Nous l'avons dit, dans ces petites villes les mesures «strictes» ne semblent pas adéquates, mais des mesures «douces» sont essentielles.

NOTES

(1) Knafou Rémy et Stock Mathis (2003). Tourisme. Lévy Jacques et Lussault Michel (dir.), *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin.

(2) *Ibidem*.

(3) Lagdim Soussi et Moulay Brahim (2000). Les industries artisanales à Marrakech. *Revue de la faculté de lettres et sciences humaines Marrakech*. n° 15.

(4) Un riad (jardin en arabe: rawḍa plurIEL riyāḍ) est une forme d'architecture vernaculaire traditionnelle du Maroc. C'est une maison traditionnelle construite en carré autour d'un jardin arboré dans le patio principal. Les pièces de vie, salons et chambres sont réparties tout autour du patio jardin.

(5) Rachida Saïgh Bousta et Ouidad Tebbaa (2005), Stratégies et imaginaires du ... d'hôte et mutations de la médina de Marrakech. *Téoros*. 24-1, p. 48-52.

(6) Skounti, Ahmed (2004), Marrakech. Pauvreté versus "élitisation: processus de patrimonialisation, pauvreté et gestion de la médina. In *Patrimoine et développement durable des villes historiques du Maghreb. Enjeux, diagnostics et recommandations, Actes de la Rencontre Internationale de Fès, décembre 2003*. Rabat: Publications du Bureau Régional de l'UNESCO (Skounti, 2002, p. 153).

(7) Ferguene Améziane, 2004, Pme, territoire et développement local: le cas des pays du Sud. *Critique économique*, n° 14 automne, Rabat, p. 7-27.

(8) Le mot arabe *funduq*, correspond à *khan*, *wakala* ou encore caravansérail, est au Proche et Moyen-Orient ainsi qu'au Maghreb, un lieu où les caravanes de marchands font halt. Aujourd'hui ces édifices ont connu beaucoup de changement quant à leur fonction initiale. Ils sont devenus des restaurants, des lieux d'exposition artistique ou des ateliers d'artisans dans certains cas.

(9) www:<URL:<http://www.artisanat.gov.ma/>>.



(10) Prats Michèle (2011). *Les retombées économiques du patrimoine culturel en France*. ICOMOS Paris.

(11) Leroux, Stéphanie (2008). *Le rapport à l'autre à travers le rapport à l'espace: l'exemple du tourisme français à Marrakech*. Thèse de doctorat sous la direction de Didier Paris, Said Boujrouf, Jean Scol et de Ahmed Bellaoui et soutenue le 01-12-2008 à Lille 1 en cotutelle avec l'Université Cadi Ayyad Marrakech.

(12) *Ibidem*.

(13) André Micoud (1991). *Des hauts lieux la construction sociale de l'exemplarité*. Paris, CNRS.

(14) Sophie Bonin (2005). Au-delà de la représentation, le paysage. *Strates* [En ligne]. 11, 2004, mis en ligne le 14 janvier 2005, [Consulté le 22 avril 2019]. www:<URL: <http://journals.openedition.org/strates/390>>.

BIBLIOGRAPHIE

Ferguene, Améziane (2004). PME, territoire et développement local: le cas des pays du Sud. *Critique économique*. n° 14, automne, Rabat, p. 7-27.

Barthelemy, D.; Nieddu, M. et Franck, D. Vivien (2005). Économie patrimoniale, identité et marche. In Christian Barrère, Denis Barthélémy, Nieddu, Martino Franck, Dominique Vivien (dir.) *Réinventer le patrimoine: de la culture à l'économie, une nouvelle pensée du patrimoine?* Paris, L'Harmattan.

Chikhaoui, Said (2002). *Politiques publiques et société: essai d'analyse de l'impact des politiques publiques sur l'artisanat au Maroc*. Rabat, Université Mohammed V, Publications de la Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, série Thèses et mémoires n° 54.

Chikhaoui, Said (2006). *Politiques publiques de l'artisanat, Esquisse d'un bilan, Contribution au rapport du cinquantenaire*. Rabat, p. 7-30.

Choay, Françoise (1992). *L'Allégorie du patrimoine*. Paris: Éditions du Seuil.

Choay, Françoise (1995). Sept propositions sur le concept d'authenticité et son usage dans les pratiques du patrimoine historique. In *Conférence de Nara sur l'authenticité*. UNESCO.

Deverdun, Gaston (1959). *Marrakech des origines à 1912*. vol 2, Rabat.

El Adnani, Jalal (2000). *Essai de lecture du secteur de l'artisanat à partir de la théorie économique. Cas de l'artisanat à Marrakech*. Mémoire de DESA, Université Cadi Ayyad, Marrakech.

El Faiz, Mohamed (2002). Marrakech patrimoine en peril. In *Actes Sud/Eddif*.

Escher, Anton (2000). Le bradage de la médina de Marrakech?. Le Maroc à la veille du troisième millénaire. Défis, chances et risques d'un développement durable. Faculté des Lettres et des Sciences Humaines de Rabat. *Colloques et séminaires*. 93, Rabat, p. 217-232.

Heinich, Nathalie (2009). La fabrique du patrimoine: de la cathédrale à la petite cuillère, Maison des Sciences de l'Homme, Paris, Knafo, Rémy et Stock, Mathis — article «tourisme». In Lévy, J.



et Lussault, M. (dirs.) (2003). *Dictionnaire de géographie et des sciences de l'espace et du social*. Paris: Belin.

Kurzac Souali, Anne-Claire (2007/4). Rumeurs et cohabitation en Médina de Marrakech: l'étranger où on ne l'attendait pas. *La Découverte. Hérodote* — n° 127. p. 64 à p. 88-200.

Lagdim, Soussi et Moulay, Brahim (2000). Les industries artisanales à Marrakech. *Revue de la Faculté de lettres et sciences humaines Marrakech*. n° 15.

Leroux, Stéphanie (2008). *Le rapport à l'autre à travers le rapport à l'espace: l'exemple du tourisme français à Marrakech*. Thèse de doctorat sous la direction de Didier Paris, Said Boujrouf, Jean Scol et de Ahmed Bellaoui et soutenue le 01-12-2008 à Lille 1 en cotutelle avec l'Université Cadi Ayyad Marrakech.

Prats, Michèle (2011). *Les retombées économiques du patrimoine culturel en France*. ICOMOS Paris.

Bousta, Saigh; Rachida et Tebbaa, Ouidad (2005). Stratégies et imaginaires du tourisme cas des ryads maisons d'hôte et mutations de la médina de Marrakech. *Téoros*. 24-1, p. 48-52.

Skountl, Ahmed (2004). Marrakech. Pauvreté versus "élitisation": processus de patrimonialisation, pauvreté et gestion de la médina». In *Patrimoine et développement durable des villes historiques du Maghreb. Enjeux, diagnostics et recommandations*. In *Actes de la Rencontre Internationale de Fès, décembre 2003*. Rabat: Publications du Bureau Régional de l'UNESCO.

Tebbaa, Ouidad (2010). *Patrimoine, patrimonialisation et développement touristique: le cas de Marrakech*. Hesperis-Tamuda, Vol XLV, p. 55-66.

Triki, Hamid (1995). Marrakech: retrato histórico de una metrópoli medieval. Siglos XI-XII. In *La arquitectura del Islam occidental*. Barcelona-Madrid, p. 93-106.

Wilbaux, Quentin (2002). *La médina de Marrakech*. Paris: L'Harmattan.



**UM ENSAIO SOBRE AS IDENTIDADES SOCIAIS
DESPEDAÇADAS PELA MODERNIZAÇÃO NO BRASIL DOS
SÉCULOS XIX E XX**

**A TEST ON SOCIAL IDENTITIES UNDERSTANDED BY
MODERNIZATION IN THE XIX AND XX CENTURIES**

Luiz Antonio Pacheco Queiroz

Estudante de doutoramento em Arqueologia no Departamento de Arqueologia da
Universidade Federal de Sergipe - UFS (Brasil)
Código Postal 40230-080, Salvador - Bahia (Brasil)
luizpachecoq@gmail.com

Willian Carboni Viana

Estudante de doutoramento em Geografia no Departamento de Geografia da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto - UP (Portugal)
Código Postal 88845-000, Cocal do Sul - Santa Catarina (Brasil)
willian.arkueologia@gmail.com



Um Ensaio sobre as Identidades Sociais Despedaçadas pela Modernização no Brasil dos séculos XIX e XX

Luiz Antonio Pacheco Queiroz

Willian Carboni Viana

Historial do artigo:

Recebido a 21 de janeiro de 2019

Revisto a 30 de junho de 2019

Aceite a 07 de julho de 2019

RESUMO

No Brasil dos séculos XIX e XX a apropriação do patrimônio cultural e sua categorização dentro dos parâmetros de formação de uma nacionalidade, imposta pelas elites nacionais, estiveram atreladas aos desígnios da modernidade que fragmentaram identidades sociais. As circunstâncias que consolidaram a sustentação do quadro social criado, desde então, tiveram a teoria da modernização enquanto mediadora das novidades. Nas cidades mais populosas as reformas urbanas levaram ao deslocamento de pessoas, geralmente de classes sociais mais baixas, para outros locais, em especial por influência das aspirações do novo e melhor habitável com a destruição do antigo. Nesse período, as elites brasileiras exerceram o controle social com a regulamentação do uso do espaço social, sem considerar a escolha dos habitantes e frequentadores dos lugares que seriam transformados, posicionando os indivíduos nos espaços geográficos através das posses, o que configurou a paisagem de muitos centros urbanos. Não houve consulta ao povo para decidir a orientação do que era público e do que tornar privado, mas sim uma tomada de posse das instituições e da categorização das heranças culturais dentro das escolhas das elites nacionais que seguiram o ritmo dos movimentos das oligarquias internacionais. Dessa forma, no período de intensificação da modernidade no Brasil há imbricação do uso do patrimônio cultural com a estética forânea que invade e caracteriza a formação da paisagem urbana com feições europeizantes.

Palavras-chave: Paisagem, Modernização, Patrimônio Cultural do Brasil, identidade, lugar.

ABSTRACT

The 19th and 20th centuries in Brazil the appropriation of cultural heritage and its categorization within the parameters of the formation of a nationality, imposed by the national elites, were tied to the designs of modernity that fragmented social identities. Circumstances that have solidified support of the social structure created since then had the theory of modernization as mediator of novelties. In the most populous cities the urban reforms led to the displacement of



people, in the more populous cities, urban reforms have led to the displacement of people, generally from lower social classes, to other places, especially by aspirations of the new and better habitable with the destruction of the old. In this period, Brazilian elites exercised social control with the regulation of the use of social space, without considering the choice of the inhabitants and habiters of places that would be transformed, positioning the individuals in the geographic spaces through the possessions, which configured the landscape of many urban centers. There was no consultation of the people to decide the orientation of what was public and what to make private, but rather a takeover of institutions and the categorization of cultural heritages within the choices of the national elites, that followed the rhythm of the movements of the international oligarchies. Thus, in the period of intensification of modernity in Brazil there is imbrication of the use of cultural heritage with the aesthetics that invades and characterizes the formation of the urban landscape with European features.

Key-words: Landscape, Modernization, Brazilian Cultural Heritage, identity, place.

1. Introdução

A formação cultural em determinado local consolida intimidades e estranhezas com diversos lugares. É algo que remete a situações de apego e distanciamento não apenas de bairros e cidades, mas também das recordações, conforme se pode analisar através do foco nas mudanças impostas pelo emprego da modernização no Brasil (dos séculos XIX e XX).

A paisagem, assimilada segundo seu caráter formador de identidades e direcionada por desígnios da emergência de poder (especialmente em centros urbanos) é aqui admitida como categoria de análise útil para a discussão da materialidade que a compõe. O patrimônio cultural, quando tomado como referência para a caracterização dos bens de um povo pode servir aos interesses de quem exerce o poder, mas é notória a possibilidade de ser utilizado para expressar a austeridade daqueles que manifestam sua resistência, quando seu modo de vida é respeitado enquanto aspecto presente da história de uma nação.

Nesses termos, o que se pretende neste ensaio é refletir sobre a fragmentação de identidades sociais relativas à apropriação do espaço social e das heranças culturais pelas elites brasileiras que, com estratégias de dominação, conseguiu implantar maneiras de viver aptas a garantir a execução e a manutenção de seus privilégios políticos e econômicos.

As táticas de controle do espaço público, cabíveis a uma perpetuação com o advento da modernidade, tiveram êxito durante a virada do século XIX para o XX e levaram à expulsão dos sujeitos sociais menos favorecidos economicamente. São mudanças que tornaram o espaço citadino restrito à fruição de eventos religiosos e práticas artesanais de ganhos diários, o que afetou a vidas das camadas de baixa renda da população.

Essas alterações repercutiram no desaparecimento de suas paisagens, em uma desestruturação que violentamente condicionou a prática de novas formas de se comportar para manter ativa sua visão de mundo.

As transgressões da vida nas cidades não foram, para os donos dos meios de produção, uma brutalidade, no tocante à expropriação que impuseram com o emprego da modernização. Mas, para aqueles que permanentemente sentiram-se expulsos, desapegados dos lugares e do tempo



- que havia perdido o sentido com a modificação provocada pela urbanização, houve sim grave perda de austeridade.

A redução da diversidade da paisagem nos centros urbanos do Brasil imposta pela modernização

Os territórios das cidades que convinham aos grupos sociais dominantes exercerem soberania eram principalmente os centros urbanos, devido às eficazes possibilidades de lucratividade com os serviços públicos e a posse das decisões de aplicação dos recursos financeiros. O quadro estrutural que possibilitou a existência da reunião de tamanho poder é iniciado em meados do século XIX e se estabeleceu com a implantação das formas capitalistas de produção.

Com tal cenário instituído, foram conformadas vias de escoamento da produção agropecuária e o estabelecimento de meios de comunicação que contribuíram para conectar os sertões à linha costeira. Também diminuíram o tempo de deslocamento e a interação entre as pessoas.

Deu-se em tal estruturação capitalista do território um quadro econômico-social que manteve o favorecimento da concentração de riqueza entre as classes sociais dominantes e escravagistas. Assim, e de forma permanente, pelo menos até a década de 1930, convergiu o poder político e econômico na região sudeste, principalmente nas posses dos cafeicultores paulistas (Santos, 1993, p. 26).

A concentração populacional nas cidades, até meados do século XX, ainda não gerava a ausência de formas dignas de sobrevivência nas muitas gerações. Porém, outras mazelas sociais estavam consolidadas desde o século XIX e impunham restrições para o uso do espaço público. A extremamente incômoda inacessibilidade aos meios de produção para a maior parte dos habitantes da *urbe*, reforçada pelas concepções da modernização, levou à desestruturação dos modos de sentir, possuir ou pertencer a um grupo social ou a certo lugar.

As contradições da modernidade no centro urbano da Cidade do Salvador, no estado da Bahia, por exemplo, provocaram ao mesmo tempo a expulsão e a atração de tradições populares. As religiões afrodescendentes e as manifestações populares que ocorriam nas ruas, como a capoeira, apesar de consideradas ilegais durante muito tempo, sempre estiveram presentes nesse território citadino (Oliveira, 1995-96, p. 189; Santos, 2009, p. 2; Gordenstein, 2016, p. 105-123).

É plausível afirmar que alguns contrassensos do projeto da modernidade, quando apreciados na análise das transformações dos espaços de uso social, mostram que identidades se esfacelaram diante dos discursos favoráveis aos ideais modernizadores.

Nessa perspectiva é possível identificar aspectos desastrosos dos processos identitários da maior parte da população. Uma maneira eficaz de se discutir essa problemática no Brasil é através da instauração dos processos de regionalização, difundidos pela abrangência da produção e do consumo ao modo capitalista, que teve de forma intensa a destruição de modos tradicionais de viver, com a propaganda de certos recursos populares preteridos e a deterioração de outros.

Neste sentido, a regionalização produziu a obsolescência de produtos com a chegada de materiais de uma sofisticação uniformizadora, e causou a redução da reprodução de ofícios tradicionais. Deriva disso a fragmentação de identidades sociais, o apagamento de memórias e a desestruturação das paisagens.

Nas cidades da Região Nordeste, inventadas, recortadas e manipuladas pelos designios acima aludidos houve distanciamento do tempo, diminuto, de comunicação e transporte, tão comum na porção sudeste e sul do país, dada a ausência da estrutura atingida. O relacionamento com a modernização, apesar de não se tornar tão aviltante, chegou por outros meios, como, por



exemplo, com a literatura dos cordéis. É uma paisagem que situou as pessoas ainda até o final do século XX.

Um dos parâmetros é condizente com formas de dominação do modelo de modernização ao tornar inacessível a instrução do povo como um todo, por via da redução do acesso da população de baixa renda à educação. Com grande parte do povo iletrado e dependente das classes dirigentes, os instrumentos de dominação social se solidificaram (Canclini, 2011).

As elites brasileiras exerceram o controle social com a regulamentação do uso do espaço social, sem considerar a escolha dos habitantes e frequentadores dos lugares que seriam transformados. A alta sociedade praticou uma violência simbólica que posicionou os indivíduos no território através das posses e também obrigou o posicionamento de pessoas no espaço social de acordo com os padrões e critérios do discurso dominante.

A modificação do casario antigo, arruamentos, becos e vielas representou, para muitas pessoas, a desestruturação dos lugares utilizados nas atividades lúdicas, nas celebrações profanas e religiosas, na labuta pelos ganhos diários, dentre tantas manifestações cotidianas. Assim, o processo dito modernizador ocorrido no Brasil foi marcado pela peculiaridade do deslocamento de pessoas por influência das aspirações do novo e do melhor habitável, com a destruição do antigo.

Nos centros urbanos de várias cidades brasileiras, de meados do século XIX ao início do século XX, esse quadro é notório. O comércio de ambulantes, os rituais religiosos e a vida boêmia, por exemplo, foram impactados diretamente pelas rápidas mudanças. Os melhoramentos de vias trouxeram também tentativas de expulsão e/ou o adestramento das classes consideradas baixas.

As ações, para tanto, direcionadas pela sociedade letrada, ativa no debate da urbanização, higienização e teoria de branqueamento da população (eugenismo), propunham uma imagem de cidade caracterizada por um centro urbano exemplar, ou seja, frequentado pelas elites. A expropriação das pessoas que não eram bem-vindas, e sem direito a opinião, levou os lugares ocupados por diversos membros da sociedade a uma perda de identidade (e, posteriormente, a formação de outra).

A desestruturação criada pelos projetos progressistas de desenvolvimento urbano deu aos despossuídos o tom de desapego com o novo edificado, como um lugar vazio, com pouco sentido. Paisagens modernistas foram criadas, mas não absorvidas por todos. As transformações do espaço urbano, ao destruir vidas apagaram memórias e a possibilidade de experiências, além disso, formou novos ambientes com outras redes relacionais e com valores muito apropriados à sensibilidade de uma minoria contrária à ampla sociabilidade.

As regras ditadas pela economia mundial permaneceram decisivas para o que merece ou não ser preservado (Cardoso et al., 2017). Nesse contexto, persistiu no modo como as cidades foram transformadas, o evidente desrespeito à população local subalterna. Assim, as mudanças impulsionadas pela escolha da teoria da modernização fizeram com que a percepção da paisagem tivesse que lidar com as novidades, que em alguns casos apenas apresentavam trazer fluidez e arejamento.

O patrimônio cultural (des)valorizado no Brasil e a tentativa de saída para a democratização.

A tarefa de refletir sobre o patrimônio cultural passa pela análise de aspectos dos mais importantes da vida, a organização das ideias das coletividades, nominalmente elencadas como intrínsecas à sociedade moderna, porém ultrapassam os limites de caracterizações



ocidentalizadas. Não refletem, igualmente, apenas modos de vida, mas conectam sujeitos ao passado e presente (Gonçalves, 2009, p. 26).

A constituição histórica do patrimônio cultural retira-lhe qualquer possibilidade de imutabilidade, de modo contrário, permite as mudanças que acompanham o pensamento tanto em momentos de rigidez quanto de abertura política. Dessa forma é possível discutir questões do cerne da identidade social das gerações, independe de manifestações condizentes aos aspectos financeiros (ressaltados por valorização monetária ou ligados a padrões de consumo).

No tocante às pessoas que são inseridas nas políticas públicas, voltadas à salvaguarda do patrimônio cultural, no Brasil há uma grande ausência da participação das classes populares nas tomadas de decisões sobre o que são e de como cuidar dos bens culturais. É inadequado caracterizar como minoria os que tentam falar e não se deixam calar, especialmente quando se trata de heranças coletivas.

Cabe reconhecer que sujeitos históricos lutaram pela ampla abrangência e valorização de bens dentro da noção de patrimônio cultural. Desde o período de grande contribuição de Mário de Andrade (Teixeira, 2008; Chuva, 2012, p. 154) surgiram esforços para disseminar uma ideia de patrimônio cultural inerente à diversidade de costumes e manifestações culturais, para além dos bens edificados e sem que tais expressividades populares estejam abaixo de uma hierarquia, cujo topo é representado pelo patrimônio relativo aos critérios do magnífico construído.

Um questionamento pertinente se fixa: como a situação de perda e de desestruturação cultural se instalou no Brasil? A resposta, evidentemente, não está numa invenção aleatória de falta de capacidade ou no desleixo das camadas populares em disseminar seus conhecimentos. Não está também nas atribuições da cultura como dinâmica, agregadora de novidades, ou que bem acolhe a permuta de antigos saberes e associações com novos conhecimentos. Nem tampouco é possível encontrar as razões para tal problema na conduta isolada, desgarrada das preocupações sociais realizadas pelas instituições públicas, desde o Império e até mesmo em sua intensificação na República.

É importante considerar, a partir da concepção da modernização, a existência de fatores decisivos para a reprodução dos bens patrimoniais - ou para a interrupção da transmissão dos saberes - que disseminaram novas formas de pertencimento e identificação social, de se comunicar e a criação de mercados regionais que agregaram as manifestações culturais. Nas artimanhas das elites internacionais, esses meios de manipulação da cultura foram apropriados, e coube-lhes manifestá-los com a política cultural e ideológica que facilitou o controle da economia mundial.

Os argumentos, pleno de significados para a dominação social, podem ser ditos de outra forma: a cultura é apropriada como o meio de equilíbrio em que se disseminam as heranças materiais e o uso do capital. Bem como para outras porções geopolíticas, na escala regional da América Latina, a gênese desse processo teve como base a acomodação das classes subalternas e hegemonia do poder social das elites nacionais, apoiada por organismos internacionais.

Em sua análise materialista, Néstor Canclini (1983, p. 34-35) indica que a apropriação da cultura foi decisiva para o predomínio das elites no direcionamento da vida social. No bojo desse processo se correlacionam estratégias de permissão dos modos de se expressar julgados sofisticados, de dar limitadas condições a certas manifestações da cultura popular e restringir o acesso a bens materiais e espaços sociais.

Na trama enredada até aqui estiveram presentes, a frente das decisões, os grupos sociais que atrelaram à exploração social ao controle do que (des) valorizar que tornou a ideia de patrimônio



cultural comum aos seus ideais e distantes das camadas populares. Um processo, então, inscrito na longa duração, em curso no Brasil desde o século XIX com o apego à cultura europeia, também relacionada à afirmação da identidade nacional, uma grande questão que dominou as manifestações dos movimentos que buscavam autonomia política (Pinheiro, 2017, p. 14).

Na relação da conduta de exploração social, com a transmissão dos conhecimentos e legados culturais, temos na concepção do patrimônio cultural a categorização das formas de reprodução dos modos de viver, consumir, fazer, saber, trocar e organizar as ideias. Com isso se passa ao estabelecimento de uma questão fundamental tratada neste texto: a desagregação do patrimônio cultural foi situada pelos meios de desarticulação da sociedade e influenciada por imposições da economia mundial. São fatores que levaram à definição do que manter, produzir e preservar como herança cultural (mesmo que definido por poucos, mas direcionado para todos).

O componente econômico básico da era da expansão do domínio oligárquico, materializada na mundialização do capital, também foi responsável pelo surgimento dos mercados regionais que induziram à alta competição entre as regiões deliberadas simbolicamente por propagandas inventadas de jeitos de ser e modos de consumir.

A profundidade disso está na dependência que as localidades e manifestações culturais passaram a ter com a internacionalização econômica desde o modernismo, a princípio, no século XIX, tímida devido aos custos altos do transporte de mercadorias e mais recentemente, após meados do século XX, acelerada com as múltiplas formas de monopólio do espaço e da localização (Harvey, 2005, p. 221-227; Harvey, 2008, p. 237-256).

Assim, a cultura se tornou mercadoria essencial da afirmação de identidades ao passar por condições de valorização, primeiro, estabelecida pelo Estado-nação e depois apropriada por empresas multinacionais. Com isso houve, então, “*o nascimento de um novo local que se identifica frequentemente, mas não exclusivamente, com o regional, e cuja lógica é a de cada um por si e de soluções particulares*” (Lacerda, 2002, p. 92).

Compete dizer que o domínio social, assumido pelas elites oligárquicas, motivou a criação de espaços sociais para a implantação de normas, a orientar, de certo modo, mercados consumidores, admitidos como o local da cultura (Bhabha, 2001, p. 198-207). Essa última expressão de Homi K. Bhabha foi incorporada ao propósito desenvolvido neste escrito, com destaque ao que esse teórico literário deu à multiplicidade de entendimentos da localização da cultura por meio dos alcances da nação moderna.

No fazer novo e melhor, e na extinção do velho ultrapassado, houve emprego de noções culturais avessas à cultura popular. Assim, com o apego aos conhecimentos vindos do exterior, as elites nacionais brasileiras criaram os meios para aplicar a dominação sustentada pela teoria da modernização, em uma ordem social baseada no *evolucionismo* - que considerava as classes subalternas inferiores e indignas de ter conhecimento.

A feição de tal concepção negou heranças, desestimulou a transmissão dos saberes e fazeres, o que levou à perda de memórias com as rápidas transformações das paisagens das cidades, tornando importantes os novos modos de agir e pensar. E junto aos estratagemas das classes dominantes, seguiram planejamentos nacionalistas que cercaram as camadas populares com imposições do que tornar mito, do que adorar e do que alçar à memória.

A opção por ressaltar os regramentos em curso nos séculos XIX e XX e impostos pelos grupos sociais que agregavam o poder político e econômico é eficaz por uma razão elementar: se tornou muito difundido, e hegemônico no território nacional, a associação do controle social com as



estratégias entranhadas no direcionamento da cultura e obrigação da assimilação das manifestações dos bens patrimoniais do gosto das elites. Face às possibilidades de controle social, estiveram concentradas as decisões de realizar modificações no espaço citadino e rural.

Na prática de elevar à categoria de patrimônio cultural o que lhes convinha, os donos do poder escolheram como tornar moderno o espaço urbano, ao pôr abaixo construções entendidas como antiquadas e contrárias ao progresso. Ao mesmo tempo, ergueram vias e conjuntos arquitetônicos à semelhança de edificações consideradas modernas e com certa tendência a características europeias.

No longo período de hegemonia do direcionamento dos ideais modernistas é inegável a preferência pelos bens considerados sofisticados devido ao seu enquadramento em aspectos pertinentes à modernidade. Associa-se também a esse quadro o desapego por técnicas, equipamentos e usos de materiais considerados rudimentares. Há uma clara associação da desestruturação das múltiplas identidades com a teoria da modernização empregada no Brasil nos séculos XIX e XX.

Um dos destaques é a tentativa de constituição de uma mono-identidade nacional, especialmente a partir da década de 1930. E aí estão as intrínsecas maneiras de planejar a reprodução de ideias a partir da criação de mercados culturais em conexão com os principais centros urbanos do país.

No período, acima referido, se estabeleceram importantes bases para a preservação do patrimônio cultural com o fomento de políticas públicas e o surgimento das primeiras universidades brasileiras (Chuva, 2012, p. 149). Essas são bases também para a consolidação das noções acerca do que é o patrimônio nacional. Intensificou-se a apropriação e reprodução da cultura como matéria de diversas áreas do conhecimento, direcionadas pelas camadas sociais dominantes, afeitas à adoração de obras de valor estético e excepcional comuns à matriz francesa (para visões da origem dessa concepção patrimonial ver Choay, 2001, p. 95-97; Funari e Pelegrini, 2006, p. 45).

Posteriormente às quatro décadas em que se solidificou o mercado de bens simbólicos no Brasil, as vias para o processo de internacionalização do capital tornaram-se eficazes e levaram ao frenético consumo material ordenado pelos ideais modernizantes (Ortiz, 2001, p. 113-115). Isso é francamente observado na obsolescência de saberes e fazerem em todo o território nacional, com a entrada de produtos considerados modernos pela alta sofisticação de seus materiais que permitem maior durabilidade e flexibilidade do uso.

Dois exemplos são interessantes para ilustrar a desaparição de técnicas e dos usos comuns de produtos tradicionais. Um deles é o caso do cimento que se popularizou na década de 1960 e gerou incrementos para recursos aglutinantes na construção civil, antes inesperado com o uso da cal que tinha longa trajetória de produção em fornos artesanais e um saber tradicional importante enquanto alternativa econômica para comunidades extrativistas, situadas em regiões com ricas jazidas para a exploração do calcário. Outro é a referência para os materiais feitos de polímeros que tornaram obsoletos os objetos cerâmicos, antes comuns da fabricação de ceramistas, mestras artesãs que abasteciam tantas cozinhas com suas peças utilitárias.

A evidente perda de ofícios inscritos na transmissão de conhecimentos de muitas gerações não foi percebida enquanto desaparição de imprescindíveis modos de saber, fazer e usar. Esse é um legado negativo do processo de desvalorização do patrimônio cultural, infrutífero para a compreensão de meios da vida social no extenso território brasileiro. Claramente, critérios de monumentalidade foram atuantes para escolher o que ser preservado e/ ou disseminado como herança cultural no Brasil.



A inclinação à proteção dos bens edificados seguiu esse direcionamento, como forma de agregar, ao patrimônio cultural brasileiro, elementos materiais de grande magnitude. Uma referência para tentar equiparar as construções históricas às categorias de monumentos nacionais preservados e aptos ao reconhecimento por outras nações.

Apesar da declarada inexistência da sobrevivência da cultura popular, as determinações materiais em acelerada implantação no século XX, mas já em curso desde o século XIX, não impediram a permanência dos modos tradicionais de fazer e usar, mesmo diante das modificações que sofreram e com a vinculação a outras relações de confecção e consumo.

Dentro da situação de hegemonia das escolhas do que patrimonializar é necessário considerar, para pensar sobre a visibilidade do patrimônio cultural no Brasil, as contradições do projeto da modernidade. Quando vistas da análise das transformações dos espaços sociais, torna-se evidente que as identidades sociais perderam força face às narrativas modernizadoras à época, em que a desestruturação social se tornou aviltante com o aumento da desigualdade social, apesar dos discursos de alcance de melhorias sociais (Canclini, 2011, p. 69).

Do mesmo modo, não se deve indicar que distanciar-se das particularidades da modernidade seria a solução para a abertura da apropriação do patrimônio cultural. Canclini (1994, p. 95) mostra que a ambiguidade dos processos de mudança relativos à modernidade é positiva, porque apesar de desagregador é ao mesmo tempo potencialmente eficaz para a reprodução da cultura (como aproveitar então as formas midiáticas de propagação da cultura?).

Em relação ao rompimento com os ideais exógenos da caracterização da cultura brasileira, se toma como referência o caráter histórico da noção de patrimônio cultural. No período da gênese das concepções preservacionistas das heranças culturais nacionais, direcionadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, naquele momento da década de 1930), é perceptível na idealização dos projetos de lei certa associação com o modernismo.

A base das concepções de salvaguarda incidiu na patrimonialização de elementos da identidade nacional, como meio de dar visibilidade a uma herança que se pretendia coletiva. Apesar de estimulador e inegavelmente abrangente a uma imensidão da população nacional, o anteprojeto do grande pensador daquele período e idealizador do texto base das leis de preservação do patrimônio, Mário de Andrade, não resultou em plena aplicação de suas ideias. E nele já existiam as características de inserir jeitos, costumes e hábitos comuns aos brasileiros.

Dessa forma, desde sempre, esteve presente na orientação dos bens a serem patrimonializados a imposição da noção de patrimônio cultural relacionada com a criação da identidade social brasileira, uma perspectiva que se manteve ao longo do século XX, porém tem sido ressignificado nas últimas décadas.

Assim, somente na década de 1980, a noção de patrimônio se torna abrangente entre os especialistas, essencialmente para a incorporação de realizações das camadas populares (Funari e Pelegrini, 2006, p. 36). Uma primeira missão, assumida por muitos críticos, foi à tentativa de esfacelar a noção de patrimônio cultural somente intrínseca aos bens materiais que, apesar das considerações inapropriadas, nunca estiveram isolados da imaterialidade sempre a eles inerentes.

A atenção unicamente voltada ao que é material é trabalhosa. Também a herança do longo período da negligência e desconsideração do estudo da materialidade pelas ciências humanas - à escala mundial - sempre esteve atrelada às situações cotidianas da relação entre as pessoas,



mas desacreditada da relação dos sujeitos sociais com as coisas (Gonçalves, 2005, p. 21; Miller, 2013).

A busca por uma (re)definição do patrimônio cultural é a medida de ganho de espaço político, efetivado com tomadas de decisão a nível internacional e baseada na ampliação dos elementos que figuram como herança do povo. Vincularam-se aí distintas experiências da modernidade (Gonçalves, 2009, p. 26), que propuseram beneficiar elementos da cultura popular como objetos do patrimônio nacional, porém sem o apoio de legislação - para proteção e preservação – o que não fortalece as bases para a reprodução da cultura (Canclini, 1994, p. 95-96).

Todavia, a tarefa de desconstruir a concepção de patrimônio cultural, e sua concomitante resinificação, contribuiu para a emergência da autonomia dos povos, principalmente ao dar razão à importância da diversidade de modos de pensar. Parte daí a reação contra a consideração da hierarquia entre grupos humanos segundo sua sofisticação material, principalmente bélica, mas também de realizações culturais a partir de critérios estéticos e excepcionais.

Como resultado, passou a existir grande visibilidade para o reconhecimento de apropriações culturais de quaisquer pessoas, em qualquer tempo e lugar. Por isso a disseminação, preservação e proteção de bens intangíveis tornaram-se uma abertura para as ações de patrimonializar heranças culturais antes desvalorizadas. Nesse sentido:

A iniciativa é bastante louvável, porque representa uma inovação e flexibilização nos usos da categoria *patrimônio*, particularmente no Brasil. Ela oferece, também, a oportunidade de aprofundar nossa reflexão sobre os significados que pode assumir essa categoria (Gonçalves, 2009, p. 28).

A desnecessária concentração na dicotomia do material e do imaterial, como dois segmentos distintos, ainda consome especialistas dedicados ao assunto. Debate que não contribui para acabar com as vias que tentam manter o fosso da separação da população do reconhecimento de sua identidade múltipla.

Apesar de não consideradas unâimes na influência da cultura nacional, dada à permanência das considerações das elites, as realizações imateriais têm recebido atenção de algumas políticas públicas e de escritos acadêmico-científicos, com base em caracterizações que as associa ao material intrínseco de sua produção (necessário conforme ambiguidade da noção de patrimônio cultural ressaltada por Gonçalves, 2005, p. 21). Em todo o caso, isso dá notoriedade à forma de se expressar - e essa é uma perspectiva que extrapola pertinências do modo de pensar da modernidade.

2. Considerações Finais

Na reflexão, aqui realizada sobre a desestruturação de identidades sociais e trajetória da visibilidade da herança cultural no Brasil, perceberam-se estratégias para manter o poder a partir da apropriação do espaço social e da categoria patrimônio cultural pelos grupos sociais que exerceram a dominação social durante o estabelecimento do estado moderno brasileiro.

Dentre os critérios de classificação, se observaram a patrimonialização de certos bens e a tentativa de apagar parte da memória, como estratégias inscritas no longo período de aprisionamento do patrimônio cultural dentro dos ideais das elites. A proteção direcionada aos aspectos culturais dos grupos sociais considerados letrados se tratou de um processo coeso de



táticas engendradas para enaltecer um conjunto de bens culturais que impede o acesso das camadas populares, por destacar noções sujeitas a uma educação que exige esforço intelectual em longo tempo.

Se o espaço e a paisagem se modificam, o lugar para uma pessoa ou para uma classe social também se transmuta. Então, ali se criam outras afinidades relacionais, brotam outros atributos, mesmo que se apague parte do que foi vivido no local.

Muitas vezes o caráter dinâmico se dá pela imposição das classes sociais dirigentes, capitaneadas pelo capital e pelo acesso ao poder. Com isso foram criados os meios que levaram a desaparição de ofícios tradicionais, desfiguração de lugares e extinção de hábitos seculares inerentes ao longo estabelecimento do estado moderno, parte dos artifícios de dominação social que marcaram a concepção de patrimônio cultural no Brasil.

Evidentemente, a trajetória das ideias das oligarquias internacionais no século XIX e XX foi decisiva para a história do Brasil. No estabelecimento de permanentes bases do nascimento político, o Brasil experimentou iniciativas excludentes que influenciaram diretamente as formas espaciais, especialmente nas antigas e grandes cidades. O que hoje implica no olhar e no reconhecer-se, naquilo que a vista alcança.

BIBLIOGRAFIA

- Bhabha, Homi K. (2001). *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1^a reimpressão.
- Cardoso, Diogo da S.; Cura, Sara; Viana, Willian C.; Queiroz, Luiz Antonio P.; Costa, Maria Clara (2017). Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, nº. 11, p. 83-98.
- Canclini, Néstor G. (1983). *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Canclini, Néstor G. (1994). O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº. 23, p. 95-115.
- Canclini, Néstor G. (2011). *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.
- Choay, Fraçoise (2001). *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP.
- Chuva, Márcia (2012). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN*. Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165.
- Funari, Pedro Paulo e Pelegrini, Sandra de Cássia A. (2006). *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gonçalves, José Reginaldo S. (2005). Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Revista Horizontes Antropológicos*. ano 11, n. 23, p. 15-36.
- Gonçalves (2009). O patrimônio como categoria de pensamento. Abreu, Regina; Chagas, Mário. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 25-33.



Gordenstein, Samuel L. (2016). Planting Axé in the city: urban terreiros and the growth of candomblé in late nineteenth-century Salvador, Bahia, Brazil. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*. vol. 5, n. 2, p. 71-101.

Harvey, David (2005). *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume.

Harvey, David (2008). *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

Lacerda, Norma (2002). Globalização e identidades locais. Jokiletho, Jukka. *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: Editora Universitária da UFPE, p. 91-98.

Miller, Daniel (2013). *Trecos, Troços e Coisas: Estudos antropológicos sobre cultura material*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Oliveira, Maria Inês C. (1995/96). Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista da USP*. São Paulo: Povo Negro, 28, p. 174-193.

Ortiz, Renato (2001). *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Pinheiro, Maria Lucia B. (2017). Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: As décadas de 1920 e 1930. *Brasília: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 35, p. 13-31.

Santos, Jocélia T. (2009). Geografia religiosa afro-baiana do século XIX. *Revista Veracidade*. ano IV, nº. 5.

Santos, Milton (1993). *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec.

Teixeira, Claudia e Adriana R. (2008). *A educação patrimonial no ensino da história*. Rio Grande: Revista Biblos, 22 (1), p. 199-211.



